

Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Helena Castellain Barbosa de Castro

**ENCONTROS:** a insurgência do lugar

Belo Horizonte  
2016



Helena Castellain Barbosa de Castro

**ENCONTROS: a insurgência do lugar**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Organização do espaço (linha de pesquisa: Teoria, métodos e linguagens em Geografia).

Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski.

Belo Horizonte  
Instituto de Geociências da UFMG  
2016

C355e Castro, Helena Castellain Barbosa de.  
2016 Encontros [manuscrito] : a insurgência do lugar / Helena Castellain Barbosa de Castro. – 2016.  
150 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Klemens Augustinus Laschefski.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2016.

Área de concentração: Organização do Espaço.  
Linha de pesquisa: Teoria, métodos e linguagens em Geografia.  
Bibliografia: f. 137-150.

1. Assentamentos humanos – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Geografia humana – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Espaço urbano – Teses. 4. Utopias – Teses. I. Laschefski, Klemens Augustinus. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.37(815.1)

Helena Castellain Barbosa de Castro

**ENCONTROS: a insurgência do lugar**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Organização do espaço (linha de pesquisa: Teoria, métodos e linguagens em Geografia).

Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski.

Dissertação a ser defendida em 9 de dezembro de 2016, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski (Orientador)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Jesus Chrysostomo  
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

À memória de Luiz Felipe Pereira Barbosa de Castro.

O pai que ensinou a filha a ouvir o silêncio.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, por ser a ponte.  
Ao meu marido, por atravessá-la comigo.  
À família, por iluminar o caminho.  
Aos amigos, por sinalizarem o fluxo.  
Às pessoas, por realizarem o lugar.  
Aos que lutam por esse lugar.  
Ao lugar.

“Eu vou cantar assim,  
Eu vou cantar assim...  
Ganhei um pedacinho de terra,  
No sertão da Izidora,  
Dois pé de guataíba, caju, manga e cajá...  
Peguei na enxada como pega o catingueiro,  
Fiz acero, botei fogo, ‘vá vê como é que tá’.  
Tem abacate, jenipapo e bananeira,  
Milho verde, macaxeira, como diz no Ceará.  
Cebola, coentro, andu, feijão-de-corda,  
Vinte porco na engorda, inté um gado no currá!  
Com muita raça, fiz tudo aqui sozinho.  
Nem um pé de passarinho veio a terra semeá.  
Agora veja, companheiro, a safadeza,  
Começou a marvadeza: o Lacerda qué tomá!  
Num plantô capim-guiné...  
Pra boi abaná rabo,  
Eu tô virado no prefeito, eu tô retado cum você.  
Tá vendo tudo e fica aí parado,  
Com cara de viado que viu caxinguelê.”

Versão de “Capim guiné” (Raul Seixas) interpretada por morador das ocupações da Izidora.

## RESUMO

Este trabalho vai ao encontro do grave e dramático conflito fundiário que envolve três ocupações urbanas: Rosa Leão, Esperança e Vitória. Localizadas na porção norte do Município de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil), as ocupações, ao efetivarem o direito constitucional à moradia, transformam parte de uma gigantesca área verde, a região da Izidora, num lugar – repositório de sentimentos, significados e sentidos. Durante a pesquisa, a busca pelo sofrimento social, inerente ao desenvolvimento do projeto espacial capitalista, desdobrou-se, todavia, no encontro com a felicidade, que se convencionou chamar de felicidade social como proposta-antítese. Inspirada nas prerrogativas da ciência-saber e no instigado processo de construção de alternativas ao diálogo, a metodologia redefine-se ao longo da trajetória, o *fazer com o outro* a ser aprendido. Por esse caminho, apresenta-se o encontro com o sofrimento social recorrendo-se a figuras em preto e branco, que simbolizam, pois, sua articulação com urbano neoliberal (homogêneo, alheio à vida; destino de *ida*). Já no âmbito do lugar (heterogêneo, a favor da vida; destino de *volta*), o colorido das figuras expressa, por sua vez, o encontro com a felicidade social. Assim sendo, como facho de luz por entre brechas do muro, os espaços-tempos específicos de vida desenvolvidos na Izidora, o lugar ocupado, acendem sonhos de mudança ao mesmo tempo em que iluminam a imagem (objeto possível) do urbano-utopia. A felicidade social, destarte, enraizada no lugar e satisfeita unicamente por este, seria parte do fluxo de pensamento pelo direito a outras cidades – felicidade-revolucionária.

**Palavras-chave:** Felicidade social. Lugar. Sofrimento social. Urbano-utopia.

## ABSTRACT

This work regards the very serious urban land conflict involving three “urban occupations”: Rosa Leão, Esperança and Vitória. Located in the northern part of the municipality of Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil), “occupants”, by implementing the constitutional right to housing, transform the gigantic green area of the Izidora region, until recently ignored by private interest, in a place. During the research, the search for the social suffering experienced by the “occupants”, however, unfolds in the encounter with happiness, which was called social happiness as a proposal-antithesis to social suffering. In this way, inspired by the prerogatives of “science-knowledge” and the instigated process of building alternatives to dialogue, the methodology is redefined along the trajectory – a process of learning. Along with this path, as light beams through gaps of the wall, the specific spaces-times of life developed in the Izidora “occupations”, it ignites dreams of change while illuminating the image (possible object) of urban-utopia. Thus, it is presented the encounter with social suffering using black-and-white photos, representing the neoliberal urban space (homogeneous, alien to life, the horizon of the capitalist space project). Already in the ambit of social happiness, colored, the figures express the encounter with the place (heterogeneous, in favor of life, the horizon of the alternative space project). Social happiness, in fact, rooted in place and satisfied only by it, would be part of the flow of thought waves for the right to other cities – revolutionary happiness.

**Keywords:** Place. Social happiness. Social suffering. Urban-utopia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Mapa 1 – Localização das ocupações urbanas da Izidora, Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil).</i> .....	15
<i>Figura 1 – O que falavam?</i> .....	23
<i>Figura 2 – O que sonhava?</i> .....	24
<i>Figura 3 – O que viam?</i> .....	25
<i>Figura 4 – O olhar, despertar.</i> .....	26
<i>Figura 5 – Fé Gilyvander.</i> .....	31
<i>Figura 6 – O peso invisível.</i> .....	32
<i>Figura 7 – “Pé de cacau”, “unha de pedra”</i> .....	35
<i>Figura 8 – Construído pelo povo e para o povo.</i> .....	41
<i>Figura 9 – De cara com a luta.</i> .....	44
<i>Figura 10 – Movimento das Placas.</i> .....	45
<i>Figura 11 – Rotina da resistência.</i> .....	46
<i>Figura 12 – Pela alma das ruas.</i> .....	47
<i>Figura 13 – Encurralados pelo despejo.</i> .....	50
<i>Figura 14 – Recado do MLB.</i> .....	57
<i>Figura 15 – Violência institucionalizada.</i> .....	59
<i>Figura 16 – A “fórmula mágica”</i> .....	65
<i>Figura 17 – “Predinho da Direcional”</i> . .....	68
<i>Figura 18 – Espaço de vida, Inês e Pedro.</i> .....	69
<i>Figura 19 – Quintal com horta comunitária, casa de Pedro e Inês.</i> .....	70
<i>Figura 20 – Manoel Bahia, presente!</i> .....	73
<i>Figura 21 – Autoconstrução.</i> .....	78
<i>Figura 22 – Colorido da Vitória.</i> .....	80
<i>Figura 23 – “Mistura a dor e a alegria” (Milton Nascimento e Fernando Brant, “Maria, Maria”, 1978).</i> .....	85

<i>Figura 24 – Brisa empoeirada.</i> .....	87
<i>Figura 25 – “De ter fé na vida” (Milton Nascimento e Fernando Brant, “Maria, Maria”, 1978).</i> .....	92
<i>Figura 26 – Jiló Vermelho (horta comunitária).</i> .....	98
<i>Figura 27 – “Cores da terra”.</i> .....	99
<i>Figura 28 – Memória Viva, primeiro barracão.</i> .....	100
<i>Figura 29 – Quintal é vida.</i> .....	105
<i>Figura 30 – Rumo à Vitória.</i> .....	106
<i>Figura 31 – Depósito de materiais e aluguel de retroescavadeira.</i> .....	107
<i>Figura 32 – Comunidade à frente.</i> .....	109
<i>Figura 33 – Horizonte da Vitória.</i> .....	110
<i>Figura 34 – Portal do lugar.</i> .....	112
<i>Figura 35 – “Uma casa portuguesa” (Amália Rodrigues, “Uma casa portuguesa”, 1953).</i> .....	115
<i>Figura 36 – “Fruta do lobo” e “penacho de cana”.</i> .....	116
<i>Figura 37 – Vida nos quintais.</i> .....	117
<i>Figura 38 – Bebê da Vitória.</i> .....	118
<i>Figura 39 – Caminho da felicidade.</i> .....	120
<i>Figura 40 – Amor, por toda parte.</i> .....	121
<i>Figura 41 – Quintal do “Rola-Moça”.</i> .....	124
<i>Figura 42 – Registradas.</i> .....	125
<i>Figura 43 – Mural dos sonhos.</i> .....	132

## SUMÁRIO

<i>Izidora: o lugar ocupado.....</i>	<i>12</i>
<i>Encontro com o sofrimento: as dores da terra.....</i>	<i>20</i>
<i>Encontro com a felicidade: as cores da terra .....</i>	<i>81</i>
<i>Metamorfose: espírito-borboleta.....</i>	<i>133</i>
<i>Referências .....</i>	<i>137</i>

## Izidora: o lugar ocupado

“Eu vi tanta gente vindo. Eu vi as pessoas dormindo em casas de lona preta, lembro do barulhão que fazia quando ventava. Depois, foram passando pro madeirite, pra mais tarde poder ver com meus próprios olhos aquele monte de casa se tornando casa de gente, de tijolo. Foi muita conquista e felicidade pra quererem tirar isso de nós.”

(Dona Marta *apud* Las Casas, “Ocupação Izidora: o despejo fica mais próximo”)

## **Izidora: o lugar ocupado**

No contexto metropolitano de Belo Horizonte, a região da Izidora (MAPA 1) é considerada uma das últimas fronteiras para expansão urbana, abrangendo aproximadamente 10 km<sup>2</sup> (MYR..., 2011), o que supera a área interna da Avenida do Contorno – originalmente Avenida 17 de Dezembro –, a qual delimitava o limite planejado da capital mineira, inaugurada em 1897 (TONUCCI FILHO, 2009).

Inspirado por ideais higienistas – a questão higiênica, parte importante da onda de modernização que marcou o planejamento urbano na virada para o século XX, idealizava a cidade a partir de visão elitizada e tratamento homogêneo do espaço (FABIANO, 2005) –, o projeto urbanístico de Belo Horizonte nascia para abrigar o poder estadual, e, desde sua concepção, contou com o Estado enquanto agente decisivo nos processos de segregação socioespacial (TONUCCI FILHO, 2009). Símbolo da modernidade e do progresso, a cidade Belo Horizonte nascia segregada, pois, enquanto critério de ordenamento do seu próprio plano original.

Como salienta Tonucci Filho (2009), tendo em vista que o fenômeno histórico da segregação é decisivo para a estruturação do espaço urbano e que, notadamente na esfera municipal, a aliança do poder público com o setor privado garante ações diretas de sobrevivência às relações capitalistas, no contexto hodierno, a capital mineira é palco de um dos maiores conflitos fundiários em curso no mundo: o conflito da região da Izidora, apreciado pelo Tribunal Internacional dos Despejos<sup>1</sup> entre os sete mais significativos entre oitenta e oito casos analisados (LAS CASAS, 2016).

Entre maio e junho de 2013, famílias “sob a cruz do aluguel”, como assim reportam, ou submetidas à “humilhação de viver de favor”, como assim relatam, ocuparam parte da região da Izidora, área há décadas ociosa na porção norte de Belo Horizonte. Hoje, já consolidadas, três ocupações urbanas, Rosa Leão, Esperança e Vitória (MAPA 1), acolhem parcela significativa da população segregada e excluída da cidade, conformando-se alternativas reais ao déficit habitacional. Cabe ressaltar que somente na região metropolitana de Belo Horizonte, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional – que indica, basicamente, a necessidade de construção de novas moradias ou de políticas públicas complementares, como a urbanização de assentamentos precários, para atender à

---

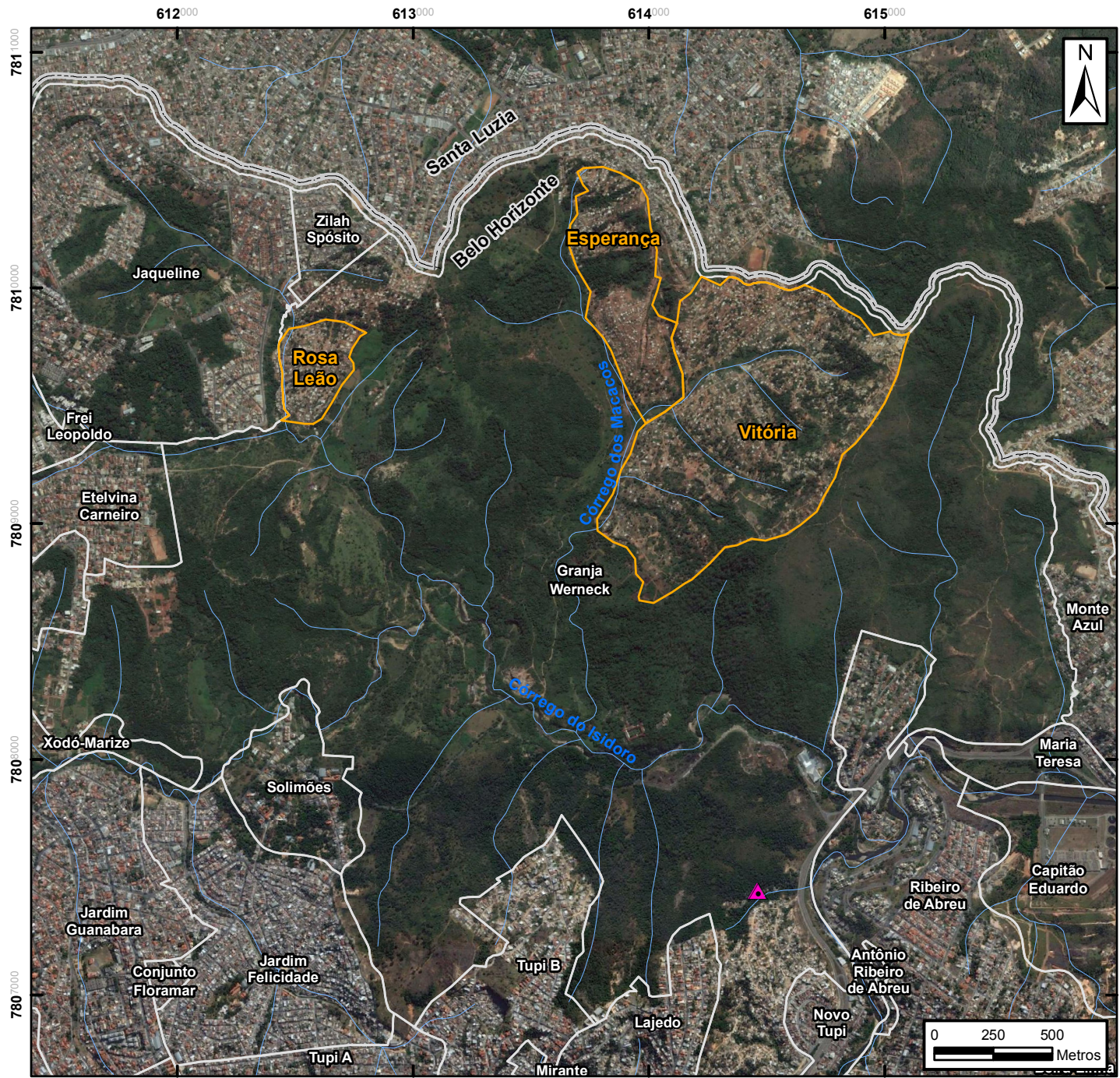
<sup>1</sup> International Tribunal on Evictions (ITE).

demanda habitacional da população em dado momento (FJP, 2016) – era, em 2014, de aproximadamente 155 mil moradias. Segundo constatado pela fundação, na mesma região e no mesmo ano, o número de domicílios vagos em condições de serem ocupados era de aproximadamente 171 mil, o que ultrapassava, portanto, o próprio déficit habitacional.

Nas ocupações urbanas da Izidora habitam cerca de oito mil famílias, aproximadamente trinta mil pessoas (MOREIRA, 2016), em permanente situação de insegurança. Ocorre que, desde julho de 2013, como salienta Bizzotto (2015), os ocupantes já estavam ameaçados por quatro liminares de reintegração de posse que ensejam o despejo forçado da área (Ação de Reintegração de Posse nº 2427246-06.2013.8.13.0024, distribuída em 24/07/2013 e proposta pelo Município de Belo Horizonte; Ação de Reintegração de Posse nº 2978891-13.2013.8.13.0024, distribuída em 30/07/2013 e proposta por Paulo Henrique Lara Rocha e outros; Ação de Reintegração de Posse nº 3042606-29.2013.8.13.0024, distribuída em 08/08/2013 e proposta pela Granja Werneck S/A; Ação de Reintegração de Posse nº 3135046-44.2013.8.13.0024, distribuída em 03/09/2013 e proposta por Ângela Maia Furquim Werneck). Desde setembro de 2016, após derrubarem o mandado de segurança que impedia o despejo das ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), por dezoito votos a um, desembargadores do Estado autorizaram a reiteração de posse.

Vale salientar que a região da Izidora – última grande área verde do Município de Belo Horizonte, representativa em termos de relevância ambiental pelo grande número de nascentes e cursos d'água, pela expressiva vegetação secundária e, ainda, incidência de áreas de alta declividade e de risco geológico (MYR..., 2011) – foi, até recentemente, ignorada pela iniciativa privada. Contudo, nos últimos anos, devido a grandes empreendimentos de infraestrutura urbana, o crescimento da metrópole foi reorientado na direção do Vetor Norte da capital, onde a região se localiza. Entre os expoentes desse processo destacam-se: a construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais; a duplicação da rodovia MG-010, conhecida por Linha Verde; além da retomada de voos regionais para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins). Assim sendo, a região da Izidora passou a ser cobiçada graças à vocação imobiliária que se instala, e, nesse contexto, desenrola-se o conflito mencionado: milhares de famílias que precisam da terra para habitar *versus* a busca irrequieta por lucros capitaneada por uma operação urbana repleta de irregularidades (FRANZONI *apud* AULÃO PÚBLICO, 2015).

Mapa 1 – Localização das ocupações urbanas da Izidora, Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil).



- Ocupações da Izidora
- Limite dos bairros de Belo Horizonte
- Limite Municipal
- ▲ Quilombo de Mangueiras
- Curso d'água

**Localizador - Regional Norte**  
Ocupações da Izidora



**Localizador - Belo Horizonte**



Coordinate System: WGS 84 UTM zone 23S  
 Projection: Transverse Mercator  
 Escala: 1:25.000  
 Fonte:  
 Imagem Google Earth - Data: 04/2016;  
 Limite municipal - IBGE 2007; Curso d'água - IBGE/SIAM 2008  
 Limite de Bairros - Prefeitura de Belo Horizonte

Estabeleceu-se na região da Izidora, pois, desde 2010, um projeto oficial de ocupação: uma parceria público-privada denominada de Operação Urbana do Isidoro (Lei nº 9.959/2010), a qual previa a realização do Empreendimento Granja Werneck. Como salienta Laschefski (2013), sob a roupagem do planejamento urbano sustentável, esse empreendimento, que previa a construção de dezessete mil unidades habitacionais em áreas preservadas – um novo “bairro” –, era destinado principalmente a classes sociais com poder aquisitivo mais elevado; apesar disso, constava no regulamento dessa operação que 10 % das habitações construídas deveriam atender à Política Municipal de Habitação.

Para viabilizar a Operação Urbana do Isidoro, em termos de incitação da iniciativa privada, foi instituída, por conseguinte, a modificação da legislação urbanística com flexibilização dos critérios e parâmetros urbanísticos das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), e, em contrapartida, o empreendedor deveria contribuir com recursos para o financiamento da infraestrutura necessária, compatível com o adensamento projetado. Como será observado no primeiro capítulo, com o atraso das obras, essa operação foi reeditada em 2014, sob a Lei nº 10.705, determinando a sua inclusão ao programa Minha Casa Minha Vida, isentando-se, todavia, o pagamento de contrapartidas pelos empreendedores. Na prática, além de macular a própria lógica da operação urbana enquanto instrumento da política urbana, essa desobrigação significa colossal retorno – leia-se lucro – em detrimento da infraestrutura básica prevista como contrapartida, privando os futuros possíveis moradores do próprio acesso à cidade.

Interessante notar que a mudança da grafia, de Isidoro para Izidora, remete à luta protagonizada pelos moradores das ocupações. Embora por muito tempo a região fosse referida por Isidoro (por isso, Operação Urbana do Isidoro), a mudança de grafia desponta como símbolo da resistência dos ocupantes: ocupações urbanas da Izidora, portanto. Em mapas antigos, de acordo com Leta (2015), o nome do curso d’água que corta a região e originou seu nome está grafado como Ribeirão da Izidora, o qual, assim como o Ribeirão da Onça, foi masculinizado nos mapas seguintes. No feminino, por sua vez, o nome remete a uma escrava alforriada que ali constituiu residência (LETA *apud* OCUPAÇÃO ROSA LEÃO, 2015). Vale lembrar, no que tange à produção centenária do espaço na região, a existência, desde o século XIX, da comunidade Quilombo de Mangueiras; seu território, em processo de regularização fundiária, foi reconhecido, em janeiro de 2016, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (MPF, 2016).

Este trabalho, no que lhe concerne, vai ao encontro das ocupações urbanas, ressalta-se, da Izidora. Nosso objetivo, em princípio, é lançar luz sobre os processos desencadeadores de sofrimento social (WERLANG; MENDES, 2013), tal qual experienciados pelos moradores das ocupações urbanas da Izidora. O que não se contava, nesse caminho, era a conexão dos ocupantes com o lugar – espaço inteiramente familiar, depósito de significados e sentidos (TUAN, 1983) – vir a conduzir à proposição de uma antítese ao sofrimento: a felicidade social, como se convencionou chamar. Desse modo, a organização dos capítulos busca expor a empreitada metodológica enquanto triangulação pesquisador-caminho-mundo (NOGUEIRA, 2013); “mas, como se sabe ou se intui, este é um caminho incômodo e difícil: buscar a consciência de que a trajetória se faz enquanto se caminha” (HISSA, 2013, p. 45).

Imersa nas prerrogativas da ciência-saber – “a ciência-saber, contaminada pelo mundo, é expressão dessa mistura” (HISSA, 2013, p. 22) – e no instigado desafio, pois, em *fazer com o outro*, a metodologia, juntamente com o objetivo, foi redefinindo-se durante a experiência junto aos moradores das ocupações. Assim sendo, a proposta inicial de entrevistas semiestruturadas foi convertida no que designamos como exercício da prosa, uma tentativa, por sua vez, de construção de conhecimento a partir do diálogo horizontal. Seguindo as ideias de Freire (2014), “ao fundar-se no amor, na humildade e na fé nos homens” (FREIRE, 2014, p. 46), o diálogo que se pretende horizontal, destarte, fundamenta-se na confiança entre um polo e outro.

Nessa pesquisa-travessia, intuímos ser mais importante, entre o café e o quintal, aquilo que se queria contar/ocultar, fossem tristezas ou alegrias; vagueações. Por isso, ainda que reconhecendo como perda as falas não transcritas na íntegra – já que entendemos não ser compatível com o exercício da prosa a utilização do gravador –, por outro lado, acreditamos ter ganhado no acesso às subjetividades, as emoções que possibilitaram o desdobramento da nossa busca pelo sofrimento no encontro com a felicidade. Sendo assim, primeiramente utilizamos espécie de diário de pesquisa (WEBER, 2009), escrito após os encontros e contendo impressões genéricas suscitadas. Posteriormente, todavia, quando mais amadurecida a proposta, lançamos mão de anotações durante o trabalho de campo, espécie de diário de campo (WEBER, 2009), com a finalidade de valorizar os detalhes e o próprio ponto de vista dos moradores, cujos nomes utilizamos fictícios.

A experiência na Izidora, dessa forma, introduz desafios à construção de conhecimento enquanto processo em *fazer com o outro* e à travessia, de tal modo, como *reta*

*curva*. A cristalização desse esforço, por conseguinte, dá-se na procura da arte de fabricar diálogos (HISSA, 2013), processo que culminou no exercício da prosa: aprender a respirar, silenciar, *ouvir*. A essência deste trabalho, logo, floresce ao longo da própria caminhada, e, por isso, como também experienciado por Neto (2003), “[...] ao mesmo tempo em que contém a possibilidade da inovação, nela lateja o perigo que acompanha o desafio – a dúvida entre o que pode se realizar e o que não chegará ou não chegou a ser...” (NETO, 2004, p. 13).

Assim sendo, ao contrário do sofrimento social (WERLANG; MENDES, 2013), que se associa à imposição do projeto espacial capitalista – expansão ilimitada da racionalidade capitalista para todo o globo com conseqüente aniquilamento de racionalidades alternativas –, a felicidade social refere-se ao retorno ao lugar, espécie de caminho de volta, cujo encontro se dá com espaços-tempos específicos de vida (CARLOS, 2015a). Nesse sentido, a partir do encontro com o alargamento da capacidade de ação dos sujeitos em sua experiência cotidiana, sugere-se que a forma de habitar dos moradores das ocupações é sintetizada pela proposição de uma poética do habitar, a qual pressupõe um nexos antológico: a conexão corpo-alma-terra-comunidade. Ainda que *iluminuras* pontuais – facho de luz por entre brechas no muro –, as formas de vida encontradas nas ocupações acendem nossos sonhos de mudança ao iluminarem a imagem possível do urbano-utopia (MONTE-MÓR, 2015): mosaicos multicoloridos inspirados na ideia de espaços diferenciais por meio da “capacidade criadora de obras na vida cotidiana” (LEFEBVRE, 2006, p. 57).

No primeiro capítulo, o encontro com as *dores da terra* dá-se, assim, com a predominância do contínuo acinzentado, atualização do antigo ideal de cidade a partir de visão elitizada e tratamento homogêneo do espaço como enredos da segregação socioespacial. Nesse viés, representadas por fotos em preto e branco, retrataram-se algumas nuances do sofrimento social especialmente atado à influência do neoliberalismo – paradigma econômico e político que define o nosso tempo (MCCHESENEY, 2002) – no ambiente urbano. E, dessa forma, o sofrimento social experimentado pelos ocupantes da Izidora refere-se à própria rodada espacial de reprodução do capital – capitaneada pela Operação Urbana do Isidoro – estritamente vinculada ao receituário neoliberal na esfera cidadã.

No segundo capítulo, no entanto, a busca pela construção do diálogo horizontal, que aflora na procura do exercício da prosa, levou à descoberta de tipo distinto de felicidade: a felicidade social, enraizada no lugar e satisfeita unicamente por este. Nesse momento, ao se encontrarem os espaços-tempos específicos de vida desenvolvidos pelos ocupantes, eis que

insurgiu o lugar; deu-se o encontro com *as cores da terra* (em oposição ao acinzentado predominante no urbano-neoliberal). Geralmente no fundo dos terrenos, como tesouros escondidos, os quintais, por sua vez, revelaram a centralidade do vínculo com a terra como sinônimo de dignidade e felicidade; a poética do habitar – conexão corpo-alma-terra-comunidade –, nesse sentido, é suposta como espécie de prática socioespacial. As fotos coloridas, assim, representam o encontro com a felicidade social – ainda que no contexto de mudança-permanência do urbano, entre o possível-impossível – como enredo por projetos espaciais alternativos e vice-versa, quando, na realização das diferenças, a felicidade torna-se revolucionária.

No último capítulo, dentro da premissa do resgate da utopia – sonhos de mudança para que sejam trilhados caminhos doutras paragens e “[...] onde finalmente o conhecimento volta a ser uma aventura encantada” (SANTOS, 2011a) –, imaginou-se o destino de *volta* como caminho ao encontro do lugar. Nesse sentido, compreendido como portal de libertação dos processos desencadeadores de sofrimento social, o lugar guardaria o espírito-borboleta, que é, tão somente, a consciência da potência da metamorfose: transformações radicais que encontram no lugar escala estratégica de resistência; o momento do voo corresponderia ao urbano-utopia, um processo em gestação rumo à felicidade social.

## **Encontro com o sofrimento: as dores da terra**

“Para se dizer algo acerca do amor pelo mundo, será preciso dizer, também, algo acerca da nossa capacidade de indignação diante do desamor pela vida, das injustiças e desigualdades, da violência e de todas as espécies de barbáries.”

(Cássio E. V. Hissa, *Entrenotas: compreensões de pesquisa*)

## Encontro com o sofrimento: as dores da terra

### I

Era a terceira manifestação-acampamento das ocupações urbanas da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), entre os dias 20 e 21 de março de 2014. Pelo direito à moradia, dezenas de pessoas acampavam na avenida Afonso Pena, em frente à Prefeitura de Belo Horizonte. Abaixo, a convocação *on-line* da Ocupação Rosa Leão (2014):

Nesta quinta-feira, dia 20/03/2014, III Acampamento na porta da prefeitura de BH, por tempo indeterminado! O objetivo é exigir a participação do poder público municipal na reunião de negociação intermediada pelo Governo do Estado que se realizará na sexta-feira, dia 21/03/2014, às 10h00min na Cidade Administrativa, com a participação da juíza Luzia Divina, da 6ª Vara de Fazenda Municipal – que determinou a reintegração de posse das ocupações – do Ministério Público, Defensoria Pública, representantes dos Movimentos Sociais e lideranças das ocupações. Esperamos ter também a participação de representantes do Governo Federal. (OCUPAÇÃO ROSA LEÃO, 2014)

Pelas ruas do Centro, um lugar ainda misterioso para mim, seguia sozinha ao encontro da manifestação. Tratava-se de minha primeira aproximação com os moradores das ocupações da Izidora; aguardava ansiosa pelo primeiro olhos nos olhos, pelo primeiro aperto de mão, que se revelou abraço, como senti depois.

Toda aquela atmosfera – a imponência dos prédios *versus* andarilhos sinistros – já me arrepiava a um quarteirão de distância. Ainda sem enxergar a nome da rua, pude ouvir o barulho de apitos, tambores, uma voz ao microfone; estava próxima. Seguindo o som, a ansiedade misturou-se a uma sensação de euforia. De repente, dobrando a esquina, uma confusão de pedestres e faixas encobriu minha visão. A história da luta materializava-se ali, bem diante dos meus olhos, e seus atores ganhariam, finalmente, rostos, nomes – vozes, cores, contornos.

Em frente ao prédio da Prefeitura, deparei-me com barracas, cerca de vinte encobriam parte da avenida; resignificavam o asfalto. No lugar do fluxo, sequioso de velocidade, pessoas acampadas. Os manifestantes haviam pernoitado na avenida, muitos juntavam coisas, dobravam lonas, e outros, deitados, aqueciam o chão; corpos que contrastavam com os “tempos de vida engolidos pelo deslocamento” (DUPUY, 1980, p. 64).

No meio-fio, mulheres conversavam; o que falavam? Na calçada, a menina dormia; o que sonhava? No outro lado, policiais militares; o que viam?

Nas acorrentadas escadarias do prédio da Prefeitura, crianças corriam e brincavam. Uma mãe amamentava; pedi para fotografá-la. A fotografia, não apenas como registro das experiências de campo, tornou-se, a partir desse primeiro encontro, uma possibilidade: expressar tanto a presença dos sujeitos como a das próprias subjetividades, tendo em vista que as imagens podem trazer “significados transparentes de emoção” (ANDRADE, 2002, p. 18).

Figura 1 – O que falavam?  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.



Figura 2 – O que sonhava?  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.



Figura 3 – O que viam?  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.



Figura 4 – O olhar, despertar.  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.



Em pouco tempo, já não me sentia deslocada, e a luta literalmente me abraçara; a emoção abriu o diálogo. Retornei às mulheres que conversavam no meio-fio e apresentei-me. Falava justamente da surpresa ao ver tantas mulheres e crianças, quando, emocionadas, Maria Ivone e eu nos abraçamos. Não saberia precisar, mas foi daqueles abraços que se permitem ao tempo. Não a reencontrei, mas esse encontro, aconchegado, fez parte do despertar para uma ciência possível: a ciência “que afeta e se deixa afetar, que se assume como a arte da leitura do mundo desenhada pelos sujeitos que cultivam sua presença na própria leitura” (HISSA, 2013, p. 21). As mulheres que ocupam e seus filhos, que de berço lutam: a pintura sensível do primeiro encontro.

A partir dessa primeira aproximação, iniciou-se um processo de desenlace do método científico de pensar, distanciamento intencional da ciência que “é feita da negação da arte, da desqualificação da emoção” (HISSA, 2013, p. 21). E, por esse caminho, o conhecimento passou a ser pensado e estruturado mediante a própria essência subjetiva daqueles que o constroem, o *fazer com o outro* como possibilidade de construção/valorização de racionalidades contra-hegemônicas.

Por modelos diferentes de compreensão da realidade, pois, caberia a crítica a um dos princípios edificantes da racionalidade ocidental hegemônica, a concepção linear do tempo, como sugere Santos (2002). Fundada na expansão indefinida do futuro, a temporalidade dominante estaria a inculcar as benesses do progresso como prosperidade vindoura. Porém, como expõe Dupuy (1980): “o crescimento econômico só é praticamente legitimado hoje em dia porque tenderia a reduzir as desigualdades. Ora, como seria isso possível, visto que o crescimento é as desigualdades?” (DUPUY, 1980, p. 30, grifo do autor). No mesmo viés, reflete Lang (2016):

[...] o crescimento econômico, paradigma irmão do “desenvolvimento” [...] é uma grande máquina de expansão do modo de produção, distribuição e consumo capitalista, associado com os imaginários de acumulação de bens materiais como horizonte de boa vida. (LANG, 2016, p. 31)

Na contramão do fluxo desenvolvimentista – pelo qual o futuro expande-se indefinidamente –, racionalidades contra-hegemônicas, tais quais desenvolvidas nas ocupações da Izidora, chegam como lufada de vento ao radicalizarem as expectativas em possibilidades e capacidades reais, aqui e agora. Nessa perspectiva, o mundo melhor, em toda a sua diversidade, residiria no presente, nas alternativas hoje disponíveis, e não mais no futuro distante alheio a nós, retórica de sobrevivência da racionalidade hegemônica.

A transformação não é algo que se espera para um futuro longínquo, como sugeria a ideia de revolução, mas se dá em tempo presente: começa com a transformação da subjetividade e das relações interpessoais, das práticas cotidianas. Trata-se de prefiguração, embora sempre incompleta, da sociedade desejada. (LANG, 2016, p. 44)

No mesmo sentido, como apresenta Lówy (2005), a exaltação do presente estava entre os principais conceitos benjaminianos: “o ‘tempo-de-agora’ [*Uetzzeit*], esse autêntico instante que interrompe o contínuo da história” (LÓWY, 2005, p. 15). Esse modo de compreensão da realidade, destarte, baseia-se na possibilidade do presente como ruptura, a começar por (novas) formas de vida que transcendam os “esquemas rígidos, segundo uma ritualização do cotidiano, uma hierarquização definitiva das responsabilidades, em suma, a vida coletiva serializada que pode se tornar uma tristeza desesperadora” (GUATARRI, 1992, p. 189).

Por esse caminho, as ocupações urbanas da Izidora possibilitam o florescimento de sociabilidades distintas, espaços-tempos específicos (CARLOS, 2015a) de vida. Ao efetivarem seu direito à moradia, os ocupantes rompem com a premissa de planificação da história e, ao mesmo tempo, com o modelo dominante de reprodução do capital na esfera cidadina: “reconquistar a cidade significa ocupá-la. Através da ocupação do espaço urbano como valor de uso, subverter as próprias bases da sociabilidade capitalista, abrindo espaços para uma práxis que emerge exatamente nesse momento” (CANETTIERI; VALLE, 2015, p. 41). Nesse sentido, enquanto alternativas credíveis ao presente, as ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), criam efeito multiplicador de possibilidades no que tange à experimentação social<sup>3</sup>.

Não lutamos para sermos felizes somente num porvir incerto, utópico, fazemos da felicidade uma realização imediata, motor da nossa prática política cotidiana, afinal somos movidos(as) sobretudo por paixões alegres, pelo desejo de estarmos juntos(as) e criarmos espaços de encontros e práticas políticas e culturais cujos valores se confrontem aos valores capitalistas. (BRIGADAS POPULARES, 2016)

Parte do desafio à construção/valorização de racionalidades contra-hegemônicas arquitetarem-se-ia, por conseguinte, no âmbito da reinvenção dos próprios sujeitos do conhecimento. Imersos nesse fluxo de pensamento, no qual “todo o conhecimento crítico tem de começar pela crítica do conhecimento” (SANTOS, 2011a, p. 29), os sujeitos do conhecimento perceberiam a inevitabilidade da sua inserção cultural e política enquanto

---

<sup>3</sup> Exemplo de experimentação social bem-sucedida, a Ocupação Rururbana Dandara, também localizada em Belo Horizonte, projeta-se como referência para a população de baixa renda na luta pela efetivação da casa própria: “o ‘efeito Dandara’, uma vez que a ocupação foi exitosa” (BIZZOTTO, 2015, p. 79).

sujeitos no/do mundo (HISSA, 2013). Nesse sentido, seria plausível imaginar o diálogo horizontal, como parte da proposta metodológica, um exercício ao encontro de nós mesmos? Em que medida reconhecer a si mesmo possibilita adentrar no universo do outro?

Vejo-me no outro – e não vejo a sua inteireza – e, nele, percebo o quanto posso não perceber de mim. [...] O *sentido íntimo das coisas* e a *essência* das coisas e dos seres são manifestações da leitura que fazemos deles. [...] a interpretação dos significados íntimos do mundo é, também, a interpretação acerca de nós mesmos [...]. (HISSA, 2013, p. 37, grifos do autor)

No processo de aprendizado em *fazer com o outro* – e acabar por descobrir nesse outro aquilo que sou –, ainda no acampamento-manifestação, sentada junto a outras mulheres, pude experimentar-me como parte da luta. Nesse momento, rojões provocaram uma revoada de maritacas (*Pionus maximiliani*) que insurgiram das árvores do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Elas fizeram-me reparar no céu, uma bela tarde de início do outono austral. O foguetório anunciava importante chegada: do alto da escadaria, um homem de chapéu reunia as pessoas, como um ímã, e todos se juntaram ao seu redor. Um encontro muito aguardado estava prestes a acontecer, o homem de chapéu, confirmei com o senhor ao meu lado, era frei Gilvander, importante ativista religioso da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que atua nas ocupações da Izidora juntamente com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as Brigadas Populares e a rede de apoio, conformada pelo envolvimento da comunidade externa com a realidade vivida nas ocupações (BIZZOTTO, 2015).

Há alguns meses, acompanhava a luta das ocupações pelos seus vídeos e *blogs*; era emocionante poder vê-lo e observar seu trabalho pessoalmente. Frei Gilvander falava, e o semblante das pessoas se alterava. Trazia notícias da importante reunião de negociação intermediada pelo Governo do Estado – segundo ele, mais de quatro horas numa mesa de negociação. Participaram da mesa os seguintes movimentos sociais: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Brigadas Populares e Consulta Popular. Entre os demais integrantes da mesa estavam os representantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Defesa Social, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos de Passageiros Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários, Metroviários e Aéreos do Brasil (CNU), Ministério das Cidades, *Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais* do Governo de Minas Gerais (SECCRI), Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Luzia, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão

Metropolitana (SEDRU), Prefeitura de Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Prefeitura de Contagem, Secretaria de Agricultura, Empresa Direcional Engenharia, Empresa Portela e Lima, RNC Advogados, Arquitetos sem Fronteiras, e lideranças das ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória (MOREIRA, 2014).

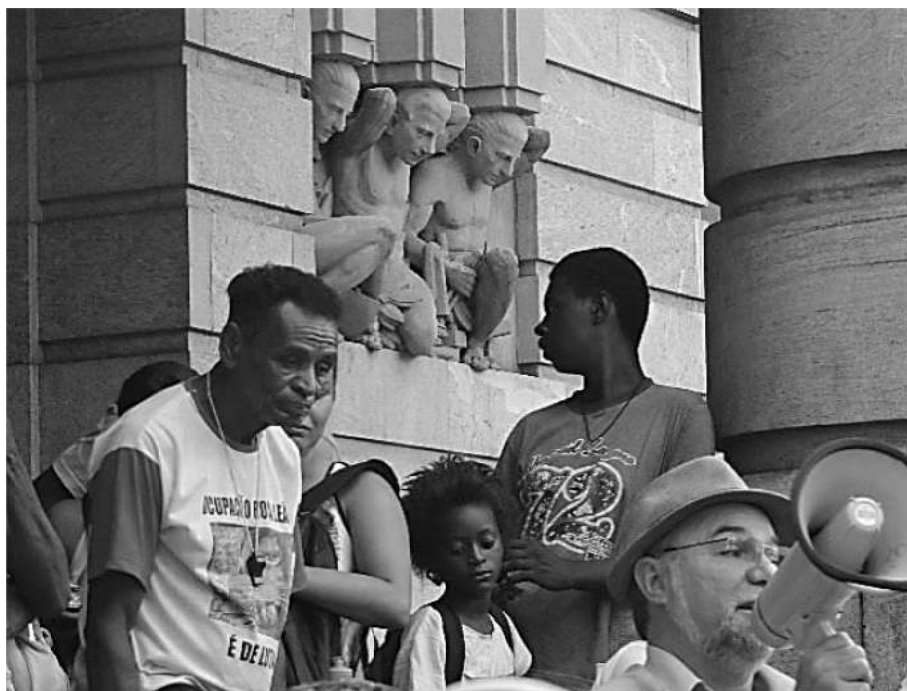
Na ocasião, além da exigência de participação do poder público municipal na negociação e do próprio questionamento da reintegração de posse efetivado pela juíza Luzia Divina, da 6ª Vara da Fazenda Pública Municipal, era discutida a validade do cadastro feito pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), considerado inconstitucional pelos manifestantes. Na ata da reunião, importantes deliberações, como o recadastramento das famílias por decisão judicial. A Dra. Luzia Divina, como consta no documento, determinou que fossem formalmente convidados: Ministério Público (MP); Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG); Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE); e número determinado de representantes dos movimentos sociais a participarem do recadastramento. A notícia foi bem recebida, e a aura festiva marcou o fim da manifestação.

Após o compartilhamento das notícias, fui ao encontro de frei Gilvander. Impressionou-me sua simpatia e gentileza, disse: “Bem-vinda à luta, Helena!”. Depois me abraçou. Em seguida, fez questão de me apresentar a todos ao seu redor. Entre estes estava Charlene, liderança da ocupação Rosa Leão, também enormemente receptiva; abraçamo-nos. A luta abraça.

Figura 5 – Fé Gilvander.  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.



Figura 6 – O peso invisível.  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.



Entre os encontros no acampamento-manifestação, um, em especial, revelou as nuances dos processos desencadeadores de sofrimento social (WERLANG; MENDES, 2013). Parada, ao lado da roda de música, notei que um homem, de aproximadamente quarenta anos, observava-me. De fato, bastou cruzarmos os olhos para ele se aproximar. Inicialmente, perguntou *para quem* eu trabalhava (e não *com o quê*). Respondi que era da universidade. Em seguida, começou a contar seu percurso até as ocupações da Izidora. Vindo do sul da Bahia, ele e sua família, que tradicionalmente “mexiam” com plantação de cacau, teriam perdido suas terras por meio de aparente sedutora parceria com uma empresa de cosméticos. Segundo dizia, apesar da expectativa de ascensão econômica, o que se deu, contudo, interpretando sua fala, foi incompatibilidade entre as formas tradicionais de produção artesanal e as demandas exigidas por tal empresa.

Um relato expressivo do elo perdido com o lugar – ruptura autoritária entre práticas humanas, desenvolvidas por comunidades tradicionais, com a teia complexa da vida ecológica – e, ao mesmo tempo, representativo da imposição de projetos hegemônicos como de interesse de todos: a natureza e seus recursos a serviço de *quem*? De tal modo, essa trajetória, ainda que em recorte, revelou processos desencadeadores de sofrimento social, como definido por Werlang e Mendes (2013):

O sofrimento não é temática nova, todavia, as transformações socioeconômicas hodiernas fazem surgir novas formas de vida e trabalho que têm remetido à precariedade. O sofrimento social é um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite o viver. (WERLANG; MENDES, 2013, p. 743)

O conceito de sofrimento social, de acordo com Werlang e Mendes (2013), tem sua origem na própria sociedade capitalista, fruto de uma realidade desigual essencialmente fundada na perpetuação das injustiças sociais. Todavia, como ressaltam as autoras, esse sofrimento não se manifesta somente enquanto resposta subjetiva às injustiças, mas também enquanto sensação fisiológica. Assim sendo, o sofrimento social – em ocorrência de depressão, ansiedade, estresse, humilhação, etc. – desencadearia sintomas físicos.

A anulação da identidade territorial e o conseqüente desmembramento dos vínculos sociais foram observados por Werlang (2013) como denunciadores do sofrimento social experienciado em áreas rurais. Segundo a autora, o desenvolvimento do capitalismo nesses lugares ocasionaria a perda de objetos sociais e, por conseguinte, desencadearia sofrimento.

Ser agricultor ou ocupar os espaços rurais na contemporaneidade tem sido tarefa arriscada, uma vez que a precariedade gerada pelo avanço capitalista no campo tem produzido sociopatologias, processos de sofrimento social que, por seu turno, têm levado ao suicídio. (WERLANG, 2013, p. 227)

No universo das cidades – epicentro do projeto espacial capitalista enquanto produção, consumo e circulação –, os recém-chegados do campo, desambientados, “‘flutuariam’ na estrutura social sem encontrar local de aconchego” (WERLANG, 2013, p. 110). Entretanto, e por outro lado, as ocupações urbanas da Izidora, como notado por meio do relato no acampamento-manifestação, proporcionam acolhimento no contexto da supervalorização do espaço na região metropolitana de Belo Horizonte; para muitos, a única opção de acesso à moradia, e, talvez por isso, a construção da identidade entre os moradores se consolide tão fortemente/rapidamente.

Apreciando os rumos da conversa, esforçava-me para ainda escutar o homem quando, naturalmente, o diálogo sucumbiu ao barulho do festejo. A luta era de música, de dança. Como diria frei Gilvander: “Que beleza!”. Eis que o sorriso afrouxou. A rua era o palco, e os manifestantes protagonizavam a simbiose corpo-mundo; desabrochavam. Espécie de florescência identitária pela celebração do *comum*: “na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela, efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (LEFEBVRE, 2002, p. 29). A luta pelo lugar – a luta – unia as ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória) em movimento/envolvimento.

Pude vê-lo misturar-se aos demais manifestantes, como que sugado pelo crepúsculo da tarde; emaranhados de fios de vida fundiam-se à noite. Quantas histórias eram ali tecidas, remendadas, tingidas? Não perguntei seu nome e provavelmente não o reconheceria, porém, sem que notasse, fotografei seu pé. Escorada pelo pescoço, a lente parecia mesmo rastrear o chão. De registro, um pé vestido de Havaianas. Como as mãos, os pés entregam a vida, revelam a trajetória; retalhos do caminho. Seus calos e ranhuras, e unhas escuras, são também talhados pela jornada, por vezes ingrata, do trabalhador. Em cada homem, o mundo; “o sertão está em toda a parte” (ROSA, 2001, p. 24).

Figura 7 – “Pé de cacau”, “unha de pedra”.  
Acampamento-manifestação, av. Afonso Pena, Belo Horizonte, 2014.





Uma espessa cortina de fumaça circunscreve os domínios da cidade. Encobertos, seus focos de conflito, de confronto, suas flamas de contradição. O projeto espacial capitalista, juntamente com a manipulação do *tempo* (expansão indefinida do futuro), conformam discursos articulados a fim de justificarem a intervenção avassaladora do capital travestida de progresso. O crescimento econômico, pois, visceralmente atado à (re)produção do espaço, arquiteta-se como “‘fuga pra frente’ pela qual o capitalismo competitivo tenta escapar às suas contradições” (DUPUY, 1980, p. 85).

Nesse contexto, sob a égide da centralidade da dinâmica espacial, os limites do urbano estão dados: prevalece a concepção patrimonialista de acesso à terra – fixidez da propriedade privada do solo – em detrimento do direito constitucional à moradia, direito à vida no espaço urbano. Decorrência disso, a sociabilidade levada a cabo reproduz a mesma relação autoritária; diluem-se “os lugares como instâncias em que a vida se realiza” (ZHOURI, 2011, p. 14). O processo de urbanização, desse modo, “altera substancialmente a forma como nos relacionamos com o tempo e com o espaço, com a natureza e com o ser humano e é, sobretudo, um processo social que modifica a forma como nos relacionamos com nós mesmos e com os outros” (SANTOS, 2015b, p. 180).

O cenário urbano brasileiro – paisagem criada à própria imagem do capital – é resultado, pois, da constante reedição/atualização do projeto hegemônico de acumulação. Reforçado pela lógica neoliberal, como expõe Ribeiro (2015), o roteiro da produção do espaço urbano termina por generalizar a segregação socioespacial, processo sintomático da consolidação da propriedade territorial como base da expansão capitalista. Em contrapartida, resultado da violência intrínseca ao processo de urbanização (SAMPAIO, 2015), insurge o lugar enquanto resistência: “ancoradouro de lutas pela autonomia e pela emancipação” (RIBEIRO, 2015, p. 171).

Sobre fissuras permanentes, em decorrência da produção capitalista do espaço, a fragmentação do solo urbano em propriedade privada – subordinado ao valor da troca como qualquer outra mercadoria (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) – intensifica os conflitos territoriais

entre aqueles sem e com poder de compra, qualificando a cidade como lugar de negócio e exclusão.

O consumo do espaço citadino, todavia, não pode ser igualado a qualquer mercadoria. Mesmo aqueles impossibilitados de acessá-lo via mercado formal, ou seja, incapazes de comprar a *mercadoria casa*, terão que habitar, garantia básica de reprodução da vida (SAMPAIO, 2015). Nesse sentido, no contexto dos conflitos e das contradições que pairam por todo o espaço urbano, a construção do espaço pelas ocupações urbanas desponta simultaneamente como sequela e solução ao roteiro neoliberal: flutuantes na própria dialética da urbanização, o possível-impossível do urbano (LEFEBVRE, 2006), por novas formas de utilização do espaço-tempo social. Assim sendo, as ocupações podem ser a porta de entrada para a desalienação, desde que, como aponta Santos (2015b), “em vez de conduzirem a conquistas de alcance imediato conduzam a radicalização das relações que as produziram” (SANTOS, 2015b, p. 183), caminho trilhado pelos movimentos sociais que atuam nas ocupações na direção desse fluxo de pensamento.

Assim sendo, no que tange à realidade dos moradores da Izidora, imersos em sua condição essencialmente contraditória, seria “pretensioso (ou ingênuo) considerar que se trata de um pequeno germe de espaço revolucionário” (LELIS, 2015, p. 298)? Estaria esse pensamento, em alguma medida, persuadido pela *missão civilizadora* do capitalismo? Qual seria o gatilho, afinal, para a radicalização da crítica ao projeto espacial capitalista? Sobre essas questões, reflete Santos (2015b):

Na contemporaneidade, aqueles que lutam por uma mudança radical na estrutura social, essencialmente na estrutura de classes, estão diante de uma difícil tarefa, a construção de uma crítica espaço-temporal, que conduza a, por exemplo, uma conscientização de classe que possa romper a própria fragmentação dos trabalhadores e também incluir outros grupos sociais. (SANTOS, 2015b, p. 187)

Perante o desafio à conscientização de classe, a obsessão pela acumulação contínua – articulação do setor financeiro com a propriedade imobiliária e, inevitavelmente, conformação de novas geografias urbanas por meio de deslocamento e despossessão (HARVEY, 2012b) – engendra nova contextura, e porventura impulso, à crítica radical. Conecta-se, assim, o urbano às prerrogativas neoliberais; o fenômeno da financeirização do espaço garante, pois, a primazia do privado no que tange à reprodução social conformando-se parte dos processos desencadeadores do sofrimento social (WERLANG; MENDES, 2013) no ambiente citadino.

O individualismo, a defesa dos valores de propriedade, a vida cotidiana sem alma tornaram-se alvo de crítica. [...] Trata-se de um mundo em que a ética neoliberal do

individualismo possessivo intenso e do oportunismo financeiro se tornou o modelo para a socialização da personalidade humana. E um mundo que se tornou cada vez mais caracterizado por uma cultura hedonista do excesso consumista. [...] O impacto é maior isolamento individualista, ansiedade, visão de curto prazo e neurose no meio de uma das maiores realizações materiais urbanas já construídas na história humana. (HARVEY, 2012b, p. 144)

Sobre o culto ao individualismo, Bourdieu (1998) acredita tratar-se do fundamento de todo o pensamento neoliberal. Segundo o autor, o neoliberalismo econômico é regido por ações conscientemente calculadas por agentes isolados que visariam a fins individualistas e egoístas. O individualismo, destarte, entendido como parte do fluxo de pensamento neoliberal, relacionar-se-ia com a ideia de alienação do lugar: a reificação das relações entre as próprias pessoas como consequência do fato de “assumirem a forma de relações fantasmagóricas entre ‘as coisas’” (ZIZEK, 2011b, p. 120), incluídos os lugares que se esvaem no sentido da relação profunda com o espaço habitado e remetem a sociabilidades mais justas. Nesse sentido, o lugar construído – e em construção – pelas ocupações urbanas da Izidora vai ao encontro do lugar teorizado por Tuan (1979):

O lugar, entretanto, tem mais substância do que a palavra localização sugere: é uma entidade única, um ‘conjunto especial’; tem uma história e um significado. O lugar encarna as experiências e aspirações de um povo. O lugar não é apenas um fato a ser explicado no quadro mais amplo do espaço, mas é também uma realidade a ser esclarecida e compreendida a partir das perspectivas das pessoas que lhe deram sentido.<sup>4</sup> (TUAN, 1979, p. 387)

Prometido à individualidade solitária, o vínculo com o lugar se dissipa na medida em que presume relações afetivas também entre os indivíduos da comunidade. Um cenário desalentador e que, ainda, como aponta Augé (2000), seria incrementado pela imposição de não-lugares: “se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (AUGÉ, 2000, p. 67). Os não-lugares, como parte do processo de alienação/anulação do lugar, ajudariam a compor a fictícia prosperidade do urbano enquanto projeto da modernidade: “um mundo em que se nasce na clínica e em que se morre no hospital” (AUGÉ, 2000, p. 67).

Nesse contexto, imersos num projeto espacial esterilizado de sentido – “poderoso gerador de substitutos mercantis, que permitem sobreviver num mundo cada vez mais

---

<sup>4</sup> “Place, however, has more substance than the word location suggests: it is a unique entity, a ‘special ensemble’; it has a history and a meaning. Place incarnates the experiences and aspirations of a people. Place is not only a fact to be explained in the broader frame of space, but it is also a reality to be clarified and understood from the perspectives of the people who have given it meaning.” (TUAN, 1979, p. 387, tradução nossa)

alienante” (DUPUY, 1980, p. 34) –, os cidadãos estariam comprometidos em demasia com satisfações pessoais, espécie de cidadania corrompida ou cidadania despolitizada (CHOMSKY, 2002, p. 4). A propensão das cidades, como argumenta Magalhães (2015), em produzir vetores causadores de sofrimento seria resultado do próprio mecanismo neoliberal enquanto reprodutor de condições que diminuem a propensão de manifestações de alteridade. Sobre a relação do sofrimento com o que chamou de capitalismo parasitário, escreveu Bauman (2010):

O que ficou alegremente (e loucamente) esquecido nessa ocasião é que a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens. As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver. (BAUMAN, 2010, p. 24)

Sob a égide dos conteúdos simbólicos do neoliberalismo, o projeto espacial capitalista passa a ser construído em torno da promoção de estilos de vida individualizados. Espécie de fluxo de pensamento, o advento do individualismo possessivo, de acordo com Harvey (2012b), engendra concepções mentais do mundo tendentes a suprimir sentimentos de inconformidade, combustíveis à radicalização e à conscientização de classe. Vale ressaltar, como será mostrado adiante, que racionalidades contra-hegemônicas emergentes nas ocupações da Izidora entram em confronto também com esse individualismo.

Desveladas a conexão entre a busca irrequieta pela acumulação, a configuração do espaço e as relações sociais nele encarnadas, paralelo à mercadificação do solo urbano e sua inacessibilidade, o ato de ocupar um terreno torna-se a regra, e não a exceção (MARICATO, 2003, p. 79). Despontando como parte da engrenagem do crescimento urbano, o ato de ocupar configura-se, para muitos, a última fronteira do espaço, a fagulha de esperança em habitar e (sobre)viver na cidade. Nesse momento, premida pelo turbilhão social, a comunidade organizada – sob estratégias populares de produção, controle e defesa do lugar – passa a ser o centro possível do processo de transição para projetos espaciais alternativos, “a política do dia a dia em locais particulares como um solo fértil fundamental para a ação política e a mudança radical” (HARVEY, 2012b, p. 112).

As ocupações urbanas da Izidora, dessa forma, alimentam o despertar para formas de vida em comum – em oposição ao modo de vida individualizado – por uma (nova) solidariedade socioespacial. Enquanto processo criativo, a reinvenção da sociabilidade, entretanto, não será consequência direta de um projeto físico, mas se favorecerá deste para realizar-se: ideia implícita na proposição do direito à cidade como direito a outras cidades,

idades libertas do imaginário espacial capitalista, que as projeta homogeneizadas em nome da acumulação, circulação e consumo.

Querer resolver a questão da habitação e, ao mesmo tempo, manter as grandes cidades modernas é um contrassenso. As grandes cidades modernas só serão eliminadas, porém, com a abolição do modo de produção capitalista e, quando essa abolição estiver em marcha, tratar-se-á de coisas totalmente diferentes do que arranjar para cada operário uma casinha própria que lhe pertence. (ENGELS, 1983, p. 29)

Como argumenta Dupuy (1980), como artérias e veias da modernidade, a disposição do espaço reverbera na desintegração do homem, sendo nas cidades modernas – império da aceleração do consumo – que a ocidentalização do imaginário torna-se funcional à lógica mercantil financeirizada que dá o tom ao urbano neoliberal.

Então, nossas cidades são projetadas para as pessoas ou para os lucros? O fato de tal questão ser colocada com tanta frequência nos leva imediatamente para o terreno da grande variedade de lutas sociais e de classe na formação do *lugar*. Estas são as paisagens em que a vida diária tem de ser vivida, as relações afetivas e solidariedades sociais são estabelecidas e as subjetividades políticas e os significados simbólicos são construídos. (HARVEY, 2012b, p. 158, grifou-se)

Figura 8 – Construído pelo povo e para o povo.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



No dia 12 de agosto de 2014, ao pisar pela primeira vez nas ocupações da Izidora, clarificaram-se os efeitos da lógica mercadológica de produção do espaço – reprogramada pelo neoliberalismo urbano – na perpetuação da construção social das desigualdades. Adentrar nas ocupações, consideradas entre os maiores conflitos humanitários e fundiários atualmente em curso no mundo (LAS CASAS, 2016), certamente sacudiu meus pensamentos. Como sinaliza Boff (2016): “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (BOFF, 2016).

Grafada no espaço, a nitidez das discrepâncias socioespaciais historicamente produzidas – “a especificidade do urbano e o papel vital do desenvolvimento geograficamente desigual na sobrevivência do capitalismo” (SOJA, 1993, p. 12) – levou-me a refletir sobre a urgência de uma (nova) racionalidade que fosse também, e talvez fundamentalmente, espacial, centrada no controle da produção social do espaço pelo povo e para o povo (CASTELLS, 1980, p. 35). Ao possibilitarem diferentes conteúdos à sociabilidade urbana, as ocupações da Izidora revelam pistas – iluminam caminhos – pela “apropriação do espaço social enquanto espaço-tempo da realização da vida cotidiana dos seus habitantes; como horizonte de vida urbana” (CARLOS *et al.*, 2015c, p. 12).

Acompanhada do pesquisador Pedro<sup>5</sup>, conheci primeiramente a ocupação Rosa Leão, a menor das três, com 1.500 famílias; Esperança, 2.000 famílias, Vitória, 4.500 famílias (BIZZOTTO, 2015). Entre os meses de maio de junho de 2013, quando se iniciaram, as ocupações acolheram significativa parcela da população que experienciava a negação dos direitos à moradia e à cidade. Famílias “sob a cruz do aluguel”, como assim reportam, ou submetidas à “humilhação de viver de favor”, como assim relatam, ocuparam um terreno há décadas ocioso na regional norte de Belo Horizonte e fronteiro ao Município de Santa Luzia, a região da Izidora. Como salienta Bizzotto (2015), desde seu princípio, em 2013, foi justamente entre os meses de julho e agosto de 2014 que se conformou, até então, o período mais tenso vivido pelos moradores das ocupações. De fato, foi o que presenciamos; na entrada da Rosa Leão, enorme barricada.

A situação de conflito iminente relacionava-se ao cumprimento da ação judicial de reintegração de posse pela Polícia Militar de Minas Gerais e à conseqüente ação de despejo marcada para 13 de agosto de 2015. O terrorismo psicológico chegou ao seu ápice exatamente

---

<sup>5</sup> Pedro Henrique Resende, graduado, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

no dia 12, a terça-feira em que estive lá. Helicópteros, segundo os moradores, sobrevoaram assustadoramente as casas lançando folhetos. Do céu, a seguinte mensagem:

Sugere-se que mulheres grávidas, idosos, crianças e pessoas portadoras de necessidades especiais saiam do local antes da reintegração para preservar a integridade física e psicológica dos mesmos. A responsabilidade pela saúde dessas pessoas é do movimento. (OCUPAÇÕES DA IZIDORA, 2016)

Famílias da ocupação Vitória, em decorrência do comunicado, improvisaram avisos aos policiais militares, que chegariam a qualquer momento. Dezenas de casas aderiram ao *movimento das placas*. Foram colocadas advertências nas portas anunciando a presença de grávidas, idosos, crianças e/ou pessoas portadoras de necessidades especiais, sugeridas a saírem da ocupação. Enquanto isso, a Polícia Militar de Minas Gerais tratava de reunir, para a efetivação do despejo, contingente policial de 1.500 homens, contando com reforço de outros 400 vindos do interior do Estado (BIZZOTTO, 2015). Interessante notar que o respectivo comunicado imputava ao movimento, ou aos movimentos sociais, a responsabilidade por qualquer violação dos direitos humanos decorrente do processo de reintegração de posse.

Ouvia-se de longe, entre uma casa e outra, um chiado de rádio: os ocupantes pareciam acompanhar a atualização das notícias; estavam, naturalmente, temerosos. Entre os encontrados no caminho, relatos de abstinência de sono; de prontidão, faziam vigília. A tentativa em convencer os ocupantes a abandonarem suas casas, entretanto, foi inócua. Em vez disso, prepararam-se para resistir. Logo na entrada da ocupação, próximo à barricada, rapazes posicionavam-se (grupo de aproximadamente dez). Sustentavam armas improvisadas, como pedaços de pau atravessados por pregos. Devidamente apresentados, segui. Adiante, antes de entrar na ocupação, mais barricadas.

Dentro da Rosa Leão, outros grupos podiam ser avistados. Afora isso, pouco movimento; prevalecia excessivo silêncio. Em algumas casas, podia-se ver mulheres lavando e estendendo roupas; pareciam fazer da imposição da rotina sua própria *arma* de resistência. Aproximei-me de uma delas; conversamos rapidamente, abraçamo-nos. O abraço revelava-se potente tecnologia emocional de empatia (MATTOS, 2016). A mulher, que aparentava pouco mais de trinta anos, avisou-me que rojões seriam emitidos caso a polícia fosse avistada. Porém, outra mensagem parecia lhe importar mais: ela, o marido e os dois filhos, afirmou, resistiriam até o fim, pois não tinham aonde ir. Sua casa, que também aderira ao *movimento das placas*, emitia, entretanto, outro franco sinal de vida ao serem preenchidas as tênues linhas do varal.

Figura 9 – De cara com a luta.  
Ocupação Rosa Leão, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Figura 10 – Movimento das Placas.  
Ocupação Rosa Leão, 2014, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.

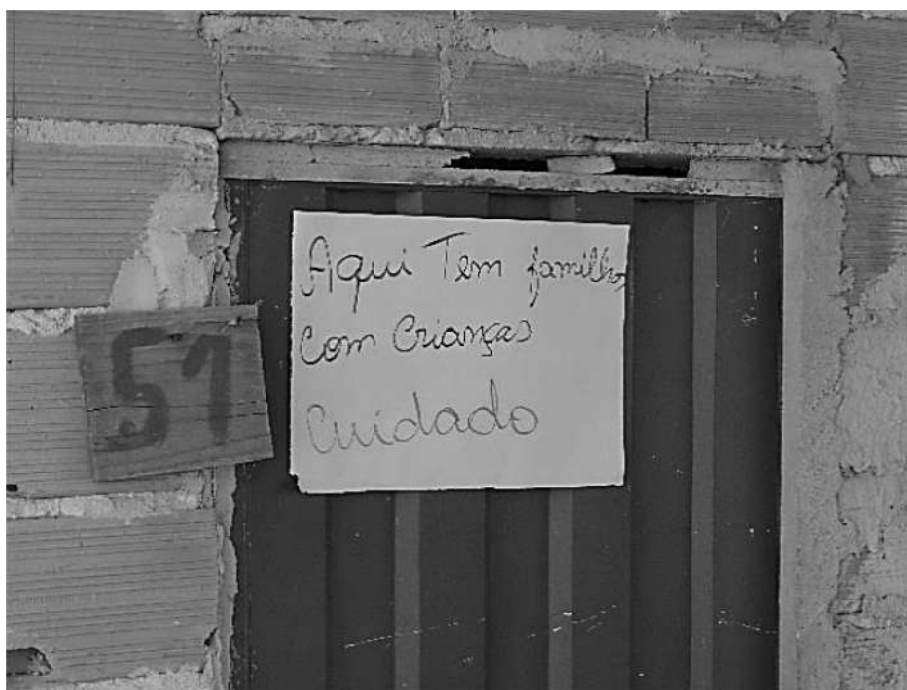


Figura 11 – Rotina da resistência.  
Ocupação Rosa Leão, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Figura 12 – Pela alma das ruas.  
Ocupação Rosa Leão, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Como o varal, “a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!” (RIO, 2008, p. 3). E nessas ruas, tomadas de identidade e sentidos de pertencimento, a radicalização da consciência espaço-temporal ganha terreno, o lugar como arena para a ação coletiva.

A consciência de classe é produzida e veiculada tanto nas ruas, bares, pubs, cozinhas, capelas, centros comunitários e quintais dos subúrbios da classe trabalhadora como nas fábricas. [...] A cidade é tanto um lugar de movimentos de classe como a fábrica e precisamos aumentar nossa visão pelo menos a esse nível e a essa dimensão da organização e prática política, em aliança com a vasta gama de movimentos rurais e camponeses, se alguma grande aliança para a mudança revolucionária está para ser construída. (HARVEY, 2012b, p. 197)

Todavia, a construção subjetiva que impregna de simbolismo a experiência espacial – caminho possível para a conscientização de classe –, reiterando, está constantemente ameaçada pelo impacto da reestruturação produtiva capitaneada pelas políticas neoliberais. Por meio da universalização do projeto espacial capitalista – “o capitalismo e de modo mais geral o crescimento não puderam se manter senão ao se estender ao espaço inteiro” (LEFEBVRE, 2006, p. 441) –, a própria alienação do lugar termina por converter direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra, o que assegura, por sua vez, a perpetuação do espaço como território funcional à lógica de acumulação.

Doravante, em meio à produção capitalista do espaço – no qual as condições de acesso aos lugares de realização da vida são submetidas ao valor de troca –, escancaram-se os conflitos entre os “que precisam de uma moradia para viver e aqueles que lucram com sua provisão” (MARICATO, 2009a, p. 36). Por seu lado, os baixos salários, incompatíveis com o custo da moradia no mercado formal, impulsionam a dinâmica das ocupações urbanas, geralmente estabelecidas em espaços relegados pelo capital e/ou que não cumprem sua função social (como o caso da região da Izidora).

O direito à propriedade privada é absoluto, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, a Constituição Brasileira de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro de 2002. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 defende o cumprimento da função social da propriedade, termo regulamentado pelo Novo Código Civil e pelo Estatuto da Cidade. Assim, o argumento jurídico que legitima as ocupações urbanas tem sido o fato de se tratar de imóveis vagos e que cumpriam propósitos especulativos. (BIZZOTTO, 2015, p. 77)

É no espaço citadino, pois, que as várias forças mutiladoras do sujeito – dominação cujo poder se exerce por meio do espaço sob a égide da propriedade privada do solo – explodem em plurais lutas urbanas. Na ocupação Rosa Leão, por seu turno, a luta pelo direito à moradia – pelo acesso ao espaço urbano – ganhava nuances acinzentados: quadro de pavor e covardia. Seriam os ocupantes forçosamente despejados naquele dia? De repente, quando o

silêncio já não mais incomodava, escutei o primeiro rojão. O que aconteceria caso a polícia chegasse? Prossegui.

Em seguida, os caminhos da Rosa Leão levaram-me ao encontro de uma jovem mãe e seu filho, ainda de colo. Eles figuravam no meio, entre a casa, ainda inacabada, e alguns fios de arame farpado. Uma cena que a mim tornou-se simbólica por ser capaz de sintetizar toda a angústia daquele momento. O que se faria ante a desumanidade que ali se anunciava? Que tipo de sociedade (obra humana) se opõe à perpetuação da vida? Deflagrava-se a produção capitalista do espaço como processo essencialmente violento desencadeador de sofrimento social sob a forma do terrorismo psicológico da ameaça de despejo forçado. Como reflete Tuan (1980), “ser despejado, pela força, da própria casa e do bairro é ser despido de um invólucro que devido à familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior” (TUAN, 1980, p. 114).

Figura 13 – Encurralados pelo despejo.  
Ocupação Rosa Leão, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.





Como um brado de alarme, grita a Izidora, gritam as periferias e seus habitantes. O barulho é ensurdecedor. Pela via da ordem e do progresso, a barbárie neoliberal atravessa a sociedade expondo espécie de fluxo de miséria de pensamentos. Atualmente em marcha no Brasil, a avalanche conservadora, contudo, não se apresenta como fenômeno isolado. Forças reacionárias ascendem simultaneamente, em escala global, e parecem desafiar qualquer paralelo histórico. Momento, este, descrito como tendência por Zizek (2016):

É o cancelamento direto da democracia. A ideia é: podem brincar com a democracia, mas, quando as coisas ficarem sérias, chamamos os peritos para assumirem o controle, não há mais tempo para jogos, etc. etc. Vocês são uma espécie de balão de ensaio, cobaias para toda a Europa de um novo sistema autoritário que se mantém democrático apenas na superfície. Como já vimos que está a ser testado na Grécia, na Itália, e eu acho, garanto, que vai se seguir em outros países. (ZIZEK, 2016)

Na conjuntura do avanço antidemocrático, os contextos de crise político-econômica prescrevem a vitória das forças do mercado ocasionando extraordinário reforço à dinâmica do capital, contexto que enseja, portanto, maior perigo às ocupações da Izidora. Entra em cena, em sua versão mais bem lapidada, o paradigma econômico e político que define o nosso tempo: o neoliberalismo (MCCHESENEY, 2002). Sobre o pensamento neoliberal, escreveu Harvey (2012b):

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. (HARVEY, 2012b, p. 16)

A saída para a crise mediante prerrogativas neoliberais – sistema não apenas econômico, mas também político e cultural, como adverte Chomsky (2002) – terminaria por realinhar o poder na classe capitalista. Dessa forma, além de sistêmicas, as crises revelar-se-iam necessárias à perpetuação do sistema: condizentes com o próprio desenvolvimento da sociedade mercantil, “as crises são essenciais para a reprodução do capitalismo, é por meio

delas que seus desequilíbrios são confrontados, remodelados e reorganizados para criarem uma nova versão de seu núcleo dinâmico”<sup>6</sup>.

Sobre o contexto da crise global do capitalismo, Jappe (2006) propõe conectá-lo com a própria crise do marxismo tradicional. Segundo o autor, este desdobramento do pensamento marxiano, especialmente na periferia capitalista, serviu para justificar o processo de modernização tardia ensaiada por esses países. O avanço da modernização, por conseguinte, teria distanciado do pensamento crítico as categorias de base<sup>7</sup>, consideradas pelo autor a essência da contramão neoliberal e da crítica anticapitalista emancipatória. O marxismo tradicional, desse modo, “colocou no centro dos seus raciocínios a noção de conflito de classe, entendendo-o como luta pela repartição do dinheiro, da mercadoria e do valor, sem se pôr em causa estas três realidades em si mesmas” (JAPPE, 2006, p. 10).

Nesse caminho, a reflexão de Freire (2014) sobre a ascensão de um homem novo, fixado, entretanto, na *forma-mercadoria*, parece dialogar com a crítica de Jappe (2006) ao marxismo tradicional. Esse homem novo emergiria embrutecido dos mesmos velhos sonhos de cobiça e conquista, sequelas da colonização do próprio imaginário.

O homem novo, em tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede lugar a uma nova, de libertação. A sua visão do homem novo é individualista. [...] Dessa forma, por exemplo, querem a reforma agrária, não para libertarem-se, mas para passar a ter a terra e, com esta, tornarem-se proprietários [...]. (FREIRE, 2014, p. 18)

Para além do desdobramento considerado tradicional, a obra de Marx, segundo Jappe (2006), possibilita, todavia, aberturas de natureza muito distinta que remetem à superação, de fato, da sociedade capitalista.

Sendo assim, podemos distinguir duas tendências na obra de Marx, ou eventualmente falar de um duplo Marx: por um lado, o Marx ‘exotérico’, que toda a gente conhece, o teorizador da modernização, o dissidente do ‘liberalismo político’, um representante das Luzes que queria aperfeiçoar a sociedade industrial do trabalho sob a direção do proletariado; por outro lado, um Marx ‘esotérico’ cuja crítica das categorias de base – difícil de compreender – visa mais além do que a civilização capitalista. É preciso contextualizar historicamente a teoria de Marx e o marxismo tradicional, em vez de ver simplesmente erros tanto numa coisa como na outra. Não pode dizer-se que o Marx esotérico tem razão e que o Marx exotérico está errado. É preciso pô-los em correlação com duas etapas históricas distintas: a modernização,

<sup>6</sup> “*Las crisis son esenciales para la reproducción del capitalismo y en ellas sus desequilibrios son confrontados, remodelados y reorganizados para crear una nueva versión de su núcleo dinámico.*” (HARVEY, 2014b, p. 11, tradução nossa)

<sup>7</sup> Os traços gerais de uma crítica das categorias de base, de acordo com Jappe, seriam as categorias centrais da sociedade capitalista contidas na obra marxiana: “o valor, o dinheiro, a mercadoria, o trabalho abstrato, o fetichismo da mercadoria” (JAPPE, 2006, p. 9).

por um lado, e a respectiva superação, por outro. [...] Hoje em dia só o Marx esotérico pode constituir a base de um pensamento capaz de captar os desafios atuais e de compreender simultaneamente as origens mais recuadas desses mesmos desafios. (JAPPE, 2006, p. 10)

Nesse sentido, Jappe (2006) ilumina, em consonância com o Marx esotérico, outras saídas para a crise, alternativas ao ajuste da modernização neoliberal e ao próprio capitalismo. As saídas, como mencionado, dependeriam, por sua vez, do necessário enfrentamento das categorias de base (fundamentos da modernidade capitalista). A partir da aproximação com essas categorias, de acordo com o autor, ressurgiria o desejo de tudo transformar em objeto de crítica, descortinando-se, pois, a lógica basilar da sociedade moderna – a começar pela vida cotidiana. Nesse sentido, os espaços-tempos específicos de vida, tal qual desenvolvidos nas ocupações da Izidora, despontam como crítica ao próprio domínio da lógica privatista do espaço ao não restringirem o acesso a terra àqueles com recursos monetários para acessá-la; observam-se três processos distintos nas ocupações: moradores que ocuparam desde o início (os primeiros a chegar), outros que ganharam o terreno, e, ainda, ocupantes que compraram o lote a preço acessível, compatível com a renda.

Seria preciso descortinar a lógica da sociedade de mercado, se há, no horizonte, um humanismo revolucionário, tendo em vista que o sistema neoliberal tem como subproduto importante e necessário a cidadania despolitizada (CHOMSKY, 2002, p. 4). Por isso, entre as categorias centrais do capitalismo contidas na obra marxiana, Jappe (2006) remete àquela que entende como central: a noção de mercadoria. Justamente por encerrar os traços fundamentais do modo de produção capitalista, a dinâmica da mercadoria – como a célula germinal de todas as sociedades modernas – levaria o capitalismo à sua crise final: o colapso ecológico; as barreiras da natureza conformariam a segunda contradição do capitalismo (HARVEY, 2012b). Diante desse cenário, em que a superexploração da natureza coincide com a superexploração do trabalho, como sublinha Porto-Gonçalves (2016), ao pensamento crítico revelar-se-ia proeminente a crítica à sociedade da mercadoria.

O movimento operário sempre confundiu o capitalismo com algo que era apenas uma determinada etapa de sua evolução. As lutas de classe eram conflitos de interesses que se desenvolviam sempre no horizonte da sociedade da mercadoria, sem pô-la em questão. (JAPPE, 1998, p. 10)

Ancorado nas categorias de base, o pensamento crítico processaria a modernização tardia como uma exigência imposta pela própria dinâmica da sociedade burocrática de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991). Essa sociedade, como o próprio conceito sugere, é controlada pelo Estado, e, via manipulação subjetiva do sistema de valores, acaba por

direcionar e definir o próprio sistema de consumo, fundamentos do mal-estar civilizatório captados pela vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991).

Na prática, a modernização tardia, como esclarece Jappe (1998), corresponde à forma mais radical de reestruturação capitalista atrelada à economia de mercado: um processo de recrudescimento, assim levado a cabo, que teria implicações no nível cotidiano, especialmente no que tange à experiência cidadina. Dramas cotidianos enredar-se-iam pela profunda transformação das cidades em decorrência da sintonia entre o fenômeno neoliberal, a produção do espaço e a reprodução social; processos desencadeadores de sofrimento social (WERLANG; MENDES, 2013) escancarados no próprio conflito entre a propriedade privada da terra e o direito ao seu uso como fundamento básico de reprodução da vida, tal qual experienciado pelos moradores das ocupações da Izidora.

Como revela Harvey (2012b), as práticas efetivas do neoliberalismo implicam claro apoio do poder do Estado ao capital financeiro e às elites capitalistas, supostamente protegendo o ambiente agradável para os negócios, o que demonstra, por conseguinte, sua total incapacidade de fazer algo além de perpetuar o *status quo*: concentração de riqueza e poder. Sobre esse círculo vicioso, ainda no século XVIII, assinalava Adam Smith:

Tudo para nós, e nada para os outros – essa parece ter sido, em todas as épocas do mundo, a máxima vil dos senhores da humanidade. Eis por que, tão logo os grandes proprietários conseguiram encontrar um modo de consumir eles mesmos o valor total das rendas de suas terras, não tiveram mais propensão a partilhá-las com outras pessoas. Por um par de fivelas de diamante, ou talvez por alguma outra coisa igualmente frívola e inútil, trocavam o sustento ou, o que é a mesma coisa, o preço do sustento anual de mil homens e, com isso, todo o peso e autoridade que esse poderio era capaz de assegurar-lhes. Todavia, as fivelas deveriam pertencer-lhes com exclusividade, e nenhuma outra criatura teria parte nelas, ao passo que, no sistema mais antigo, os senhores feudais tinham que partilhar sua renda no mínimo com mil pessoas. Essa diferença era decisiva para os avaliadores que deviam determinar a preferência e que, em troca da satisfação da mais infantil, da mais mesquinha e mais sórdida de todas as vaidades, negociavam gradualmente todo o poder e toda a autoridade que possuíam. (SMITH, 1996, p. 403)

Afora as drásticas consequências socioambientais pela satisfação de toda sorte de fetiches dos senhores da humanidade, comércio e setores produtivos – hoje crescentemente controlados por instituições financeiras e corporações multinacionais (CHOMSKY *apud* REQUIEM FOR THE..., 2015) –, as políticas atuais, da mesma forma que outrora, baseiam-se nas alegações dogmáticas por elas mesmas disseminadas: “que o crescimento é uma condição prévia para a redução da pobreza e da desigualdade ou que políticas ambientais mais respeitáveis são, como alimentos orgânicos, um luxo para os ricos” (HARVEY, 2012b, p. 186). Com respaldo da ciência econômica e seus prestigiados representantes – economistas

vencedores de prêmio Nobel (FERRAZ, 2016) –, o pensamento neoliberal concedeu, enquanto domínio de fluxo de pensamento, aura de legalidade moral à ganância sem freios, ao egoísmo perverso e à destruição ambiental sem precedentes. Um fluxo, por sua vez, de efeito “tsunâmico” – a partir dos grandes epicentros de consumo para o restante do mundo.

Como sucessão de ondas, movendo-se rapidamente, o efeito social do neoliberalismo – enquanto primazia dos mercados na reprodução social com anuência do Estado – leva, destarte, ao aprofundamento do sofrimento social concomitante à superexploração dos recursos naturais. Como expõe Harvey (2012b), esses efeitos dar-se-iam não apenas pela recessão, mas também como consequência dos próprios ciclos de crescimento, tendo em vista que a desigualdade de classe é central para o capitalismo. Por isso mesmo, a aposta do poder político é negar que classes sociais existam, sendo necessário, por outro lado, que a ofensiva da agenda revolucionária ilumine, justamente, essa relação ofuscada, crítica radical da sociedade de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991) que conduza à conscientização de classe.

Parte do desafio à radicalização, por modelos diferentes de racionalidades (SANTOS, 2002), parece residir na desarticulação do neoliberalismo como fluxo de onda de pensamento<sup>8</sup>:

[...] em última análise, o neoliberalismo se tornou hegemônico como forma de discurso. Tem efeitos penetrantes sobre nossos modos de pensar a tal ponto de incorporar-se como natural à forma como interpretamos, vivemos e compreendemos o mundo.<sup>9</sup>

O urbano neoliberal, ao promover o individualismo exacerbado, termina por inibir a potência criadora das emancipações ao banalizar, por exemplo, as injustiças sociais; a tendência da cidade, e do processo de urbanização, em produzir vetores causadores de sofrimento social segue incontestada.

Assim sendo, entendido como lugar de expressão de conflitos, o urbano acionaria, de acordo com Sampaio (2015), espécie de “inversão analítica”: o objeto de reflexão teórica compreendido pela violência urbana passaria a considerar a própria urbanização enquanto processo essencialmente violento, o sofrimento social entre as consequências humanas do urbano neoliberal. Nesse sentido, o projeto de urbanização, expoente da (re)produção do capital na esfera cidadina, “congregou a metamorfose necessária da terra em bem

<sup>8</sup> No original, *flow of thought-waves* (BRADBURY, 1976, p. 102, tradução nossa).

<sup>9</sup> “*En definitiva, el neoliberalismo se ha tornado hegemónico como forma de discurso. Posee penetrantes efectos en los modos de pensamiento, hasta el punto de que ha llegado a incorporarse a la forma natural en que muchos de nosotros interpretamos, vivimos y entendemos el mundo.*” (HARVEY, 2007, p. 9, tradução nossa)

comercializável, portanto inserida no circuito produtivo, permitindo a acumulação do capital” (SAMPAIO, 2015, p. 58). O direito inviolável à propriedade, coração pulsante da (des)ordem social, deve, por isso, ser frontalmente desafiado, se há, no horizonte, a superação da lógica espacial capitalista e a consequente reprodução do poder de classe.

No contexto da metrópole belo-horizontina, as ocupações urbanas têm protagonizado esse enfrentamento. A luta pelo acesso à moradia e, por extensão, pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2008), ou a outras cidades, insurge contra o projeto espacial capitalista ao frear, ainda que localmente, novos ciclos de acumulação do capital na esfera cidadina. A incursão da racionalidade neoliberal nas cidades e a consequente financeirização do espaço, desse modo, terminaram por projetar um cenário de dramático descompasso social evidenciado pela falta de moradia: “em nome do direito à propriedade de alguns poucos, se nega o direito à moradia de muitos” (BOULOS, 2014, p. 17).

Figura 14 – Recado do MLB.  
Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.



No dia 19 de junho de 2015, lamentável episódio, durante uma manifestação-bloqueio organizada pelas ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), revelou a dimensão violenta do poder público ao defender interesses do setor imobiliário. Enquanto marchavam, movimentavam-se pelo direito à moradia, as famílias das ocupações da Izidora sofreram um terrível atentado. Uma estrondosa escalada repressiva com saldo de 40 pessoas presas e mais de 90 feridos, incluindo um bebê de onze meses que teria sido atingido por bala de borracha (MOREIRA, 2015).

Após serem informados do despejo iminente, via ofício do Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar de Minas Gerais, as lideranças das ocupações da Izidora, juntamente com a rede de apoio – conformada pelo envolvimento da comunidade externa com a realidade vivida nas ocupações (BIZZOTTO, 2015) –, organizaram uma passeata até o Centro Administrativo do Governo do Estado. Por volta das oito e quarenta da manhã, após vinte minutos de manifestação com bloqueio da rodovia MG-010, homens, mulheres, crianças e idosos foram surpreendidos pela truculência da ação da polícia militar. Balas de borracha, gás de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo, algumas com data de validade vencida, foram lançados aleatoriamente sobre a população das ocupações.

Em meio à sufocante cortina de fumaça, às margens da Linha Verde (via responsável por promover ligação entre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no Município de Confins, e o Centro de Belo Horizonte), fugiam dos disparos os manifestantes. Carregada por Kadu (Ricardo de Freitas Miranda, importante liderança da ocupação Vitória, assassinado em 22 de novembro de 2015), uma menina de onze anos gritava em estado de choque (PM DE MG..., 2015). Nas reportagens da mídia tradicional, o porta-voz da polícia militar defendeu a ação alegando ser ilegal utilizar crianças como escudo. De acordo com o policial, não se tratava de manifestação, porém de ato criminoso. Segundo nota oficial, o Batalhão de Choque fez valer a vontade do Governo do Estado: tolerância zero com interdição de vias e todo esforço para manutenção da ordem (CRUZ, 2015).

Figura 15 – Violência institucionalizada.  
Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.



A violência contra os moradores das ocupações foi considerada, por sua vez, um *aviso de incêndio*. No dia seguinte, 20 de junho de 2015, Luiz<sup>10</sup>, parceiro de campo, e eu fomos até a ocupação Vitória. Os manifestantes que conseguiram voltar para casa estavam machucados, humilhados, traumatizados. Muitos foram os relatos, alguns mostravam as marcas das balas de borracha – as que pegaram em cheio, as que passaram de raspão. Na pele de trabalhadoras e trabalhadores, mães e pais de família, o círculo vermelho, ainda saliente e dolorido, era mais que um ferimento: carregava mensagem simbólica. A postura violenta dos policiais foi interpretada como indicativa do despejo forçado, sem negociação. Um massacre anunciado, de proporções inimagináveis, passou a assombrar e a tirar o sono de mais de oito mil famílias, aproximadamente trinta mil pessoas, residentes nas ocupações da Izidora.

O drama vivenciado pelas famílias relaciona-se ao próprio efeito da orientação neoliberal na produção da cidade – globalização mercantil capitalista na qual se privatiza e se vendo tudo, incluindo o espaço – exacerbando o sofrimento social na própria esfera cidadina. Desse modo, a acentuação das injustiças sociais ajudaria a compreender a violência inerente ao processo de urbanização e como ela é multiplamente experienciada: elevado déficit habitacional e dificuldade de acesso à moradia digna; inacessibilidade aos serviços essenciais (saneamento básico, transporte, educação, saúde, lazer, cultura); negação de matrícula em escolas e creches e de atendimento em hospitais e postos de saúde, devido à não apresentação de endereço válido; dificuldade de ingresso ao emprego formal; distância entre a casa e o trabalho; discriminação racial; maior sujeição à agressão marginal e policial; dificuldade de acesso à justiça oficial; ameaças de reintegração de posse e despejo forçado. Os processos de segregação e exclusão, nesse viés, podem ser interpretados como condicionantes – fundamentos da urbanização capitalista – imprescindíveis à mercadificação da terra e à realização da propriedade privada, enredos dos próprios processos desencadeadores do sofrimento social.

Ao excluir e segregar, o processo de urbanização torna-se, portanto, violento para grande parcela da população, especialmente a de baixa renda. Além da industrialização com baixos salários, os quais não custeiam a habitação – condição narrada pelos moradores das ocupações como *a cruz do aluguel* –, a própria oferta de infraestrutura urbana é acordada com os interesses do mercado imobiliário, que acaba por orientar, conseqüentemente, a localização

---

<sup>10</sup> Luiz Antonio Evangelista de Andrade, graduado, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

dos investimentos, com destaque para a simbiose entre a criação de oportunidades para o investimento imobiliário e a abertura de grandes vias (MARICATO, 2003b).

As contradições inerentes aos instrumentos urbanísticos – enquanto mecanismos estratégicos de acumulação – dão-se não apenas *no* espaço urbano, mas diretamente na produção *do* espaço urbano, como sublinham Carlos *et al.* (2015c). Emblemática nesse aspecto, a operação urbana, como instrumento de planejamento público, é uma forma de parceria público-privada na qual o Estado faz concessões legais ao parceiro (setor privado) mediante oferecimento de contrapartida. Todavia, embora o princípio da contrapartida seja atender ao interesse público, o benefício gerado tende a impulsionar o mercado imobiliário, inviabilizando o acesso ao espaço pelas classes desfavorecidas. As operações urbanas, nesse sentido, podem ser compreendidas como parte das forças sistêmicas que sustentam as particularidades da gentrificação: o Estado como instrumento privado de acumulação garantindo que apenas uma fração da cidade resolva seus problemas (FIX, 2003).

A operação urbana como instrumento da política urbana conecta-se com o receituário neoliberal: a cidade como negócio, o espaço como mercadoria. De acordo com Lage (2008), sua utilização justificar-se-ia, em parte, pela crise financeira do Estado, o qual passaria a delegar ao setor privado parte do financiamento de grandes projetos urbanos. Como expoente da parceria público-privada no país, a operação urbana apresenta contradições: coexistem ideais progressistas, de direito à cidade, com princípios neoliberais, de administração da cidade como uma empresa. A partir desse instrumento, os municípios formalizam a roupagem institucional de formas democráticas de governo – imersas no paradigma do urbanismo democrático e inclusivo anunciado pela Constituição de 1988 e reafirmado pelo Estatuto da Cidade (LAGE, 2008) –, porém, ao mesmo tempo, passam a atuar subservientes às forças do mercado.

No domínio da crítica aos pressupostos de construção democrática do território, Zhouri e Laschefski (2010) observam o processo de constrangimento dos conflitos socioambientais. E os próprios preceitos do Estatuto da Cidade contribuiriam para a estruturação de um paradoxo no campo normativo institucional/operacional: a despolitização pela abertura do diálogo; o eixo gravitacional das lutas sociais se modifica; em vez de confrontação da sociedade urbano-industrial-capitalista, esses grupos seriam convocados à mediação.

Assim sendo, as mesas de negociação propostas pelo Estado ao conflito da Izidora – como espaços de diálogo – seriam tentativas de empreender um despejo *humanizado*, ou *despejo branco*. Como relata Bizzotto (2015), essa constatação teria sido narrada pelas próprias lideranças das ocupações, as quais temiam que as mesas caminhassem no sentido contrário de seu objetivo: o reconhecimento da legitimidade das ocupações. Como acrescenta Acelrad (2004), os movimentos sociais experimentariam, pois, a própria deslegitimação de seu discurso por meio da cientificização do próprio diálogo.

Como argumenta Lage (2008), pode-se dizer que o marco conceitual dos ideais progressistas no campo normativo brasileiro não foi experimentado de forma isolada; concomitantemente, afirmaram-se os ideais neoliberais. Esse fato explicaria, em parte, a competição na esfera local por investimentos – perspectiva propagada pelo ideal da cidade como mercadoria – e o maior comprometimento dos governos com as causas econômicas à revelia das questões sociais. Corroborando com Cota (2010), afere-se sintonia, portanto, entre as operações urbanas (propostas pelo Estatuto da Cidade, documento considerado de cunho progressista) e os agentes que buscam viabilizar a cidade como lucrativo negócio.

Estado e elite, ao assegurarem o elo financeiro dos empreendimentos imobiliários, terminam por apartar do seu projeto espacial grande parte da população, criando uma cidade excludente. O efeito controverso das operações urbanas – enquanto expoente da parceria entre setores público e privado – é deflagrado no conflito humanitário e fundiário protagonizado pelas ocupações urbanas da Izidora. Abrigando milhares de famílias, as ocupações constituem-se alternativas ao déficit habitacional, possibilitando, além da moradia, espaço para modos de vida vinculados à terra e à vivência em comunidade. Contudo, os projetos de vida dos ocupantes estão ameaçados pelo continuísmo e imposição do plano hegemônico de matriz ideológico-coerciva: o projeto espacial capitalista instrumentalizado por uma operação urbana. A proposta urbanística do poder público municipal para a região da Izidora é explicitada pela Operação Urbana do Isidoro – empreendimento habitacional que propositalmente vem sendo divorciado do conflito fundiário da região da Izidora, e, na prática, tem sido utilizado pelo discurso hegemônico como forma de legitimar as ações de reintegração de posse que dão origem às liminares de despejo, desocupação forçada da área.

No ano 2000, o interesse público, previamente manifestado pelo Executivo, buscou parceria para definição da Operação Urbana do Isidoro. Apesar de mais permissivos que os parâmetros da legislação vigente, os parâmetros definidos pela operação urbana não geraram, em princípio, a atração do setor privado. Assim, a instituição da Operação Urbana do Isidoro

pela nº Lei 8.137/2000 não obteve o impacto esperado. O texto final aprovado pela Prefeitura de Belo Horizonte parecia não refletir na integralidade os anseios dos empreendedores, o que, conseqüentemente, desestimulou o interesse privado pela área.

Ressurgindo no ano de 2010, inserida na Lei nº 9.959, nova proposta para a região da Izidora foi estudada na Secretaria Municipal de Políticas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse momento, outros fatores serviram como atrativo para o setor privado, como a implantação da Linha Verde e a instalação do Centro Administrativo do Governo do Estado, no bairro Serra Verde. Dessa forma, o Vetor Norte do Município de Belo Horizonte, onde se localiza a região da Izidora, ganhou nova dinâmica criando tendência de crescimento imobiliário. É interessante notar, destarte, que uma manobra discursiva, no que tange à sustentabilidade ambiental e social, foi articulada pelo empreendimento Granja Werneck S/A – desenvolvido no âmbito da Operação Urbana do Isidoro – como forma de promover a ocupação ordenada da área. Como assinala Laschefski (2013), esse empreendimento – a partir da sustentabilidade urbana enquanto concepção elitizada – visava, em suma, à expansão mimetizada da perpetuação da lógica capitalista de produção/acumulação. Ou, como assinala Escobar (1996): “no discurso do desenvolvimento sustentável, a natureza é reinventada como meio ambiente de modo que o capital, não a natureza e a cultura, possa ser sustentado”<sup>11</sup> (ESCOBAR, 1996, p. 49).

Como parte da ascensão de novos nichos de mercado – embasados na noção do *marketing verde* –, o discurso da sustentabilidade prenuncia formas refinadas de elitização do espaço urbano (LASCHEFSKI, 2013). A região da Izidora, por seu turno, caso efetivado o projeto urbanístico da Granja Werneck S/A, sofreria elevação, enquanto tendência geral, dos patamares de preço da terra; e, conseqüentemente, atividades a ela vinculadas, como atualmente desenvolvidas nas ocupações, não seriam possíveis.

Devido ao atraso na execução, a Operação Urbana do Isidoro foi reeditada em 2014 sob a Lei nº 10.705, conhecida como Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo. Entre alterações e outras providências na Lei nº 9.959/2010, chama atenção o artigo 67 ao determinar a inclusão do programa Minha Casa Minha Vida sendo isentado o pagamento de contrapartidas.

Art. 67 – [...] § 6º – Não se sujeitam ao pagamento da contrapartida prevista no *caput* deste artigo os empreendimentos cujas unidades residenciais sejam

<sup>11</sup> “*In the sustainable development discourse, nature is reinvented as environment so that capital, not nature and culture, may be sustained.*” (ESCOBAR, 1996, p. 49, tradução nossa)

integralmente vinculadas ao atendimento da demanda da Política Habitacional do Município, observada a seguinte proporção: I – no mínimo 70% (setenta por cento) das unidades habitacionais destinados a beneficiários com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos; II – percentual restante das unidades habitacionais destinado a beneficiários com renda familiar mensal superior a 3 (três) até 6 (seis) salários mínimos. (BELO HORIZONTE, 2015)

Na prática, além de macular a própria lógica da operação urbana enquanto instrumento da política urbana, a desobrigação com as contrapartidas significa colossal retorno – leia-se lucro – ao empreendedor em detrimento da infraestrutura básica prevista como contrapartida, privando os futuros moradores do próprio acesso à cidade<sup>12</sup>. Por meio dessa alteração, os equipamentos urbanos – que deveriam beneficiar a população local e a cidade – são desconsiderados em favorecimento exclusivo do empreendedor, no caso, a incorporadora Direcional Engenharia. Assim sendo, corroborando com Bizzotto (2015), a inclusão do programa Minha Casa Minha Vida na operação urbana Lei nº 10.705/2014 ilustra o deslocamento da responsabilidade da política habitacional para o setor privado-empresarial.

---

<sup>12</sup> O grupo de extensão universitária Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, investigou e apontou inúmeras irregularidades na Operação Urbana do Isidoro, cf.: Indisciplinar (2015); Franzone *apud* Aulão Público (2015).

Figura 16 – A “fórmula mágica”.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Um contrassenso, destarte, insurge dessa proposta urbanística para a região da Izidora: como justificar a remoção de mais de oito mil famílias de baixa renda para a construção de moradias de interesse social para famílias de baixa renda? Como adverte Mayer (2015), busca-se justificar a demolição de casas cujas famílias compreendem a parcela mais significativa do déficit habitacional – famílias com renda de até três salários mínimos – para se construir habitação de interesse social para famílias dentro do mesmo perfil: “então, não faz o menor sentido” (MAYER *apud* OCUPAÇÕES DO IZIDORA..., 2015). Nesse caso, estaria o programa Minha Casa Minha Vida evidenciando a capitalização da pobreza escamoteada pela promoção à moradia?

Como aponta Valochko (2015), avaliando o necessário continuísmo da produção no/do espaço para a dinâmica de acumulação capitalista, e dadas algumas barreiras, como a própria raridade do espaço em certas regiões valorizadas e densamente povoadas das cidades e metrópoles, o setor imobiliário e o capital financeiro, em parceria com o Estado, “passam a investir pesadamente na produção habitacional nos espaços periféricos [...], onde a pobreza historicamente constituída vem sendo mobilizada lucrativamente” (VALOCHKO, 2015, p. 112). O que se observa na periferia brasileira, dessa forma e tal qual projetado pela Operação Urbana do Isidoro, integra a rodada espacial de reprodução do capital imobiliário estritamente vinculado às premissas do urbano neoliberal.

Como parte das políticas habitacionais, o programa Minha Casa Minha Vida estaria ancorado na própria premissa da cidade como mercadoria: “a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reproduzível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação” (CARLOS, 2015b, p. 26). Assim sendo, ao mesmo tempo em que se estabelece como resposta institucional à grave crise habitacional, o programa beneficia extraordinariamente os setores da construção civil e mercado imobiliário, como já explicitado.

A insuficiência das políticas habitacionais e sua evidente incapacidade de suprimir o déficit habitacional, por seu turno, desencadeiam expressivos movimentos de ocupação irregular de terrenos, como observado no contexto da região metropolitana de Belo Horizonte, no qual se inserem as três ocupações urbanas da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória). Além disso, como observado no encontro com Inês e Pedro, também notado nas falas de outros ocupantes, a alternativa dos apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida, projetados com área de 43 m<sup>2</sup> (INDISCIPLINAR, 2015), não é considerada como moradia

digna. Ou seja, para muitos ocupantes, a hipótese de trocarem suas casas nas ocupações por apartamentos não significa apenas perda de espaço para a família, que muitas vezes ultrapassava quatro integrantes, mas perda, sobretudo, do acesso à terra como sinônimo de dignidade. Quando conheci a casa de Inês, com fogão a lenha e horta comunitária, ela observou: “bem melhor que *apartamento*, né? Em *apartamento* cabe nem a gente em pé lá dentro”<sup>13</sup>. E seu marido, Pedro, reforçou: “nós temos que lutar pela moradia digna, o que eles querem pra nós não dá dignidade pra nós”<sup>14</sup>, referindo-se também aos apartamentos do programa habitacional em questão.

---

<sup>13</sup> INÊS. [out. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

<sup>14</sup> PEDRO. [out. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

Figura 17 – “Predinho da Direcional”.  
Porta da empreiteira Direcional Engenharia, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, 2015.  
Fonte: Resiste Izidora (2015).



Figura 18 – Espaço de vida, Inês e Pedro.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Figura 19 – Quintal com horta comunitária, casa de Pedro e Inês.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Nesse contexto, vislumbra-se o potencial da luta pelo acesso ao espaço urbano, protagonizada pelos ocupantes da Izidora, de forma a articular críticas radicais pelo direito a outras cidades, tendo em vista a multiplicidade de projetos espaciais possíveis que se adequam às necessidades das famílias e/ou da comunidade.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2008, p. 74)

Sobre o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade – a partir de contraespaços (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) que limitam o avanço da acumulação capitalista – Engels (1983), ainda no final do século XIX, previa a necessária conquista do poder político pelo proletariado, a começar pela libertação do modo de pensar burguês. A racionalidade hegemônica, entrave à superação do projeto espacial capitalista, seria o maior triunfo da classe burguesa: “o capitalismo é uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro” (AGAMBEN, 2012).

Por esse caminho, na contramão do endividamento compulsório – enquanto financiamento da moradia popular mediante estímulo ao crédito e de subsídios os quais, na verdade, constituem-se mecanismos de dinamização da indústria da construção civil e do mercado imobiliário (SANTOS *et al.*, 2014) – e, ao mesmo tempo, freando o continuísmo do projeto espacial capitalista encabeçado pela Operação Urbana do Isidoro, as ocupações conformam-se racionalidades contra-hegemônicas: “e, desse entendimento, o ato de ocupar é um ato subversivo de não submissão à lógica mercadológica de acesso à moradia” (CANETTIERI, 2014, p. 27).

Assim sendo, enquanto ação perturbadora da ordem dominante, as ocupações estão fadadas à repressão, seja por meio da violência institucionalizada, seja pela ação de sujeitos tomados pela ganância infecciosa (HARVEY, 2012b). A ocupação Vitória, nesse contexto, foi palco de outro eloquente caso de violência acometida pela disputa de terra.

Manoel Ramos de Souza, carinhosamente chamado de Manoel Bahia, 27 anos, coordenador da Ocupação Vitória, dia 31 de março de 2015, em plena semana santa, por volta das 15:00 horas – mesmo horário em que Jesus Cristo foi crucificado –, foi

covardemente assassinado por grileiros de lotes vagos, justamente para impedir que aproveitadores se apropriassem da terra. [...] Fizemos também um momento celebrativo, no local onde ele tombou lutando, durante o levantamento de uma enorme cruz em sua homenagem, [...]. (MOREIRA, 2015)

Figura 20 – Manoel Bahia, presente!  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



A morte de Bahia gerou grande comoção entre os moradores da Vitória e demais ocupações da Izidora, que ficaram notadamente abalados com a escalada da violência. Manoel Bahia era um representante das famílias injustiçadas, e, pelo sentimento de seus companheiros de luta, transformou-se em mártir: “quem luta por um pedaço de chão merece ser amado por todos, pois o chão, Deus fez pra todos” (PALAVRA ÉTICA NA..., 2015). Sua morte, contudo, como reafirmam os moradores das ocupações, não foi em vão. A terra de seu tombamento virou, para os ocupantes, terra sagrada. Mesmo após sua morte, Bahia perpetuava seu legado: “Manoel Bahia não morreu. Ele se multiplicou. E em terra banhada por sangue de mártir não pode haver despejo” (PALAVRA ÉTICA NA..., 2015).

O que sua morte evidencia é o próprio enfrentamento explosivo entre racionalidades opostas: a lógica capitalista de propriedade da terra tencionada pela relação entre os que precisam do lugar para morar e os que veem nas ocupações oportunidade de lucrarem com a negociação dos lotes. Como traduziu Bizzotto (2015), trata-se da “personificação de ideais mercadológicos, que também estão presentes no cosmos dos empresários” (BIZZOTTO, 2015, p. 190).

A lógica da propriedade privada incorpora o elemento fundiário em sua dimensão acumulativa renegando-o enquanto bem natural indispensável à reprodução da vida. Desse modo, atrelado à dinâmica de produção do espaço e à mercadificação do solo, o sucesso do capital na esfera cidadina manifesta-se pelo próprio fato de existirem nas cidades terrenos que não cumprem sua função social, e sim funções especulativas privadas (LOURENÇO, 2014). Uma violência, destarte, embutida nos processos de urbanização, os quais, ao reproduzirem a lógica privatista, fomentam a segregação socioespacial – vetores, reiterando, desencadeadores de sofrimento social na esfera cidadina.

Como expõe Marx, ainda no final do século XIX, a instituição da propriedade privada capitalista transcorreu de processo extremamente violento: “e a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 962). A alavanca da acumulação primitiva, dessa forma, estaria vinculada às grandes massas humanas despojadas, súbita e violentamente, de seus meios de subsistência – a expropriação da terra, base da alienação do lugar, como âncora desse processo. Um contingente de proletários absolutamente reféns da nova lógica espacial e do recém-lançado mercado de trabalho; obrigados, vender-se-iam voluntariamente.

No desenvolvimento capitalista, os processos de acumulação e reprodução do capital revelam significativa centralidade da instituição da propriedade privada da terra. Logo, incorporado ao mercado e fragmentado em parcelas comercializáveis, o espaço submeteu-se à contradição essencial da mercadoria, seu valor de uso *versus* seu valor de troca, restringindo-se, deliberadamente, à expressão deste último – o preço.

Entender a moradia como direito significa pensá-la a partir da necessidade e do uso. Ao contrário, a lógica capitalista dominante trata a moradia – e todos os “direitos sociais” – a partir do valor medido em dinheiro, o valor de troca. Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia, importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucro às construtoras e donos da terra. (BOULOS, 2012, p. 18)

Uma possível atualização do pensamento de Engels (1983) levaria a crer que o mencionado programa encaixar-se-ia, justamente, no ideário de uma moradia para cada operário. Pelo acesso à moradia, os trabalhadores permaneceriam amarrados ao capital, nesse caso, por meio do endividamento compulsório. A moradia, por seu turno, segue produzida como mercadoria a ser consumida, sendo o morador confundido com o consumidor de um produto como outro qualquer, intensificando a integração do cotidiano de amplas frações sociais à lógica da mercadificação (VOLOCHKO, 2015).

Em 1872, sobre a questão da habitação, Engels (1983) considerava sua agudização como sintoma da Revolução Industrial, a falta de moradia entre as chagas da sociedade burguesa. Entre suas principais críticas estava a insistência por parte de socialistas de cátedra e filantropos de toda a espécie em transformar operários em proprietários: “o cerne da solução, tanto burguesa como pequeno-burguesa, é a propriedade pelo operário da sua habitação” (ENGELS, 1983, p. 6). Desse ponto de vista, a ideia de elevação das classes trabalhadoras por meio do consumo da residência seria das mais reacionárias aspirações. Pelo entendimento de Engels (1983), haveria apenas um meio de por fim à falta de moradia: “eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (ENGELS, 1983, p. 10).

Ao formular sua crítica a Proudhon, Engels (1983) saudava, ao contrário daquele, o processo de expulsão dos operários da casa e do lar, tal como procedeu na Inglaterra do século XVIII. A alienação do lugar é trazida por Engels (1983) como etapa fundamental na consolidação do projeto espacial capitalista, entretanto, absolutamente necessária e transitória para o início do fim de “toda exploração de classe e todo domínio de classe” (ENGELS, 1983, p. 14).

Neste trabalho, como caminho de subversão ao capitalismo, especialmente no que tange seu projeto espacial, imagina-se, justamente, um movimento contrário, de regresso ao lugar. As ocupações da Izidora, nesse sentido, revelam pistas para essa trajetória: o lugar insurge como escala estratégica de resistência da luta de classes. Um regresso que ilumina o processo de desconstrução das rotinas – construção de espaços-tempos específicos de vida – pela formulação de novos papéis sociais: os excluídos da cidade, dessa obra entre as obras, como força política em potencial a partir da formação de um sujeito urbano coletivo (CANETTIERI; VALLE, 2015, p. 41). Dessa maneira, mesmo reconhecendo-se as contradições intrínsecas às resistências no/pelo espaço urbano, “elas são imprescindíveis para o questionamento da urbanização atual, na medida em que produzem um espaço de conflito no qual há a reunião dos sujeitos envolvidos, criando a oportunidade do encontro” (RIBEIRO, 2015, p. 173), dos encontros.

Sobre a questão do lugar, Engels (1983) traz outras considerações: submetido ao direito à propriedade, todo o sentido de lugar estaria condenado ao esvaziamento. Por isso, a utopia burguesa de dar a cada operário a propriedade de uma *casinha*, em suas palavras, seria, em suma, amarrá-lo ao capitalista, ao que se referiu como forma semifeudal. Ainda que pensado sob o contexto da Alemanha rural do final do século XIX, parece admissível projetar o mesmo raciocínio sob as dinâmicas de provimento dessa necessidade básica, a moradia, no âmbito das cidades capitalistas contemporâneas; de fato, “é deprimente pensar que tudo isso foi escrito em 1872. A descrição de Engels aplica-se diretamente ao processo de urbanização contemporâneo” (HARVEY, 2012b, p. 146).

No que tange à implementação da política habitacional, corroborando com Rolnik (2015), observa-se, por conseguinte, a reedição da “mentalidade originária”: fazer de cada brasileiro um proprietário. Além do mais, como sublinha a autora, a rentabilidade associada ao déficit habitacional – tanto quantitativo, número de famílias que não têm casa, quanto qualitativo, número de famílias em situação precarizada –, questão também considerada por Engels (“o capital, está agora definitivamente constatado, não quer abolir a falta de habitação, mesmo que pudesse fazê-lo” – ENGELS, 1983, p. 34), garantiria atuação ardilosa de setores econômicos, com destaque para mercado imobiliário e construção civil. A própria ideologia que subjaz os programas de acesso à moradia, nesse sentido, incide sobre as estratégias monetárias e fiscais do país (ROLNIK, 2015). Isso posto, conclui Boulos (2012), liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), sobre o mercado habitacional:

[...] vemos que o Minha Casa Minha Vida aprofundou, ao invés de combater, a lógica da moradia como uma mercadoria, que deve dar lucro, e não como um direito. Aprofundou também o princípio de que pobre deve morar mal e em regiões cada vez mais periféricas. Esta análise nos leva ainda a outra conclusão. A de que não basta construir conjuntos habitacionais, mesmo se aumentasse o recurso do programa para famílias mais pobres – como prometeu a segunda fase do Minha Casa Minha Vida – permaneceriam grandes obstáculos. Enquanto não se combate a especulação imobiliária, que faz valorizar artificialmente o preço dos terrenos e, assim, joga os mais pobres para mais longe, e se garantir outras condições básicas de vida (infraestrutura, serviços, lazer, etc.) não se pode falar em moradia digna. E isto exige uma transformação profunda na lógica de cidade. (BOULOS, 2012, p. 23)

No contexto hodierno, a questão da moradia desponta como um dos pilares da composição do trágico no urbano brasileiro. Nesse cenário, a autoconstrução em lote irregular ou na favela, por conseguinte, configura-se como alternativa (para muitos, a única). Quanto ao âmbito deste trabalho, as famílias das ocupações da Izidora autoconstroem suas casas utilizando recursos próprios, geralmente com ajuda de família e amigos ou, ainda, com mão de obra contratada (muitas vezes trabalhadores também residentes nas ocupações), como será mostrado no próximo capítulo.

Figura 21 – Autoconstrução.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.

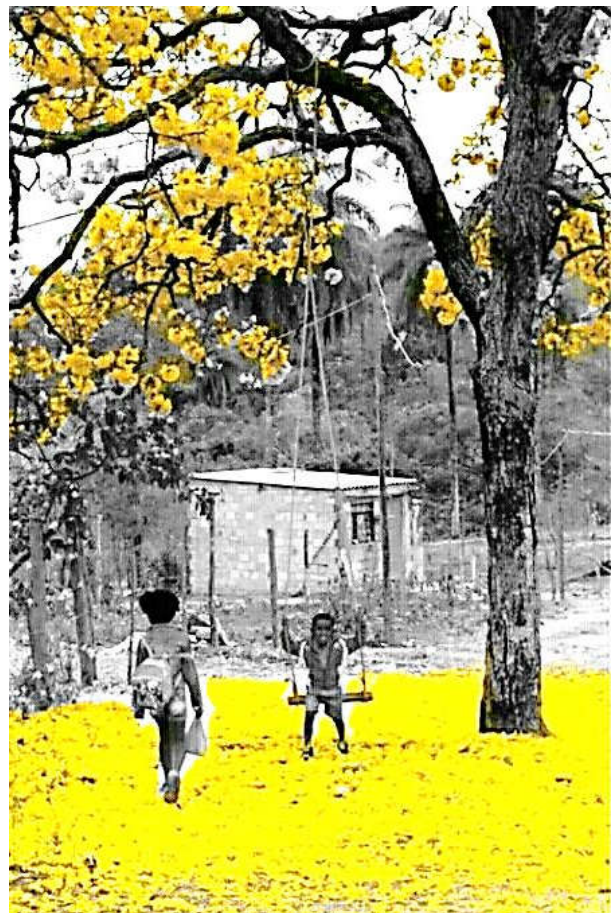


A compreensão dos recentes conteúdos da problemática urbana, como salienta Ribeiro (2015), perpassa pelas formas de resistência intrínsecas às expropriações decorrentes das estratégias de domínio do espaço pelo capital. Considerando que o projeto espacial capitalista é um fenômeno de classe, desvela-se a estreita relação entre o desenvolvimento do capitalismo e os processos concomitantes de urbanização, segregação e sofrimento social.

A construção das resistências no espaço urbano enseja, pois, novas formas de luta contra a fase de reestruturação neoliberal na qual o capital se reproduz diretamente por meio da produção do espaço. Nesse contexto de resistência – *no e pelo* espaço urbano –, as prerrogativas lefebvrianas do direito à cidade não suportariam em sua síntese o sofrimento social decorrente da urbanização. Os resultados dos novos conteúdos do urbano sobre a experiência humana caracterizam o sofrimento como fato social: “o sofrimento não entra, portanto, no cotidiano das pessoas só por mero acaso, por contingências específicas da vida” (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p. 470).

Neste trabalho, a leitura do sofrimento social apresenta-se como exercício de desvelamento dos sintomas degradantes da experiência humana, notadamente ocasionados pelo projeto espacial capitalista, a espacialização resultante da busca irrequieta de lucros (SOJA, 1993). Assim sendo, poderia a hipótese de regresso ao lugar, como escala estratégica para realização de projetos espaciais alternativos, conformar a imagem do urbano liberto do próprio urbano como potência homogeneizante? Afinal, o que a modernidade, enquanto modelo hegemônico de compreensão da realidade, anuncia em termos de fluxo de onda de pensamento? Como escapar ao cinismo pseudopragmático e arrojando processos de ruptura histórica, tratados anticapitalistas, contra o sofrimento social? Será o *tempo-de-agora* o tempo e o espaço para radicalizar as expectativas? Restaria alternativa a não ser vislumbrar um urbano-utopia (MONTE-MOR, 2015)? Qual seria sua imagem? Ou seriam imagens?

Figura 22 – Colorido da Vitória.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2016.  
Fonte: Ocupação Vitória (2016a).



## **Encontro com a felicidade: as cores da terra**

“Eu sou da ocupação Vitória, na região da Izidora. Moro na ocupação, tenho orgulho de morar lá. E uma das minhas composições, que eu vou cantar, conta a realidade que a gente passa lá. E eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje e convidar todos a conhecer a Izidora, que é o melhor lugar que se tem pra morar.”

(Amanda Reis, “Hoje o governo parece um pardieiro”, *Frito na Hora e Amanda Reis*)

## Encontro com a felicidade: as cores da terra

### II

“A terra não se discute, sem ela tudo desaba” (DARDEL, 2015, p. 93). Ao pensar sobre a experiência geográfica, Dardel (2015) ilumina a geografia do camponês. Muitas vezes recolhido ao silêncio, por acanhamento ou pudor, o camponês, segundo o autor, em sua conduta e vida cotidiana, resguarda “sabedoria lacônica carregada de experiências, o homem manifesta que crê na Terra, que confia nela; que conta absolutamente com ela” (DARDEL, 2015, p. 93). A experiência geográfica do camponês, indiferente ao isolamento da geografia acadêmica, realiza-se mediante intimidade com a terra. Ao camponês seria dado o poder de exprimir laços profundos, uma união inquebrável com a terra em que habita. A profundidade da união com o lugar, assim sendo, dar-se-ia de forma despretensiosa, “sabedoria prudente e enérgica” (DARDEL, 2015, p. 96).

Prenhe de emoção sincera e embebida de liberdade espiritual, a compreensão da realidade pelo camponês é trazida por Dardel (2015) como um contraponto à razão, muitas vezes rígida e imperiosa, inerente ao seio do universo científico. O autor acredita ser conveniente lembrar que o esforço do Ocidente em submeter toda a Terra ao seu poder deu-se por meio da ciência e da indústria, da própria inserção do conhecimento no ideário produtivista ou mercantilização do conhecimento (SANTOS, 2011a), universidade-fábrica (HISSA, 2013), universidade operacional (CHAUI, 1999). Sobre a imbricada relação do pensamento científico com os interesses da burguesia, escreveu Bakunin (1979), ainda no século XIX:

As universidades modernas da Europa, formando uma espécie de república científica, prestam atualmente à classe burguesa os mesmos serviços que a igreja católica prestava antigamente à aristocracia nobiliária; e tal como o catolicismo sancionava no seu tempo as violências da nobreza contra o povo, assim a universidade, esta igreja da ciência burguesa, explica e legitima hoje a exploração desse mesmo povo pelo capital burguês. (BAKUNIN, 1979, p. 30)

No mesmo caminho, a partir da crítica à racionalidade científica enquanto conhecimento ocidental hegemônico, Acosta (2016) sugere a hibridização de saberes e sensibilidades ao imaginar um cenário pós-capitalista; e sua proposta, sintetizada pelas prerrogativas da Filosofia do Bem Viver (ACOSTA, 2016), consiste em recuperar a sabedoria ancestral ameríndia como contraponto à racionalidade hegemônica apologética ao urbano-

industrial. A partir dessa filosofia, o autor preza pela descolonização do imaginário: redefinição do papel da produção de conhecimento acadêmico nas universidades ditas modernas em direção à missão conciliatória entre práticas humanas e a natureza, Pacha Mama (ACOSTA, 2016). Nesse sentido, tendo em vista os limites ecológicos da exploração ilimitada intrínseca ao desenvolvimento capitalista, estaria atrelada à *desmercantilização* da natureza (LANG, 2016) a *desmercantilização* do próprio conhecimento; superação, portanto, da mentalidade neoliberal que também atravessa a universidade pondo a ciência a serviço dos projetos modernizadores autoritários (SANTOS, 2011a).

Tanto o camponês de Dardel (2015) quanto o ameríndio de Acosta (2016) são acionados como contraponto à colonização do imaginário. Ambas as racionalidades, destarte, por suas concepções mentais sensíveis a diferentes experiências espaciais, são incorporadas à crítica da materialização mais notória da razão hegemônica: a cidade (IBÁÑEZ, 2016), o urbano-industrial (neoliberal).

A cidade elevou-se, no simbólico dominante, ao lugar privilegiado de distanciamento da natureza. [...] A cidade identificou-se como distanciamento do camponês, e em nosso continente invadido isso significa, também, distanciamento do indígena, em oposição ao rural, relacionado com a ‘dependência’ dos ciclos da natureza. A cidade se fez, assim, o lugar privilegiado para não sermos nós mesmos, para deixarmos de nos olhar no espelho, e, ao contrário, para tentarmos viver uma farsa de imitações do que é externo, do ‘civilizado’, do ‘desenvolvido’, do moderno-colonial. (IBÁÑEZ, 2016, p. 297)

Como salienta Ibáñez (2016), fundada em nosso continente pela invasão colonial, a cidade – coração pulsante da reprodução dos modos de vida capitalista – suprime os laços de vizinhança, o espírito de comunidade, o afeto e a conexão orgânica com a terra. De acordo com o autor, nossas cidades estabeleceram-se como invasoras, erguendo-se a partir da despossessão violenta dos habitantes originários.

Nesse viés, sobre o continuísmo dos processos de despossessão, Laschefski (2011) demonstra o temor de populações ribeirinhas – comunidades marcadas pelo modo de vida camponês e apropriação simbólica do espaço – quando forçadas a inserirem-se na lógica das cidades. Vítimas de conflitos ambientais, essas populações estariam ameaçadas pelo ideário hegemônico de desenvolvimento, nesse caso, capitaneado por projetos hidrelétricos. Doravante, a racionalidade dos ribeirinhos, juntamente com seu modo de vida alternativo, estaria ameaçada:

[...] a perda de independência econômica através da própria produção para satisfazer as necessidades básicas, a inibição da reciprocidade e da troca com os vizinhos e,

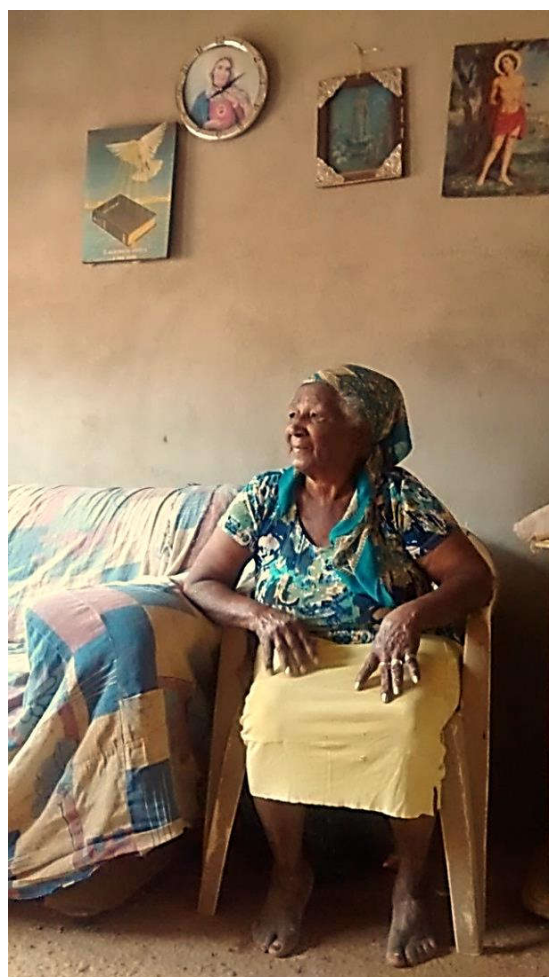
sobretudo, em relação à alternativa de vida no caso de desterritorialização por causa de um dos projetos urbano-industriais: a cidade, que tem como condição básica de sobrevivência a disponibilidade de dinheiro. (LASCHEFSKI, 2011, p. 36)

Todavia, é no seio das contradições da cidade contemporânea que o lugar, entre o possível-impossível do urbano (LEFEBVRE, 2006), insurge como afirmação das resistências ao projeto espacial capitalista em sua versão neoliberal. De tal modo, situando o ambiente citadino no processo de ressignificação/reestruturação do habitar, as ocupações urbanas da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória) constroem contraespaços (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) ao interromperem, ainda que momentaneamente (ou definitivamente), o avanço da produção capitalista do espaço capitaneada pela Operação Urbana do Isidoro; caso se efetive, essa operação reproduzirá processos desencadeadores de sofrimento social.

As ocupações fulguram como espécie de movimento citadino (CASTELLS, 1980). E, na sociedade espanhola, esse movimento teve papel histórico fundamental ao exigir a contraposição das necessidades sociais aos lucros dos monopólios. Destoando da frieza acinzentada – tom representativo da cidade a serviço do capital –, as ocupações tingem o tecido urbano ao se rebelarem um produto coletivo: “prática na qual a cidade e a sociedade são construídas pelo povo e para o povo” (CASTELLS, 1980, p. 35). Configuram-se, dessa forma, como movimento atuante contra o progresso do projeto espacial capitalista, no qual, entre propriedade e vida, a primeira se sobrepõe.

Assim sendo, enquanto organização social em que prevalecem relações de parentesco, vizinhança e identidade compartilhada, as ocupações da Izidora possibilitam a seus moradores estreitar a relação com o espaço habitado, que se torna, pois, um lugar. Uma conexão, por conseguinte, capaz de desdobrar a busca pelo sofrimento no encontro com a felicidade. O vínculo com a terra, juntamente com os valores comunitários, revelou um tipo distinto de felicidade, a felicidade enraizada no lugar e satisfeita unicamente a partir deste, inverso, pois, do sofrimento social especialmente ocasionado pela alienação do lugar inerente à lógica urbana neoliberal. Como consequência, ascende a proposta-antítese ao sofrimento social: a felicidade social, que iluminará este trabalho com as cores da terra. Uma composição, por sua vez, originada pelo encontro com as diferenças, os espaços-tempos específicos de vida que fazem da Izidora um lugar; o lugar de dona Mariazinha.

Figura 23 – “Mistura a dor e a alegria” (Milton Nascimento e Fernando Brant, “Maria, Maria”, 1978).  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Dona Mariazinha, a senhora catadora de material reciclado, mais de dezenove anos juntando sucata. Sua casa foi a primeira que avistei ao chegar à ocupação Vitória, e a seu convite tive a oportunidade de entrar e descobrir um tipo distinto de felicidade. O encontro com dona Mariazinha me aproximou da proposta do exercício da *prosa*.

Nesse dia, 30 de outubro de 2015, meu marido, Leonardo<sup>27</sup>, acompanhava-me. Ao mesmo tempo, preparávamos para mudar de cidade: a situação de desemprego condicionava nosso movimento pelo espaço e nos ligava, em alguma medida, ao drama próprio das famílias das ocupações; pesava-nos a despesa com o aluguel reiteradamente relatada pelos ocupantes da Izidora. Compartilhada nossa situação, não foram poucos os convites para mudarmos para lá, lampejos de vida solidária na vastidão urbana. Na Izidora, “não se tem convívio que instruir. Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar” (ROSA, 2001, p. 28).

Dona Mariazinha comentava da poeira, um pó fino e alaranjado que atravessava a janela cintilando pela sala; o mesmo que sempre me acompanhava na volta para casa. Sentada de frente para ela, podia também ver seu marido, na porta; parecia procurar “vento áspero” (ROSA, 2001, p. 642). Izidora, sertão das Gerais. Por alguns segundos, só se olhou aquilo; aprendia-se a respirar, silenciar, *ouvir*.

---

<sup>27</sup> Leonardo Fagundes Fernandes, graduado em Geografia e mestrando em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa.

Figura 24 – Brisa empoeirada.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Sobre a gestão do silêncio, escreveu Santos (2002): “não se trata do impronunciável, mas dos diferentes ritmos com que os diferentes saberes e práticas sociais articulam as palavras com os silêncios e da diferente eloquência (ou significado) que é atribuída ao silêncio por parte das diferentes culturas” (SANTOS, 2002, p. 39). Nesse sentido, *ouvir* o silêncio revelou-se parte do exercício da prosa, caminhos da ciência-saber que se redesenha de modo a fazer-se plena de mundo.

Não seria mais prudente e ético que, a partir dos próprios sujeitos, emergissem as orientações para a estruturação dos diálogos? Não seria mais libertador – verbo que, aqui, expressa a ação de libertar a interlocução entre o sujeito do conhecimento e o sujeito do mundo – que ambos construíssem, com autonomia, os sentidos e as *vozes do diálogo*? Como poderemos pensar em um diálogo feito de perguntas e respostas em que, principalmente, as perguntas são estruturadas a partir, apenas, dos que perguntam? Como não pensar em vias de mão dupla, em que os sujeitos do mundo, construída a relação de intimidade, também pudessem encaminhar questões aos sujeitos do conhecimento? Não seria esse significado essencial do diálogo? Não é a partir dele que as *vozes do mundo* se tornam mais audíveis? (HISSA, 2013, p. 132, grifos do autor)

O silenciar, ainda que soe incongruente, demonstrou-se parte do diálogo que se pretende horizontal – que se exercitou por meio da *prosa* – consentindo-me o encontro com a sutileza da conexão corpo-alma-terra experienciada pelos moradores das ocupações. Um esforço de *ouvir* que culminou no afloramento da emoção; desabrochado, o sentimento dos ocupantes pelo lugar. Resultado disso, a felicidade social tornou-se a mensagem mais proeminente, muito embora não apagasse as marcas do sofrimento social nas trajetórias de vida dos moradores. A proposta da pesquisa – enquanto travessia – foi, então, redefinindo-se. Entre encontros-desencontros, segui.

O vínculo dos moradores das ocupações da Izidora com o lugar, como expressado por dona Mariazinha, parecia envolto pela aura camponesa e sua experiência espacial, prenhe de intimidade com a terra, tal qual descrita por Dardel (2015). Assim sendo, possibilitada pelas ocupações, a vivência do que ora se designa por poética do habitar – conexão corpo-alma-terra – aproxima-se também da Filosofia do Bem Viver (ACOSTA, 2016), que procura a superação da cidade moderna enquanto distanciamento da natureza. No mesmo sentido, argumentou Lefebvre (2002):

A cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se torna, serve mais que nunca à formação do capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição da mais-valia. Por outro, tais lógicas e tautologias negam a natureza. Negação que nada tem de abstrata, que não é especulativa. Rejeitando as particularidades, a racionalidade industrial devasta, pura e simplesmente, a natureza e tudo o que é do domínio da ‘naturalidade’. O que se traduz por uma obsessão, por um estado segundo das consciências, do pensamento, e da linguagem. (LEFEBVRE, 2002, p. 43)

O estilo de vida dito moderno e suas consequências sociais e políticas, como “o individualismo, a defesa dos valores de propriedade, a vida cotidiana sem alma” (HARVEY, 2012b, p. 140), perdem expressão, por conseguinte, no âmbito das formas de vida que se encontraram na Izidora. Ao contrário dos habitantes de centros urbanos, especialmente os dos melhores bairros, cuja dimensão do espaço íntimo (TUAN, 1980) pode não ultrapassar a extensão da casa, os moradores da Izidora têm essa dimensão estendida às outras casas, ruas, esquina, barracão comunitário, quintais e hortas. Considerada a relação dos moradores com o lugar – quando o espaço se torna inteiramente familiar (TUAN, 1983) e reconstrói o ser-estar no mundo –, entende-se a poética do habitar, destarte, como um investimento da vida emocional ao lar e, para além deste, abrangendo a comunidade.

Percebendo o habitar como fenômeno de insistência na simplicidade das coisas, escreveu Heidegger (2008):

Os mortais habitam à medida que acolhem o céu como céu. Habitam quando permitem ao sol e à lua a sua peregrinação, às estrelas a sua via, às estações dos anos as suas bênçãos e seu rigor, sem fazer da noite dia e nem do dia uma agitação açulada. Os mortais habitam à medida que aguardam os deuses como deuses. [...] Salvando a terra, acolhendo o céu, aguardando os deuses, conduzindo os mortais, é assim que acontece propriamente um habitar. (HEIDEGGER, 2008, p. 130)

Heidegger (2008) conduz o pensar ao habitar num sentido transcendental de realização da essência humana. Nesse caso, poder-se-ia questionar se a cidade, espelho da racionalidade hegemônica e do projeto espacial capitalista, ambiente por excelência da civilização moderna, seria habitável do ponto de vista heideggeriano. Ou, por outra perspectiva, poder-se-ia refletir no que transformar na cidade – centro do imaginário (espacial) de consumo capitalista – para que tal habitar se viabilizasse. Habitar – em seu imo poético-utópico – envolveria a retomada do tempo e do espaço sociais pelo resgate da alma na vida cotidiana. A poética do habitar corrobora com a ideia de construção identitária do lugar a partir de espaços-tempos específicos (CARLOS, 2015a). E, nesse sentido, as ocupações urbanas da Izidora fulguram como contraespaços (LASCHEFSKI; COSTA, 2008), justamente por possibilitarem outra(s) forma(s) de habitar capaz(es) de interromper, ainda que localmente, o avanço da acumulação capitalista: salvaguarda a legitimidade dos ocupantes como agentes da produção do espaço. Eis que insurgem no/do urbano fragmentos de um todo: a escala do lugar, como possibilidade de afirmação das diferenças, anuncia mosaicos multicoloridos, contrastantes à homogeneização acinzentada representativa do urbano neoliberal. A luta das ocupações da Izidora, nesse contexto, pelo estabelecimento de espaços-

tempos específicos de vida, ilumina o direito à cidade (LEFEBVRE, 2008) enquanto direito a outras cidades.

No que tange à construção identitária e afetiva do lugar – existência/resistência cotidiana em espaços-tempos específicos (CARLOS 2015a) –, o encontro com dona Mariazinha foi bastante irradiador. Quando moradora do bairro Baronesa, localizado próximo à região da Izidora, também formado por ocupações irregulares, dona Mariazinha *morava de favor*, na casa da nora. Certo dia, durante seu trabalho com coleta de sucata, *puxando a carroça*, contou, foi abordada por um senhor o qual anunciava um terreno pelo valor de cinco mil reais. Dizendo-lhe não ter condições de comprar, dona Mariazinha prosseguiu. O acaso, no entanto, levou tal senhor a cruzar novamente seu caminho repetidas vezes ao longo de poucos meses. Num desses momentos, talvez premido pela insistência do destino, o senhor resolveu dar-lhe o lote de *presente*. Tratava-se de um terreno na ocupação Vitória, local onde atualmente dona Mariazinha e sua família residem.

Esse relato, por seu turno, é ilustrativo das contradições e conflitos internos experienciados pelos moradores das ocupações e expõe, conseqüentemente, os desafios por imaginários espaciais contrastantes ao dominante. Diante dessa realidade, caber-me-ia, enquanto pesquisadora, refletir em meus próprios conflitos e contradições ao reproduzir acriticamente a lógica cientificista em proposições, sejam teóricas ou práticas. Ou seja, em que medida a práxis acadêmica, ainda que despretensiosamente, reverbera na perpetuação da racionalidade hegemônica? De que maneira, da mesma forma, meu imaginário espacial, enraizado em intuições conservadoras, limita práticas socioespaciais emancipadoras? Como atuar, pois, para reverter as acepções capitalistas de organização do espaço e abrir espaço para as diferenças?

Reiterando o pensamento de Santos (2002), o imaginário científico desponta como desafio a somar-se pela ascensão de modelos diferentes de racionalidade. O autor, desse modo, reflete na valorização, pelo conhecimento acadêmico, das experiências sociais atualmente em curso fortalecendo racionalidades contra-hegemônicas. Por outro lado, questiona-se: seria decorrência do próprio *método científico de pensar* colocar todas as fichas da emancipação nas contradições advindas do projeto espacial capitalista? Como fazer da crise civilizatória, em seus múltiplos aspectos, um projeto anticapitalista pelo fim da exploração do homem e da natureza? Nesse caminho, será o lugar, enquanto destino de *volta*,

escala estratégica para formas de vida desalienantes? Resguardará o lugar, espaço da resistência, o germe transgressor da experiência cotidiana criadora?

Os limites para os estilos de vida concernentes à racionalidade hegemônica estão cada vez mais evidenciados; a promessa do progresso que justifica a exploração dos homens e dos recursos naturais não se cumpriu, e nem se cumprirá (ACOSTA, 2016). Por outro lado, racionalidades contra-hegemônicas parecem requerer do controle da organização do espaço como possibilidade de insurgência do lugar: a construção do lugar, pois, como ofensiva aos processos desencadeadores de sofrimento social. Nessa direção, as ocupações urbanas da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória) conformam alternativas ao urbano neoliberal – espelho do imaginário capitalista – ao proporcionaram acesso à moradia àqueles que não conseguem acessá-la via mercado formal.

Ao lembrar-se emocionada do instante em que ganhou o terreno, dona Mariazinha também me comovera. Disse-me ter sido obra de Deus; sua fé teria lhe resguardado um lugar para morar. Em quinze dias, com ajuda da família, levantou o primeiro *barracão*, contava. Hoje, cercada de dois filhos, suas noras e netos, já em casas de alvenaria, divide um quintal com horta, galinheiro e fogão à lenha. Segundo dona Mariazinha, tudo de que precisavam estava ali. Depois do café, andamos pelo quintal enquanto ela dava nome a tudo que brotava do chão. Quando nos despedíamos, pediu: “reza pra nós fica aqui, nós somos felizes demais aqui”<sup>28</sup>, e me convidou para um almoço com direito a feijão da horta; abraçamo-nos.

---

<sup>28</sup> MARIAZINHA. [out. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

Figura 25 – “De ter fê na vida” (Milton Nascimento e Fernando Brant, “Maria, Maria”, 1978).  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Dona Mariazinha e sua família, por meio de sua prática cotidiana, transformam a Izidora num lugar, construção identitária a partir de espaços-tempos específicos (CARLOS, 2015a) que designam um espaço inteiramente familiar (TUAN, 1983). Resistindo à imposição do projeto espacial capitalista, capitaneado pela Operação Urbana do Isidoro, as ocupações criam “contra-espaços ao sistema da produção capitalista e à expansão ilimitada do privado” (LASCHEFSKI; COSTA, 2008, p. 310).

A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato [espaço da acumulação] se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias. (LEFEBVRE, 2006, p. 88)

Nesse sentido, entende-se o lugar como escala estratégica de resistência da luta de classes e, ao mesmo tempo, como *locus* privilegiado de valorização de experiências sociais (racionalidades contra-hegemônicas) pelo direito a outras cidades, acentuação das diferenças expressa pela imagem dos mosaicos multicoloridos. Ao realizarem o lugar, ainda que prenes de contradições e conflitos internos, as ocupações urbanas da Izidora, imersas no movimento dialético entre sujeito e espaço, insurgem entre o possível-impossível do urbano (LEFEBVRE, 2006). Destarte, como possibilidade de fermentação de imaginários espaciais envoltos por empoderamento político, configuram-se como sementes de espaços diferenciais no horizonte do urbano-utopia (MONTE-MÓR, 2015), estabelecidos, pois, na ofensiva aos processos homogeneizantes (COELHO-DE-SOUZA, 2015).

Entre os desafios à resistência das ocupações, por conseguinte, está a subversão do fetiche da lógica espacial hegemônica fundada no direito à propriedade. No que tange essa questão, é ilustrativa a experiência de Lourenço (2014) durante sua assessoria técnica ao projeto urbanístico da ocupação Dandara, também localizada em Belo Horizonte.

O que gerou maior resistência dos moradores a essa primeira proposta foram os lotes coletivos. [...] É importante lembrar que existem poucos exemplos de compartilhamento de lotes nas cidades brasileiras. [...] Os moradores da Ocupação Dandara vivem nesta mesma sociedade e estão submetidos a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, também à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização. Soma-se a isso a urgência que envolve uma ocupação urbana. Os problemas ali exigem respostas imediatas. Reflexões que pretendam romper com o senso comum têm que ser construídas no atropelo dos acontecimentos. Nesse contexto, é difícil discutir alternativas com todos os envolvidos, mais ainda quando se trata de um empreendimento tão grande e com tantos participantes. (LOURENÇO, 2014, p. 45)

As dificuldades narradas por Lourenço (2014) expõem como o imaginário espacial coletivo é influenciado por concepções mentais do mundo (moldadas em aspirações burguesas), limitando, conseqüentemente, a realização de racionalidades alternativas. Em outras palavras, a imaginação seria parte do domínio de formas de poder que regulam a vida social por dentro (HARD; NEGRI, 2002).

O lugar, em sua dimensão diferencial possível, guardaria a possibilidade de construção de projetos espaciais alternativos, contraespaços (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) que abrem caminho para novos espaços (LEFEBVRE, 2006) ao resistirem – não se deixando absorver – ao projeto eliminador daquilo que transgride (COELHO-DE-SOUZA, 2015). Doravante, tais experiências sociais de apropriação direta dos espaços-tempos de vida – ainda que inseridas no cenário de mudança-permanência do urbano – podem vir a ser transgressoras ao direito instituído de propriedade.

As ocupações urbanas da Izidora – enquanto espaços-momentos (LELIS, 2015) pelo direito a outras cidades – seriam, por seu turno, assombradas pelo fluxo de pensamento relativo à ideologia que defende a propriedade como direito natural sem relevar seus fundamentos (ALVES, 2015). Com o apoio crucial do Estado, a perpetuação dessa ideologia é parte do continuísmo de práticas depredatórias: as relações proprietárias que sustentam a existência da burguesia e de sua dominação. Sobre a relação entre práticas depredatórias e o processo de acumulação primitiva escreveu Marx (2013):

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2013, p. 963)

A lógica hodierna das práticas depredatórias, por sua vez, levou Harvey (2004) a atualizar o conceito de acumulação primitiva substituindo-o por acumulação por desapossamento. A reedição do termo, destarte, sinaliza que os processos de acumulação primitiva – com diversos recursos à violência que perpassam pela intervenção estatal –, longe de se restringirem a um momento da pré-história do capitalismo, constituem, ao lado da reprodução ampliada, um dos eixos fundamentais de expansão do modo de produção capitalista (HARVEY, 2004).

A atualidade das práticas depredatórias evidencia a centralidade da propriedade privada para a perpetuação/manutenção do regime capitalista, reafirmando, pois, a necessidade de uma práxis espacial emancipadora (SOJA, 1993). Nesse sentido, tal constatação nos levaria ao encontro da prerrogativa de supressão da propriedade privada formulada por Marx e Engels: “os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes” (MARX; ENGELS, 2001). Sobre o inviolável direito à propriedade como coração pulsante da (des)ordem socioespacial, escreveu Harvey (2012b): “essa visão profundamente enraizada tem de ser desafiada diretamente se quisermos enfrentar a acumulação de capital e a reprodução do poder de classe” (HARVEY, 2012b, p. 188). Enfrentamento, esse, como demonstrado no encontro com o sofrimento, que levou importante liderança das ocupações, Manoel Bahia, à morte.



“Os apaches acreditam que a sabedoria repousa no lugar, e grupos indígenas em toda a parte, da Amazônia à Colúmbia Britânica e montanhas de Taiwan, celebram sua união de longa data e inquebrável com a terra em que habitam” (HARVEY, 2012b, p. 151). O lugar, epicentro da cotidianidade – onde as relações mais íntimas se desenvolvem –, é o portal de conexão com o mundo, e, não por acaso, tradições de diferentes culturas depositam no espaço em que habitam qualidades psicológicas e espirituais (TUAN, 1983, p. 66).

Nos últimos três séculos, a evolução perpétua da paisagem geográfica sob o impulso da acumulação capitalista consagra a morte simbólica da natureza (ESCOBAR, 1996). Entra em cena o meio ambiente, ou o ambiente meio, meio para movimentar as engrenagens do capital. Como consequência, o próprio sentido de lugar – repositório de significados e sentidos (TUAN, 1983) – é alienado, esvaindo-se, enquanto parte do projeto hegemônico, a conexão com o espaço habitado.

O projeto espacial capitalista – espelho da imaginação burguesa que, em suma, molda o mundo à sua própria imagem – rasga o véu da emoção outrora residente no lugar. O vínculo sagrado com a terra é convertido ao niilismo – tenebroso vazio existencial –, e

[...] a psicologia disso tudo claramente importa. A crença-fetice na capacidade humana de transcender as correntes que nos mantêm amarrados ao planeta Terra há muito tempo surgiu como uma linha central do desejo utópico burguês. (HARVEY, 2012b, p. 129)

Isso posto, a dominação do espaço pela racionalidade hegemônica dá-se de forma refinada, no âmbito próprio das concepções mentais: “o que pode ser dito com certeza é que a conquista do espaço e do tempo, assim como a busca incessante para dominar a natureza, há muito tempo tem um papel central na psique coletiva das sociedades capitalistas” (HARVEY, 2012b, p. 130).

Triunfo da burguesia, a civilização sem ancestrais (GUATTARI, 2000) decorre da alienação do lugar, sucumbindo o amor pela natureza (vínculo sagrado com a terra) a práticas sociais alienantes (esvaecimento dos laços sociais): “em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (GIDDENS, 1990, p. 22). Espíritos embrutecidos passam a vagar pelo mundo cheios de esquecimento: entra em cena o povo da mercadoria (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profano, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas. Pressionada pela necessidade de mercados mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte. (MARX; ENGELS, 2001, p. 29)

Em toda parte, desse modo, o laço social já não consiste em relações sociais propriamente ditas, em vez disso, ele foi substituído: “o próprio dinheiro é a comunidade, e não pode tolerar nenhuma outra superior a ele” (MARX, 2015, p. 247). No entanto, o processo de construção de espaços-tempos específicos de vida nas ocupações da Izidora – expresso pelo afloramento do lugar e vínculos orgânicos com a terra – anuncia o desejo pela diferença – projetos alternativos em novos espaços –, ainda que *iluminuras* pontuais.

No lugar concebido pelas ocupações da Izidora, a possibilidade de ressignificação da sociabilidade capitalista – também condicionada pela imposição de seu projeto espacial – revela-se nas diferentes formas de habitar o ambiente urbano. A complexa experiência do habitar, por sua vez, é pensada por Tuan (1983) a partir da ideia do lugar como pausa – “cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar” (TUAN, 1983, p. 6). Resguardada pelo lugar, a casa, compreendida como segurança e abrigo, fortalece os

laços emocionais com a terra e com a comunidade, componentes estruturantes do que se imagina como poética do habitar.

Nessa perspectiva, adentrar nas ocupações da Izidora proporcionou uma experiência transcendente com o lugar. As casas e seus quintais acendiam como fachos de luz à medida que o vínculo dos moradores com a terra era revelado; brotando a felicidade social. A afeição pelo lar, reforçada cotidianamente, estava permeada por uma série de anseios de conquista, o direito a outras cidades onde caibam diferentes formas de habitar ancoradas em espaços-tempos específicos de vida.

No dia 30 de outubro de 2015, durante trabalho de campo com o professor/orientador Klemens<sup>29</sup>, encontrei Pedro, morador da Vitória, que contou orgulhoso do seu certificado da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). No seu quintal, fruto desse projeto, uma horta comunitária com própria fonte de água, uma nascente. A casa de Pedro, aliás, esbanjava pontos luminosos. Cobertas num tom alaranjado, as cores das paredes tiveram como matéria-prima o próprio solo, resultado de outro projeto (de tinta natural), vinculado à Universidade Federal de Viçosa. Ainda no quintal, outra “iluminura”: o primeiro barracão onde Pedro e sua esposa moraram encontrava-se preservado. Como observado pelo professor, trata-se de construção carregada de simbolismo. Depois de vinte e cinco anos morando de aluguel, Pedro e sua esposa, em suas palavras, não precisavam mais escolher entre comprar comida ou arcar com aquela despesa. A *cruz do aluguel* tinha ficado para trás, e sua esposa, inclusive, havia se curado de depressão, após a nova vida proporcionada pela ocupação Vitória; as consequências do sofrimento social, explicitado como sintoma físico (WERLANG; MENDES, 2013), *versus* as consequências de sua antítese, a felicidade social, como possibilidade de vivência do lugar.

---

<sup>29</sup> Klemens Augustinus Laschefski, mestre e doutor em Geografia pela Universitat Heidelberg (Ruprecht-Karls).

Figura 26 – Jiló Vermelho (horta comunitária).  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.

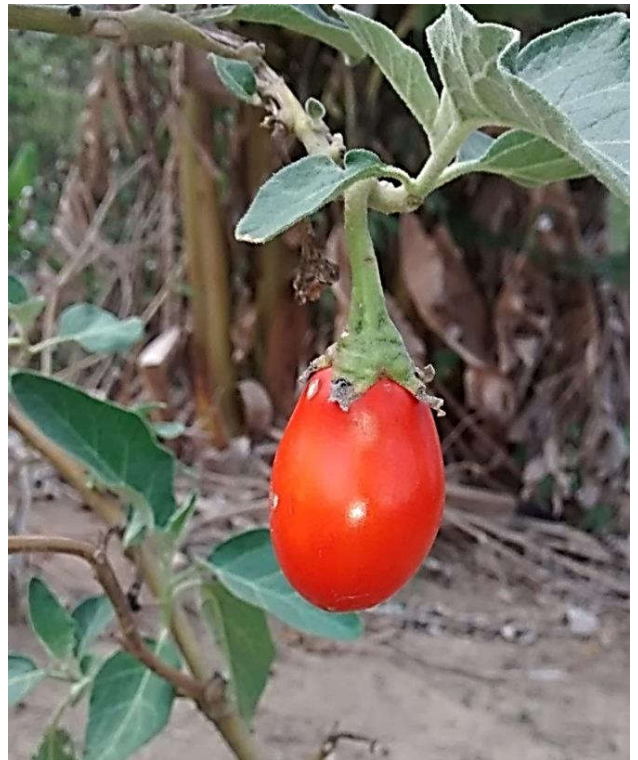


Figura 27 – “Cores da terra”.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Figura 28 – Memória Viva, primeiro barracão.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



A relação dos habitantes das ocupações da Izidora com a terra era salutar não somente pelo uso agrícola, notável por meio da abundância das hortas, mas pela própria afeição pelo lugar, o lugar comum – que me levou a considerar como adendo à tríade corpo-alma-terra a relação com a comunidade. Entretanto, ao contrário de seus vizinhos, moradores do Quilombo de Mangueiras, os ocupantes da Izidora trazem consigo, provavelmente em decorrência de suas vivências pretéritas, imagem preconcebida de organização do espaço. Expressiva parte dos moradores, apesar de elementos rurais deflagrados, relatara origem urbana. Muitos, inclusive, vindos de bairros ou ocupações da própria região, como também observado por Bizzotto (2015):

A origem dos moradores das Ocupações da Izidora é diversa, porém a maior parte deles se encontra no déficit habitacional de Belo Horizonte e RMBH [Região Metropolitana de Belo Horizonte]. Segundo Frei Gilvander, os moradores vieram da “cruz do aluguel”, a grande maioria da própria região, que já estava experimentando o êxito, pelo menos parcial, da ocupação Zilah-Spósito/Helena Grecco, onde há, portanto, uma herança histórica e cultural de mais de 20 anos de luta. (BIZZOTTO, 2015, p. 121)

Diferentemente do imaginário espacial dos moradores do Quilombo de Mangueiras – no qual a luta, de cerca de 150 anos, está ligada à defesa da natureza do lugar e, por isso, confunde-se à própria resistência ao desmatamento de uma das principais áreas verdes ainda restantes na capital mineira, a região da Izidora (INCRA; MDA; UFMG, 2015) –, os moradores das ocupações têm como desafio à sua prática socioespacial a promoção de espécie de *kit colonial*, terra-urbanizada, o que ilustra o processo de mudança-permanência nas ocupações, o qual, entretanto, não diminui seu potencial criador/iluminador. Nesse segmento, notam-se como protagonistas os próprios trabalhadores da construção civil erguendo na Izidora sua própria obra/cidade.

Essa era a história de Ubirajara e de tantos outros encontrados pelas ocupações, como o pai de Sônia, que será conhecido adiante. Já havia esbarrado com ele algumas vezes na Vitória; porém, no dia 30 de setembro de 2015, tive oportunidade de sentar no seu quintal e conhecer mais esse caso de amor pelo lugar imbricado aos percalços da autoconstrução da moradia. Ubirajara fez questão de mostrar sua casa, demonstrando especial entusiasmo com a horta e o galinheiro, este com improvisada e eficiente chocadeira.

Ubirajara contou que foi um dos primeiros moradores a desbravar a região. Muito mato e muita cobra, lembrava. O primeiro terreno que ocupou, juntamente com outras famílias, pertencia a uma fazenda, e, segundo seu relato, teria sido o próprio dono desta quem

lhes alertara sobre irregularidades relativas ao terreno vizinho: “ele apontou pro lado e disse que ali era grilado”<sup>30</sup>. Logo, os primeiros ocupantes da Vitória, Ubirajara entre estes, passaram a ocupar a terra a poucos metros da fazenda. De fato, acertadamente, a observância do conflito possessório tornou-se elemento a favor das ocupações da Izidora. As irregularidades, inclusive, como apresenta Bizzotto (2015), foram impetradas por instituições como a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) sob a alegação de problemas na cadeia dominial dos imóveis onde se localizam as três ocupações da região da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória).

O papel da DPMG consiste em levar para o processo a versão dos fatos dos moradores, levantando sua necessidade de moradia em um contexto social de muita pobreza. Neste caso, foi também contestado que os autores, que fundamentaram seu pedido de liminar de reintegração de posse com base em documentos cartoriais e pagamento de IPTU, não possuem posse do terreno, pois nunca houve atos possessórios e estes descumpriam a função social da propriedade. (BIZZOTTO, 2015, p. 154)

Fazia vinte e oito meses que Ubirajara vivia ali, e parte de sua alegria estava em conviver com seu irmão, Rosenberg, por ele trazido para a Vitória. Não era raro encontrar famílias com avós, pais, filhos e irmãos vivendo na mesma ocupação (dividindo ou não o mesmo lote). Segundo Ubirajara, não faltava trabalho ali dentro. Mesmo com a crise, assinalou, tinha sempre alguém “subindo parede”.

Passei uma tarde inteira ouvindo suas histórias, exercitando o prostrar. Afinal, haveria atalhos para as ranhuras da alma? Aprendíamos a respirar, silenciar, *ouvir*. Nesse exercício, entendi que a utilização de gravadores ou mesmo o pedido de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE), para autorização da reprodução das falas, por exemplo, eram incompatíveis com a proposta da prosa. Na busca pelo diálogo horizontal – esse *fazer com o outro* enquanto caminho a ser criativamente construído –, reconhece-se como perda a não transcrição das falas na íntegra. No entanto, por outro lado, acredita-se ganhar quanto ao encontro com as subjetividades, as emoções que possibilitaram o desdobramento da busca pelo sofrimento social na proposição do seu inverso: a felicidade social.

Os vizinhos de Ubirajara chegavam, sentavam, iam embora. Outros, de passagem, cortavam caminho por ali. Eu, nesse encontro repleto de entendimentos desentendidos – mistérios do ser-estar no mundo –, procurava pela cristalização do modo de fazer com o outro.

---

<sup>30</sup> UBIRAJARA. [set. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

A proposta de diálogo horizontal, nesse sentido, não se apresenta como caminho pronto, bastando segui-lo, porém, e talvez essencialmente, encoraja ao desconhecido, caminho a ser construído. Daí a encarnação da *prosa* – uma tentativa – como exercício de respirar e silenciar para aprender a *ouvir* que se justifica na procura do outro, ainda que consciente da tensão dialética também entre sujeitos (encontros-desencontros). Doravante, era como se o mais importante, entre o café e o quintal, estivesse naquilo que se queria contar/ocultar, fossem tristezas ou alegrias – vagueações. De toda forma, como alertou Hissa (2013):

‘Tu és a metodologia que usas’ e ‘tu és a história que narraste’ são expressões de *modos de pensar*. Os *modos de fazer* não estão apenas articulados aos *modos de pensar*, mas, sobretudo, aos *modos de ser* – e de *estar no mundo* – do sujeito da pesquisa. [...] Quando se pretende produzir conhecimento *junto ao outro* – e não sobre o outro – será preciso criar, também, junto ao outro, *modos de fazer*. Aqui, já se está no âmbito do *artesanato coletivo* e no espaço de fronteira em que, no contexto de possíveis estranhamentos e eventuais conflitos, será necessário fabricar alternativas ao diálogo. (HISSA, 2013, p. 128, grifos do autor)

Naquele dia, 30 de setembro de 2015, Leonardo me acompanhava pela primeira vez. A situação do desemprego possibilitou que fôssemos juntos às ocupações, o que se tornou mais prático, já que não tínhamos conflitos de agenda (ocasionalmente, isso acontecia com demais colegas de campo). Essa parceria, por conseguinte, tornou-se enriquecedora à medida que contribuiu para o amadurecimento da proposta metodológica. Junto de outros pesquisadores, acabava seguindo seus roteiros, uma fase, sem dúvida, de intenso aprendizado, inclusive para a proposição da *prosa* como alternativa ao diálogo. Entretanto, quando de sua companhia, a situação inverteu-se. Passei a decidir os caminhos por minhas próprias intuições – “do latim *intus legere*: ‘ler dentro’” (BETTO *et al.*, 2013, p. 89) –, ao encontro dos meus próprios encontros. Andanças.

Nalgum momento Ubirajara correlacionou a insuficiência das políticas públicas habitacionais com o número de famílias que pareciam chegar com mais frequência à ocupação Vitória. Outros fatores, possivelmente, também se relacionavam ao fato, como a hipervalorização dos aluguéis na cidade *formal* e a própria violação do direito humano à moradia em decorrência de processos de remoção, ambos vinculáveis ao advento do megaevento Copa do Mundo de Futebol de 2014, que, de acordo com Santos Jr. e Santos (2012), acarretou tais impactos por meio das intervenções urbanas nas cidades-sede. Entre os meses de setembro e outubro de 2015, foi possível observar a chegada de carros de mudança, mesma época em que um depósito de materiais de construção foi instalado na entrada da ocupação Vitória. Caçambas amontoadas, de caminhonetes a caminhões basculantes, podiam

ser avistadas deixando para trás uma poeira enferrujada, a mesma que me tingia, tornava mágica a sala de dona Mariazinha e coloria a casa de Pedro. As cores da terra exibiam nuances alaranjadas.

Figura 29 – Quintal é vida.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Figura 30 – Rumo à Vitória.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Figura 31 – Depósito de materiais e aluguel de retroescavadeira.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Expulsos e privados do acesso à sua obra, a cidade, os trabalhadores da construção civil, como Ubirajara e seu irmão, conformaram-se, pois, em importantes agentes da urbanização na Izidora (produto coletivo). Um dos casos ilustrativos foi o grupo G-20, formado por moradores da ocupação Vitória. A escolha do nome, segundo Ubirajara, um de seus idealizadores, referia-se ao número de integrantes considerados necessários ao grupo, na época contando com doze. As reuniões para estabelecimento das prioridades, como assim expressou, aconteciam toda segunda, às dezenove horas. Já o dinheiro para execução das obras vinha de arrecadações; o grupo dividia-se e passava de porta em porta explicando o projeto pelo qual necessitavam de recursos. Ubirajara contou que, depois do sucesso com a “parte elétrica”, a confiança dos moradores no G-20 aumentara.

Desde que chegou à ocupação Vitória, um dos primeiros moradores, ainda em junho de 2013, Ubirajara trabalhara só ali dentro, ao custo de oitenta a cem reais a diária de pedreiro, mas também como voluntário. Disse ser “pau pra toda obra, precisando nós tamos aí”<sup>31</sup>, referindo-se a eventuais ajudas aos vizinhos. Naquele momento, final de setembro e 2015, ele e Rafael, outro integrante do G-20, contavam com satisfação a obra de distribuição de água que realizavam; novas tubulações foram conectadas à rede de distribuição do Município de Santa Luzia (as ocupações Rosa Leão e Vitória têm parte de seu território localizado no Município de Santa Luzia, fronteiro a Belo Horizonte). Rafael fez questão de mencionar o fato de as famílias moradoras das áreas mais elevadas não precisarem mais subir o morro empurrando tambores. E, segundo ele, essa recente disponibilização do serviço de abastecimento de água fez com que novas famílias, rapidamente, ocupassem o local.

---

<sup>31</sup> UBIRAJARA. [set. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

Figura 32 – Comunidade à frente.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Figura 33 – Horizonte da Vitória.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Ubirajara disse repetidas vezes que amava a ocupação: “eu amo isso aqui, sou feliz demais aqui”<sup>32</sup>. E não era difícil entender por quê. Sentia-se útil, em suas próprias palavras. Sua história e seu sentimento eram também a história e o sentimento de outros ocupantes. Nas ocupações da Izidora, a experiência de felicidade, destarte, não estava apenas atrelada à libertação da *cruz do aluguel* ou ao fim da humilhação de *viver de favor*: revelava-se no desenlace da experiência cotidiana imposta pelo projeto espacial capitalista e na construção, portanto, de espaços-tempos específicos de vida. Nesse sentido, a procura pelo sofrimento social, mais uma vez, foi casada com sua antítese, a felicidade social. Ubirajara experimentava um tipo distinto de felicidade, aquela que se enraíza no lugar – o lugar da pausa, do sossego, do abrigo, onde as relações mais íntimas se desenvolvem (TUAN, 1983), sentimento explicitado pela poética do habitar, conexão corpo-alma-terra-comunidade.

Espécie de prática socioespacial, a poética do habitar revela-se como essência capaz de transformar a Izidora num lugar. Na perspectiva das crianças, esse processo de diferenciação do espaço dar-se-ia pela noção de permanência e acolhimento, tal qual apresentada por Tuan (1983): “o espaço da criança se amplia e se torna mais bem articulado à medida que ela reconhece e atinge mais objetos e lugares permanentes” (TUAN, 1983, p. 151). Na figura a seguir, um grafite ilustra essa noção em construção. Sobre um peixe, montadas, duas crianças parecem desfrutar da segurança do lugar – o lugar da casa – protegidas pelas paredes que sobem, acolhidas. Seu mundo, colorido, já se distancia da opacidade dos espaços hostis, incapazes de acolher a vida, que, por sua vez, é intimada ao movimento, à procura do lugar. À frente, a menina mira o futuro, já próximo. Atrás, o menino despede-se do passado, já distante, e sorri. Juntos, percorrem o caminho, o sonho da Vitória: o lugar da moradia.

---

<sup>32</sup> UBIRAJARA. [set. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

Figura 34 – Portal do lugar.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



As andanças pela ocupação Vitória levaram-me a conhecer também a felicidade de Sônia, a moça de Portugal. No dia 20 de junho de 2014, guiada por Abílio, também morador da Vitória, fui até sua casa conhecer o quintal; fazíamos espécie de *tour* pelas hortas da ocupação. Abílio, guia atento, e atencioso, apresentava, já pelo caminho, muitas variedades de plantas; conhecia muitos tipos de “matos”, e, por vezes, contava suas propriedades medicinais. Nesse dia, conversamos rapidamente com Sônia; estávamos eu e Luiz, meu parceiro de campo. Contudo, foi em companhia de Leonardo que retornei com calma à sua casa; sua história, de fato, havia despertado minha curiosidade.

A casa estava diferente. Entre junho de 2014 e outubro de 2015, quando eu e Leonardo voltamos, a construção tinha aumentado, contando com pequena mercearia e *freezer* para estoque de carne (nesse mesmo dia, por coincidência, outro morador da ocupação Vitória comentara do acesso ao consumo de carne em decorrência da desobrigação com a despesa do aluguel). Enquanto conversávamos, notamos que os vizinhos entravam e se serviam na pequena mercearia; consumiam na base da confiança, e Sônia continuava a me dar atenção. A proximidade com os vizinhos, por sua vez, também identifiquei quando Sônia comentou que eventualmente *perdia* seu bebê, o primeiro nascido na Vitória: “ele vai no colo de todo mundo, tem hora que eles vêm cá e pegam ele”<sup>33</sup>; mostrava-se acostumada com a situação. E foi justamente essa relação – vivência de comunidade – exaltada por Sônia como a melhor parte de morar na ocupação; a pior era o medo do despejo (lembrou-se, nesse momento, do dia em que helicópteros sobrevoaram a ocupação).

Em Portugal, Sônia trabalhava de enfermeira, tinha casa própria e carro, contava. Apaixonando-se por um brasileiro, mudou-se para o Brasil e trouxe junto seu pai. No Brasil, ele também se apaixonou por uma brasileira; acabaram, pai e filha, casando no mesmo dia. Recém-chegados ao Brasil, foram para *Teófilo Otoni*, município localizado no interior do Estado de Minas Gerais. Sônia lembrava-se com bom humor de suas “aventuras na roça”: dos vagalumes, insetos que nunca tinha visto, e do dia em que caiu num mata-burro; risos.

À procura de serviço, seu marido e seu pai foram para Belo Horizonte. Pouco tempo depois, Sônia juntou-se a eles. Moraram no bairro Palmital, em Santa Luzia, município vizinho a Belo Horizonte e fronteiro às ocupações Esperança e Vitória, lugar, segundo Sônia, onde viviam em constante insegurança. Fez referência à sua terra natal: “em Portugal a

---

<sup>33</sup> SÔNIA. [out. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

vida tinha mais valor”<sup>34</sup>. No Palmital, “até de ficar no quintal a gente tinha medo”<sup>35</sup>, relatava. Certo dia, um anúncio na padaria chamou sua atenção: vendiam-se lotes de 200 metros quadrados próximos ao bairro Baronesa pelo valor de cinco mil reais. Era o que tinham guardado; mudaram-se Sônia, o marido, seu pai e a esposa. Entre os primeiros moradores a chegar, ajudaram na construção daquele lugar: nascia a ocupação Vitória, uma (in)versão de cidade.

---

<sup>34</sup> SÔNIA. [out. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

<sup>35</sup> SÔNIA. [out. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

Figura 35 – “Uma casa portuguesa” (Amália Rodrigues, “Uma casa portuguesa”, 1953).  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Figura 36 – “Fruta do lobo” e “penacho de cana”.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Figura 37 – Vida nos quintais.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Figura 38 – Bebê da Vitória.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



A poética do habitar – conexão corpo-alma-terra-comunidade – vivenciada pelos moradores encontrados na Izidora teve um momento esteticamente marcante. Se os encontros foram marcados por declarações de amor ao lugar, um, em especial, externalizou este sentimento: a felicidade social enquanto celebração do lugar.

Ao deleite do lar, no dia 21 de setembro de 2015, flagrei um morador a cuidar de seu jardim. Baiano de Itabuna, José integra a luta por moradia digna na região metropolitana de Belo Horizonte, cidade que, segundo ele, o acolheu. A escolha dessa palavra é representativa do que se imagina corresponder à experiência de felicidade social. Acolher, dessa forma, vai ao encontro da ideia de lugar que conota segurança, abrigo, no qual uma pessoa ou grupo deposita significados e sentidos (TUAN, 1983).

A casa de José fulgurava na paisagem da ocupação Vitória. A concepção paisagística, juntamente com a riqueza de ornamentos e seus detalhes, expunha a relação íntima – de permanência, de poética – entre José e *aquele* lugar. Sua casa, sensível obra d’engenho humano (TEIXEIRA, 2016), proporcionou inenarrável experiência estética. Repentinamente, todos os sentimentos relativos à felicidade social coagularam-se numa única residência; a poética do habitar – conexão corpo-alma-terra-comunidade – manifestava-se em incontáveis declarações de amor. Por toda parte, corações. A felicidade do acolhimento e a liberdade da pausa, celebrados com arte.

O laço sagrado que une práticas humanas à terra – no sentido de habitar a Terra enquanto morada, o que prevê conexão com tudo aquilo que vive e permite o viver – é demonstrado por Dardel (2015) a partir da própria relação etimológica conservada pela língua latina: *húmus* e *humanus* (DARDEL, 2015, p. 48). De acordo com o autor, construir e plantar – atos de celebração do lugar – seriam princípios de unidade entre grupos humanos: “a pessoa individualmente não possui ‘existência’, o indivíduo *só é* como parte de um todo, [...] a terra como base do sujeito coletivo” (DARDEL, 2015, p. 56, grifo do autor).

Figura 39 – Caminho da felicidade.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Figura 40 – Amor, por toda parte.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2015.



Quando José experiencia, pois, a felicidade social, tal qual ora concebida, é porque encontra de alguma forma seu lugar *no* espaço: “nós queremos terra, não queremos casa”<sup>36</sup>. Essa frase, que ecoou entre os moradores das ocupações da Izidora, parece indicar uma pista da poética do habitar. A poesia estava ali, desabrochada junto ao vínculo com o lugar: a reconstrução do homem, e de sua existência, por meio de outra forma de se relacionar com o espaço (FRANCESCHINI, 2015).

A poética do habitar, enquanto vínculo com o lugar – acolhimento da vida em suas múltiplas dimensões – também foi possível identificar no encontro com dona Margareth, no dia 23 de outubro de 2014. A senhora das abóboras, da cebolinha, do maxixe, do espinafre, da couve, dos doces tomates de casca grossa. Dona Margareth foi quem me convidou a conhecer o quintal, comportamento comum dos moradores da Izidora, enorme hospitalidade. A gentileza parecia inesgotável, assim como a prosa, que indicava ser característica da própria ressignificação da forma que se percebe, vive e se produz a vida cotidiana, espaços-tempos específicos (CARLOS, 2015a). Com a ajuda do filho, servente de pedreiro, sua casa foi erguida. Antes de morar na ocupação Vitória, *morava de favor*, com o filho e a nora. Agora independente, em suas palavras, narrava com salutar satisfação a conquista da casa própria.

Seu quintal transbordava em cores, alastrava-se em aromas, multiplicava-se em sabores. Não só ela, as plantas também sorriam. O chão verde, espécie de tapete vivo, contrastava com a cor de barro da casa, mãos e arredores. Um quintal íngreme sobre relevo acidentado, onde a senhora, de mais de setenta anos, planta o que come, onde conversa com a vida e lacrimeja de aprazimento. Não por uma vez, mas por repetidas vezes, dona Margareth fez questão de dizer que estava feliz. Sua alegria e razão de viver, nesta altura da vida, estavam ali estritamente vinculadas à terra em todos os sentidos cabíveis. Ela precisava da terra para morar (da terra, para plantar; da terra, para *ser*). Sua felicidade e liberdade, resumidas em poucos metros quadrados da ocupação Vitória.

Repentinamente, ao procurar uma abóbora na folhagem rasteira, ainda agachada, dona Margareth começou a rir. Lembrava-se de seus tombos e, com muito bom humor (reincidente estado de espírito dos ocupantes), trocou algumas palavras sobre seus infortúnios no quintal. Por alguns segundos, nesse momento, permiti-me imaginar aquela senhora rolando, rindo e rolando (em meu devaneio), sobre aquelas plantas rasteiras/arteirias.

---

<sup>36</sup> JOSÉ. [set. 2015]. Fala concedida à Helena Castellain Barbosa de Castro. Ocupação Vitória, Belo Horizonte, 2015. Presente em anotações de campo, entre março de 2014 e outubro de 2015.

Encontrada a abóbora, próxima da casa, ela falava de refogados e comentou da abobora, que comia *in natura* de tão saborosa. Da porta, espiavam-se um fogão e uma cama recostada sob uma pequena janela. De registro, a alegria e a abóbora de dona Margareth.

Figura 41 – Quintal do “Rola-Moça”.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.



Figura 42 – Registradas.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2014.





A civilização sem ancestrais (GUATTARI, 2000), berço do povo da mercadoria (KOPENAWA; ALBERT, 2015), passou a identificar-se – ou não mais assombrar-se – com a efetivação do projeto espacial de matriz ideológico-coerciva tal qual requisitado pelo modo de produção capitalista. As condições criadas pela propriedade privada introduziriam o processo de alienação do lugar enquanto distanciamento – divórcio obrigatório – entre práticas humanas e a teia complexa da vida ecológica.

Desde que a espada e a cruz desembarcaram em terras americanas, a conquista europeia castigou a adoração da natureza, que era pecado de idolatria, com penas de açoite, força ou fogo. A comunhão entre a natureza e o povo, costume pagão, foi abolida em nome de Deus e depois em nome da civilização. Em toda a América, e no mundo, continuamos pagando as consequências desse divórcio obrigatório. (GALEANO, 2008)

Sonhos foram transviados pelas exigências da acumulação; sobre todos nós, um imenso vazio celestial (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Passa-se a compactuar com o imaginário dominante e seus preceitos de felicidade – “trata-se de uma época de guerras e revoluções que abortam no momento em que parecem culminar no culto ao Estado, no fetichismo da produção, coroamento, ele próprio, do fetichismo do dinheiro e da mercadoria” (LEFEBVRE, 2002, p. 44). Assim sendo, entregues a orgias de destruição, deliberadamente convictos da missão civilizadora/devastadora, destituídos de qualquer resquício de espiritualidade (BETTO *et al.*, 2013) protagonizamos o que o xamã yanomami Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015) denomina de *a queda do céu*.

Os espíritos xapari, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para bem longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los danças para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos como nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, epígrafe)

A concepção de mundo de Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015), e todo o seu conhecimento, tem como ponto de partida o lugar. Pertencer ao lugar, no sentido yanomami de pertencimento, envolve relação íntima e atenta à natureza mítica das coisas. E é justamente dessa qualidade, ligação profunda, como assinala Castro (2015), que nós – civilização ocidental moderna – carecemos por completo. Desse princípio, fundamenta-se, por

consequente, a profecia apocalíptica de *queda do céu*. A alienação do lugar, essa perda da experiência holística com a Terra, fez perder também “aquela outra terra, aquele ‘suprassolo’ celeste que sustenta as numerosas moradas transparentes dos espíritos, e não esse ‘céu de ninguém’, esse sertão cósmico que os brancos sonham” (CASTRO, 2015, p. 16).

Gerado localmente, a partir do lugar como centro da ecologia – “a terra não lhes pertence, pois são eles que pertencem à terra” (CASTRO, 2015, p. 16) –, o discurso de Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015) pronuncia-se como espécie de teoria global do lugar: “uma teoria sobre o que é estar em seu lugar, no mundo como casa, abrigo e ambiente [...]. O mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser que tem coração e respira” (CASTRO, 2015, p. 16). O elo perdido com o lugar, outrora comunhão entre a natureza e o povo, consagra a ruptura entre práticas humanas e a teia complexa da vida ecológica. Entre as consequências desse divórcio obrigatório, uma sociedade em desencantamento: “bem-vindos ao deserto do real”<sup>37</sup>.

Na sociedade ceifada da ligação com o cosmos – “alienação das populações de si mesmas e dos seus espaços de vida” (MONTE-MÓR, 2015, p. 61) –, nasce-se num mundo ao qual não se pertence. Assim, errante num universo despiritualizado, o homem-alienígena (forasteiro em seu próprio planeta) parece “imerso em um tenebroso vazio existencial, só de raro em raro iluminado, ao longo de nossa pouco gloriosa história, por lampejos de lucidez política e poética” (CASTRO, 2015, p. 15).

Entretanto, considerada a dialética do espaço – o possível-impossível do urbano (LEFEBVRE, 2006) –, resguardará o lugar, enquanto escala de resistência, o portal de realização da felicidade social? Será essa a mensagem dos índios e dos demais povos *menores* do planeta? Por seu turno, será a explosão (negação) da cidade neoliberal um evento de produção do espaço pela comunidade? Nesse sentido, será ingênuo crer na poética do habitar, tal qual em sua versão desenvolvida nas ocupações urbanas da Izidora (espécie de prática socioespacial), como capaz de desdobrar-se num projeto espacial alternativo, um novo espaço?

‘Ingenuidade’, pode ser, mas a alternativa é a ingenuidade da utopia, ou então a morte. [...] A evidência é irrecusável. O modo de vida do Ocidente industrial não é generalizável, pois as suas vantagens bem relativas só existem se reservadas a uma pequena minoria. Se o mundo as aproveitar, será a catástrofe geral. (DUPUY, 1980, p. 28)

---

<sup>37</sup> “Welcome to the Desert of the Real” (ZIZEK, 2011a).

De acordo com Monte-Mór (2015), parece não haver dúvidas, destarte, quanto à força telúrica do imaginário utópico (essencialmente espacial), que prenuncia a imagem, objeto possível (LEFEBVRE, 2002), de um urbano em transição. De fato, no período denominado de fase crítica do urbano (tendo como horizonte possível a sociedade urbana), Lefebvre (2002) considerou as consequências da industrialização e da urbanização como um momento sombrio, um campo cego, em que a natureza aparece no primeiro plano dos problemas. Nesse caso, a impossibilidade de sustentação/perpetuação da vida (em suas diversas manifestações) no espaço urbano-industrial não teria alternativa visível: “o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana) não o vemos. *Nós* ainda não o vemos” (LEFEBVRE, 2002, p. 38, grifo do autor).

A água, a terra, o ar, a luz, os “elementos” estão ameaçados de destruição. Os prazos finais chegarão em datas precisas. Por volta do ano 2000, com ou sem uma guerra nuclear, a água e o ar estarão poluídos a tal ponto que a vida tornar-se-á difícil na Terra. Pode-se, desde agora, conceber um ‘socialismo’ bem diferente do que se entende por tal palavra, e daquele que Marx definiu. Os bens outrora raros tornam-se abundantes: o pão e os alimentos em geral (ainda raros numa grande parte mal desenvolvida do planeta, mas superabundantes na parte desenvolvida). Ao contrário, os bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água, a terra, a luz. Não se imporá a gestão coletiva das novas raridades? A não ser que se imponha a produção ou re-produção de tudo que foi a natureza... (LEFEBVRE, 2002, p. 36)

O processo de urbanização extensiva, tal qual concebido por Monte-Mór (2015), poderia ser interpretado em sentido dialético: “de extensão do urbano-industrial, mas também de extensão do urbano-utopia” (MONTE-MÓR, 2015, p. 62). Questionamos: seria o campo cego, caso deixe-se de assim o ser, algo que libertaria o urbano do próprio urbano enquanto apologia ao urbano-industrial? O que veríamos caso enxergássemos a virtualidade, o vir a ser, do urbano lefebvriano? Poderíamos interpretar a construção do lugar realizada pelos moradores da Izidora como horizonte de inversão do sofrimento social na esfera cidadina? Se o desenvolvimento do urbano-industrial está correlacionado com a superexploração concomitante do homem e da natureza, teríamos aqui uma *caixa-preta*? Haverá justiça social sem respeito à natureza?

Nesse caminho de reflexão, Monte-Mór (2015) dá indícios do que seria o urbano-utopia. Para o autor, a lógica da reprodução coletiva da vida urbana deveria ter como correspondência a *naturalização extensiva* no lugar da *urbanização extensiva*: “a chamada sustentabilidade urbana demanda o resgate radical da natureza, uma imbricação do tecido urbano com o espaço natural, a extensão da natureza dentro do urbano extensivo” (MONTE-

MÓR, 2015, p. 63). *A naturalização extensiva*, desse modo, em nada se assemelha aos espaços de simulação da natureza (LEFEBVRE, 2002) desempenhados por praças, jardins e parques.

Partindo do princípio de que o campo cego impede tanto de ver o vazio quanto de enxergar a virtualidade (o vir a ser), as ocupações da Izidora sinalizam tanto para o que falta quanto para o que na cidade cabe projetar: o caminho de *volta* ao lugar, portal de conexão entre corpo-alma-terra-comunidade. Ou, ainda mais claro na teoria global do lugar experienciada pelos yanomami, tratar-se-ia da relação sagrada com a terra em que se habita, esse único lar/planeta que se conhece com vida numa vasta arena cósmica.

Nesse caminho, “o *habitar* torna-se essencial” (LEFEBVRE, 2002, p. 87, grifo do autor): enquadra-se na fase de subversão da realidade urbana impulsionada pelo comércio e pela indústria, e, logo, devastada por estes. Portanto, o habitar, na abordagem de Lefebvre (2002), afirmaria “o primado do durável” (LEFEBVRE, 2002, p. 87) e inauguraria o fim do urbano como era industrial: dissociado da natureza e contrastante com a época de predomínio camponês, no qual a natureza e a cultura amalgamavam-se (LEFEBVRE, 2002).

Torna-se necessária a desconstrução da retórica sedutora do capital, ou seja, a mentalidade que aliena e aprisiona o povo da mercadoria ao futuro, cegado pela teleologia do progresso enquanto trajetória linear do desenvolvimento. A efetivação de um contradiscurso à prosperidade vindoura – que culmine na desconstrução do fetiche da mercadoria, incluída a propriedade – atravessaria, assim, espécie de umbral<sup>38</sup> rumo à sociedade urbana imaginada por Lefebvre (2002): “no seio da sociedade burocrática de consumo dirigido a sociedade urbana está em gestação” (LEFEBVRE, 2002, p. 18).

Numa sociedade sob a atmosfera do umbral, todavia, a luz no fim do túnel é ofuscada pelo próprio breu, que torna a saída invisível; campos cegos. Dessa forma, como parte de um fluxo de onda de pensamento (BRADBURY, 1976), a superação do *umbral terreno* parece antecipar outra mudança enunciada por Lefebvre, em 1989, já no final de sua vida: a superação da sociedade burocrática de consumo dirigido implicaria nada menos que um conceito revolucionário de cidadania, parte importante, portanto, da transição do urbano (LEFEBVRE, 2014).

---

<sup>38</sup> A ideia de umbral, inspirada em passagem de Lefebvre (LEFEBVRE, 2002, p. 12), ganha aqui, embora concebida enquanto experiência mundana, significado que se assemelha ao umbral tal qual psicografado pelo médium Chico Xavier: “o umbral nada mais é que uma faixa de frequência vibratória a que se ligam os espíritos desequilibrados, cujos interesses, desejos, pensamentos e sentimentos se afinizam [*sic*]” (INTELISANO, 2016).

Nesse sentido, imagina-se a felicidade social inserida no fluxo de pensamento – baseado em estratégias populares de produção, controle e defesa do lugar – em direção à construção de cidadanias radicais. A formulação de novas narrativas, por meio da valorização das experiências sociais (racionalidades contra-hegemônicas), contribuiria para a reedição da concepção de cidadania por sociabilidades urbanas mais justas e pelo direito a outras cidades.

Como espécie de reação em cadeia, vencida a tendência à inércia – no sentido de resgate da missão histórica da luta de classes (LEFEBVRE, 1991) –, a felicidade social seria parte do processo sonhado de reinvenção da vida coletiva, ao encontro do urbano-utopia imerso na dialética da urbanização (MONTE-MÓR, 2015). Enunciada, simultaneamente, enquanto hipótese e definição, a sociedade urbana (LEFEBVRE, 2002), destarte, conduziria a uma potente combinação de lugares possíveis – imagem correspondente aos mosaicos multicoloridos –, os quais, todavia, em nada correspondem ao cumprimento da *etapa* industrial. Nessa interpretação, a sociedade urbana, concebida como utopia realista – suficientemente utópica para desafiar a realidade e realista o suficiente para não ser descartada facilmente (SANTOS, 2007) – espelharia racionalidades alternativas (imaginários espaciais diversos) pela desconstrução da imagem *clássica* de cidade. Seria essa a mensagem cifrada pela insurgência do lugar na esfera cidadina? Os ocupantes da Izidora, como fachos de luz por entre brechas no muro, iluminam a felicidade social como horizonte do urbano-utopia?

Entendendo a virtualidade iluminadora de Lefebvre (2002) melhor representada no plural, logo, sociedades urbanas, como ficaria, por conseguinte, a relação entre o campo e a cidade? Corroborando com Monte-Mór (2015), acredita-se num movimento reverso ao processo urbano-industrial, no qual se deu a corrosão da vida agrária pela proliferação do tecido urbano. Nesse sentido, no projeto de ressignificação do urbano – pelo direito a outras cidades – caberia o espraiamento do “tecido rural” (MONTE-MÓR, 2015), compondo a imagem dos mosaicos multicoloridos conformados por diferentes imaginários espaciais. Ou seja, a supressão da oposição entre o campo e a cidade, neste caso, dar-se-ia pela ideia de naturalização do espaço urbano: “o que parece ser nosso urbano-utopia virtual, afinal? Imerso na natureza... ou não será!” (MONTE-MÓR, 2015, p. 68). Como argumenta Acosta (2016), a metamorfose do urbano, por conseguinte, não se dará sem que sejam incluídas as populações historicamente marginalizadas e suas racionalidades, o que exigirá cada vez mais democracia, nunca menos.

A radicalização da cidadania estaria imbricada à radicalização da própria democracia como parte da proposta de realização dos espaços diferenciais. E a (nova) cidadania urbana, como fluxo de pensamento permanente e atuante, estaria amarrada ao radicalismo que prevê empoderamento/engajamento político por novas opiniões e atitudes: insurgência de atores sociais como sujeitos políticos. Nesse caminho, a proeminência do resgate dos saberes locais/tradicionais para a realização da multipli-cidade das sociedades urbanas parece indicar a valorização, como sugere Santos (2002), das experiências sociais que já coexistem no urbano – ou que neste podem coexistir – e que se opõem ao projeto espacial capitalista enquanto apologia ao urbano-industrial-neoliberal.

No contexto de agravamento do sofrimento social (WERLANG; MENDES, 2013) concomitante ao avanço do neoliberalismo urbano, a poética do habitar – conexão corpo-alma-terra-comunidade – experienciada pelos ocupantes da Izidora insurge como espécie de prática socioespacial pelo direito à (feliz) cidade, a felicidade social. Ainda que premidas pela necessidade, as ocupações impedem o avanço da produção capitalista do/no espaço e, por meio da autogestão e da autoconstrução, transformam a Izidora num lugar: fortalecem a identidade e a ascensão (possível) de sujeitos políticos. O lugar, assim, insurge como centro de significados, repositório de sentido concebido pela experiência da conexão emotiva com a terra como alternativa ao urbano-industrial. O lugar ocupado, doravante, ilumina a imagem (objeto possível) de uma virtualidade: o urbano-natural (MONTE-MÓR, 2015), caminho de *volta* às raízes do lugar pelo encontro da vida cotidiana urbana com a teia complexa da vida ecológica. Nesse viés, se a cidade industrial aparece, como apresenta Lefebvre (2002), como advento da segunda natureza – erguida sobre a natureza inicial e fundamental –, conformaria o urbano-natural uma terceira natureza? Como sustentá-lo frente à capacidade do projeto hegemônico em (re)integrar e/ou eliminar os espaços que transgridem?

Figura 43 – Mural dos sonhos.  
Ocupação Vitória, região da Izidora, Belo Horizonte, 2016.  
Fonte: Ocupação Vitória (2016b).



## **Metamorfose: espírito-borboleta**

“Uma ordem objetiva ‘mutante’ pode nascer do caos atual de nossas cidades, e também uma nova poética, uma nova arte de viver.”

(Félix Guattari, *Caosmose: um novo paradigma estético*)

## Metamorfose: espírito-borboleta

Publicado em 1928, *Rua de mão única*<sup>51</sup>, de Benjamin (1987), apresenta-se como amontoado de textos descontínuos. Além de aceitar a incompletude do pensamento, a forma como os textos se (des)organizam parece representar o caos próprio das cidades modernas (CAIMI; GOMES, 2013, p. 242). Contudo, reconhecendo-se que há um mistério no urbano a ser decifrado – campo cego lefebvriano –, irrompe, pois, uma mensagem tácita dessa obra de Benjamin (1987): muito embora desconexos, os textos, por outra perspectiva, conformar-se-iam num todo. Da mesma forma, imagina-se essa como a mensagem por trás dos mosaicos multicoloridos, ou seja: contrastantes à potência homogeneizante (contínua) do urbano neoliberal, os mosaicos – enquanto descontinuidade das cores – representam a realização das diferenças como imagem do urbano-utopia.

A reflexão dialética implícita na proposta estética dos textos, por seu turno, parece reincidir no título: seria a *rua de mão única* um caminho só de *ida* ou um caminho só de *volta*? Tendo a modernidade como referencial, seria o destino de *ida* o encontro inevitável com o sofrimento social atrelado à busca irrequieta por lucros no urbano neoliberal? Por outro lado, se o único sentido for o de *volta*, seria este o caminho ao encontro do lugar, como prevalência da felicidade social, pelo direito a outras cidades?

Perguntou Alice, “o senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?” “Isso depende muito de para onde você quer ir”, respondeu o Gato. “Não me importo muito para onde...”, retrucou Alice. “Então não importa o caminho que você escolha”, disse o Gato. “... contanto que dê em algum lugar”, completou Alice. (CARROLL, 2002, p. 59)

Com atenção à última resposta de Alice ao Gato, avistam-se possíveis manobras de retorno (ruptura) – tal qual subentendido em Benjamin (1987) – rumo ao urbano-utopia:

Se a eliminação da burguesia não estiver efetivada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo está perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado. (BENJAMIN, 1987, p. 46)

Entre os contraespaços estabelecidos pelas ocupações da Izidora e sua consolidação (ainda uma virtualidade) em projetos espaciais alternativos, a “eliminação da burguesia” – que representa o próprio projeto espacial capitalista – seria, de acordo com Benjamin (1987), o *pavio* a ser cortado, única saída pelo fim do sofrimento social. Eis que insurge, nesse cenário,

---

<sup>51</sup> “*Einbahnstraße*”, no original.

espécie de linha de fuga – “uma pura possibilidade, uma mutação” (DELEUZE, 2000, p. 72): o lugar. Nesse sentido, Alice, que formula seu ponto de vista a partir do anseio de achar a saída, ajudaria a serem imaginados caminhos de volta, e não apenas um: “contanto que dê em algum lugar” (CARROLL, 2002, p. 59). Da mesma forma, é o que indica Acosta (2016): “a inexistência de uma trilha predeterminada não é um problema. Pelo contrário: liberta de visões dogmáticas. Porém, exige melhor clareza de onde queremos chegar” (ACOSTA, 2016, p. 41); no horizonte comum, destarte, o lugar como escala estratégica para realização dos espaços diferenciais, enredo (possível) da felicidade social. Como sublinha Lefebvre (2006): “uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria; ela fracassa; ela não muda a vida” (LEFEBVRE, 2006, p. 86). Assim sendo, o urbano-utopia envolve também a discussão da forma, espaço físico, como os homens pretendem viver em comum.

Nas ocupações da Izidora, a felicidade social desponta como parte do fluxo de pensamento pelo direito a outras cidades e, por essa perspectiva, seria parte imanente da radicalização da crítica ao projeto espacial capitalista: felicidade-revolucionária. Logo, a felicidade experienciada pelos ocupantes da Izidora – como facho de luz por uma pequena brecha no muro – ilumina o objeto possível, ainda que num cenário de mudança-permanência, vislumbrado pelos mosaicos multicoloridos do urbano-utopia. Nesse contexto, a produção da vida, em seus espaços-tempos específicos (CARLOS, 2015a), revela-se também como produção prática do espaço: novos espaços. Como adverte Soja (1983), em consonância com Lefebvre (2006): “nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial” (SOJA, 1993, p. 292).

Acreditando no potencial dos contraespaços (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) estabelecidos pelas ocupações urbanas da Izidora – “a política do dia a dia em locais particulares como um solo fértil fundamental para a ação política e a mudança radical” (HARVEY, 2012b, p. 112) –, torna-se coerente à Geografia Humana, corroborando com Soja (1993), reconhecer na organização do espaço um produto social repleto de política, ideologia, contradição e luta. Nesse sentido, compreendido como (possível) portal de libertação dos processos desencadeadores de sofrimento social, o lugar guardaria o espírito-borboleta, que é, tão somente, a consciência da potência dessa metamorfose: do espaço urbano neoliberal (contínuo acinzentado, alheio à vida, horizonte do projeto espacial capitalista, destino de *ida*; sofrimento social) em espaços diferenciais (descontínuo multicolorido, a favor da vida, horizonte dos projetos espaciais alternativos, destinos de *volta*; felicidade social).

E, como propõe Barros (1998), pode-se pensar renovar o homem usando borboletas ou seus espíritos, aptos à metamorfose.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária; Elefante Editora, 2016.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume, 2004. p. 14-35.
- AGAMBEN, G. Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro. *Blog da Boitempo*, 31 ago. 2012. Entrevista concedida a Peppe Salvà. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- AGUILÓ, A. A democracia na época das paixões tristes. *Revista IHU On-Line*, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540187-a-democracia-na-epoca-das-paixoes-tristes>>. Acesso em: 21 out. 2016.
- ALTVATER, E. Prólogo: em defesa de um esforço teórico. In: ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. p. 11-41.
- AMARAL, M. C. do. Aberturas e apropriações pela mobilidade urbana: a potencialidade das “pequenas práticas” sociais. In: COSTA, G. M. et al. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 481-510.
- ANDRADE, R. de. *Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.
- AUGÉ, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 8. ed. Campinas: Papirus Editora, 2010.
- AULÃO público: Irregularidades da Operação Urbana Isidoro (OUI). Produção do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte: 25 jun. 2015. 87 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xIyb8J3xUG8>>. Acesso em: 26 set. 2016.
- BACHELARD, G. (1957). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BAKUNIN, M. A. (1869). *O socialismo libertário*. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 1979.
- BARROS, M. de. A maior riqueza do homem é sua incompletude. In: BARROS, M. de; FERNANDES, M. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998. Disponível em: <<http://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=260425>>. Acesso em: 21 out. 2016.
- BARROS, M. de. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. Living in the world risk society. *Economy and Society*, v. 35, n. 3, p. 329-345, ago. 2006.
- BELO HORIZONTE. Lei nº 10.705, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo, altera o Título III das Disposições Transitórias da Lei nº 9.959/10 e dá outras providências. *DOM – Diário Oficial do Município*, ano XX, edição n. 4.479, 17 jan. 2014.
- BELO HORIZONTE. Operação /urbana do Isidoro. *Portal PBH*, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/ecp/co>>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- BETTO, F. *et al.* (2011). *Conversa sobre a fé e a ciência*. Rio de Janeiro: Agir, 2013.
- BIZZOTTO, L. *#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BOFF, L. Bate papo com Tarcísio – Leonardo Boff. Entrevista concedida a Tarcísio Motta. *CPC-Central Popular de Comunicação*, 1º set. 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=o5\\_iOFWxeqo](https://www.youtube.com/watch?v=o5_iOFWxeqo)>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- BOULOS, G. *Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRADBURY, M. The cities of modernism. In: BRADBURY, M. *et al.* *Modernism: a guide to European literature, 1890-1930*. Londres: Penguin Books, 1976. p. 96-104.
- CAIMI, C. L.; GOMES, M. dos S. A cidade-texto e a crítica-poética: notas sobre Rua de mão única. *FronteiraZ*, São Paulo, n. 10, p. 233-247, jun. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/14289>>. Acesso em: 26 out. 2016.
- CAMPOS, P. R. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 41-63.
- CANETTIERI, T. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *e-metropolis*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 17, p. 22-29, jun. 2014.
- CANETTIERI, T.; VALLE, W. A. do. Dos excluídos da cidade à revolução urbana definições de um novo sujeito político. *e-metropolis*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 23, p. 35-43, dez. 2015. Disponível em:

<[http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/177/original/emetropolis\\_n23\\_ar t3.pdf?1450463906](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/177/original/emetropolis_n23_ar t3.pdf?1450463906)>. Acesso em: 18 set. 2016.

CARDOSO, L. A.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o programa Minha Casa Minha Vida. In: MEDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 81-107.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 25-37.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A. *et al.* (Orgs.) *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015d. p. 43-65.

CARLOS, A. F. A. *et al.* Introdução. In: CARLOS, A. F. A. *et al.* (Orgs.) *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015c. p. 7-13.

CARLOS, A. F. A. Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 9-25.

CARROLL, L. (1865). *Alice no país das maravilhas*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2002.

CASTELLS, M. Introdução. In: CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 13-18.

CASTELLS, M. (1972). O mito da cultura urbana. In: CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 127-153.

CASTRO, I. E. [Orelha do livro]. In: MORIN, E. (1982). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTRO, V. de. Prefácio, O recado da mata. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. (2011). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-42.

CHAUÍ, M. de S. A universidade operacional. *Folha de São Paulo*, v. 9, n. 5, 9 maio 1999.

CHAUÍ, M. de S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHOAY, F. (1965). *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CHOMSKY, N. (1999). *O Lucro ou as pessoas?: Neoliberalismo e ordem global*. Bertrand Brasil, 2002.

COELHO-DE-SOUZA, C. H. O espaço da resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henri Lefebvre. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. de M.; MONTE-MÓR, R. L.

de M. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 368-391.

CORRÊA, R. L. (1989). *O espaço urbano*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, H. S. de M. Meio Ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, C. E. V. (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.79-107.

COSTA, H. S. de M.; MENDONÇA, J. G. de. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, F. L. *et al.* (Orgs.). *Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 46-66.

COTA, D. A. *A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte*. 2010. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

COTA, D. A. Descompassos entre o discurso e a prática das operações urbanas em Belo Horizonte (1997-2008) In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 301-323.

CRUZ, L. Integrantes de ocupações bloqueiam MG-010 e queimam ônibus em protesto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/19/interna\\_gerais,659916/integrantes-de-ocupacoes-bloqueiam-mg-010-e-queimam-onibus-em-protesto.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/19/interna_gerais,659916/integrantes-de-ocupacoes-bloqueiam-mg-010-e-queimam-onibus-em-protesto.shtml)>. Acesso em: 24 set. 2016.

DARDEL, E. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. [1ª edição de 1995; 2ª reimpressão de 2000].

DUPUY, J. P. *Introdução Crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ENGELS, F. (1845). *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. (1873). Para a questão da habitação. Lisboa: Edições Avante, 1983. [*Marx e Engels: Obras Escolhidas*. Vol. 2].

ESCOBAR, A. *Construction Nature: Elements for a poststructural political ecology*. *Futures*, v. 28, n. 4, maio 1996.

FABIANO, P. C. de A. *Processo de Planejamento Urbano e suas Temporalidades: uma análise da influência da legislação urbanística na produção do espaço urbano de Belo Horizonte*. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

FERRAZ, U. Os mínimos e máximos da ideologia neoliberal. 15 jun. 2015. Disponível em: <<https://ulyssesferraz.blogspot.com.br/2015/06/minimos-e-maximos-na-ideologia.html?spref=fb>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

FERREIRA, R. F. C. F. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. *2º Fórum de Sociologia, Justiça Social e Democratização*, Buenos Aires, 2012.

FIX, M. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. s.d. 15 p. Disponível em: <[www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../fix\\_formulamagicaparceria.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../fix_formulamagicaparceria.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FRANCESCHINI, P. A. da C. Heidegger e Hölderlin: pensamento, errância e o habitar poético. *Rapsódia*, São Paulo, n. 6, p. 21-33, 2012.

FRITO na Hora e Amanda Reis. Produção de Frito na Hora. Belo Horizonte: 20 dez. 2014. 3 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q0LDzhkhdoI>>. Acesso em: 31 out. 2016.

FREIRE, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações (CEI), 2016. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

GAARDER, J. (1991). *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GALEANO, E. A natureza não é muda. *Brecha*, Montevideu, 18 abr. 2008.

GALEANO, E. (1974). *As veias abertas da América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALEANO, E. (1989). *O livro dos abraços*. São Paulo: L&PM, 1991.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

HARDT, M. *O Comum no comunismo*. 7 abr. 2014. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/texto-o-comum-no-comunismo-de-michael-hardt/>>. Acesso em: 7 out. 2016.

HARDT, M.; NEGRI, A. (2000). *Império*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HARVEY, D. (1989). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

HARVEY, D. Conferência de encerramento. In: OLIVEIRA, J. G. *et al.* (Orgs.). *Geografia urbana: ciência e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014a. p. 45-67.

HARVEY, D. Introducción. In: HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Ediciones Akal, 2007. p. 7-11.

HARVEY, D. La crisis del capitalismo que toca ahora. [Prólogo]. In: HARVEY, D. *17 Contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014b. p. 11-17.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. (2010). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

HARVEY, D. The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, v. 40, p. 63-87, 2004.

HEIDEGGER, M. (1954). Construir, habitar e pensar. In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e Conferências*. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008. p. 125-142.

HISSA, C. E. V. *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HUXLEY, A. L. (1932). *Admirável mundo novo*. 22. ed. São Paulo: Globo, 2014.

IBÁÑEZ, M. R. (2013). Resignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; Elefante Editora, 2016. p. 296-336.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. *Comunidade Quilombola Mangueiras*. [Coleção Terra de Quilombos]. Disponível em: <[http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop\\_dh/mangueiras.pdf](http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/mangueiras.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2016.

INTELESIANO, M. Umbral. *Espiritismo e ciência*, ano 2, n. 16. Disponível em: <<http://www.ippb.org.br/textos/revista-online/maisa-intelisano/umbral-maisa-intelisano>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

JAPPE, A. (2003). *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.

JAPPE, A. O mercado absurdo dos homens sem qualidades. In: KURZ, R. *Os últimos combates*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 7-15.

JOHNSON, P. (1983). *Tempos modernos: o mundo dos anos 20 aos 80*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

JUNG, C. G. O arquétipo do simbolismo dos sonhos. In: JUNG, C. G. *A vida simbólica*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 246-263.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. (2011). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUHN, T. S. (1962). *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAGE, S. D. L. *A pertinência do instrumento das Operações Urbanas no paradigma do urbanismo democrático e incluyente: reflexões a partir da análise da regulamentação e aplicação do instrumento em Belo Horizonte*. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2008.

LANG, M. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-45.

LAS CASAS, L. de. Ocupação Izidora: o despejo fica mais próximo. *Carta Capital*, 26 out. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ocupacao-izidora-o-despejo-fica-mais-proximo>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

LASCHEFSKI, K. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 143-169, jan./jul. 2013.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 21-61.

LASCHEFSKI, K.; COSTA, H. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XI, n. 2, p. 307-322, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a07.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

LEFEBVRE, H. (1974). *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEFEBVRE, H. (1970). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. (1968). A sociedade burocrática de consumo dirigido. In: LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p. 77-108.

LEFEBVRE, H. (1989). Dissolving city, planetary metamorphosis. In: BRENNER, N. *Implosion-Explosion*. New York: Jovis, 2014. p. 199-202.

LEFEBVRE, H. (1979). *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LELIS, N. Do momento-espaço político: o momento político e o espaço diferencial. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. de M.; MONTE-MÓR, R. L. de M. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 297-316.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XIV, n. 331, 2010.

LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LOURENÇO, T. C. B. *Cidade Ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LÓWY, Michael. (2001). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, F. N. C. Produção do espaço na cidade do neoliberalismo e novas aberturas no espaço digital. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. de M.; MONTE-MÓR, R. L. de M. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 145-168.

MAIS uma vitória das Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, NA LUTA SUADA. 21/03/14. Produção de Gilvander Luís Moreira. Belo Horizonte: 21 mar. 2014. 14 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yEbKqkfxdy8>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MARANDOLA JR., E. *Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and placelessness*, de Edward Relph. Florianópolis: Geosul, 2010.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ideal. In: CASTRIOTA, B. L. (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 7-22, jan./abr. 2011.

MARICATO, E. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. *Carta Maior*, 27 maio 2009. [2009b]. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre urbanização. *Cadernos Metrôpole*, n. 21, p. 33-52, 1º sem. 2009. [2009a].

MARTINS, S. Prefácio. In: LEFEBVRE, H. (1970). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 7-15.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. (1867). *O Capital: Crítica à economia política*. Livro I, O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 959-1.014.

MARX, K. Introdução: produção, consumo, distribuição, troca (circulação). In: MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 54-290.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: L&PM, 2001.

MASCARO, A. O Direito e a Crise – Justificando Entrevista Alysson Mascaro. Entrevista concedida a Brenno Tardelli. 24 jun. 2016. 31 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yKMWrt5sQAk&feature=youtu.be>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MCCHESENEY, R. W. Introdução. In: CHOMSKY, N. (1992). *O Lucro ou as Pessoas?: neoliberalismo e ordem social*. Bertrand Brasil, 2002. p. 3-9.

MEADOWS, D. H. *et al.* *The limits to growth*. New York: Universe, 1972.

MELO, A. [Orelha do Livro]. In: HISSA, C. E. V. *Entrenotas: Compreensões de Pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MIRANDA I. G. de *et al.* *Relatório pelo direito fundamental à moradia adequada: estudo do caso de ocupações urbanas em Belo Horizonte e região metropolitana*. Relatório parcial: abril de 2015. Belo Horizonte: UFMG; Programa Cidade e Alteridade, 2015. [Projeto: Mapeamento das ocupações urbanas em Belo Horizonte e região metropolitana].

MONTE-MÓR, R. L de M. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. *et al.* (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-71.

MOREIRA, G. L. Julgamento do caso Izidora dia 28/09/2016 – Convite à sociedade. 23 set. 2016. [2016a]. Disponível em: <<http://freigilvander.blogspot.com.br/2016/09/julgamento-do-caso-izidora-dia-28092016.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MOREIRA, G. L. Ocupações da Izidora, terra banhada com sangue de mártir, uma questão religiosa também. 14 maio 2015. [2015b]. Disponível em: <<http://ocupacaodomtomasbalduinobetim.blogspot.com.br/2015/05/ocupacoes-da-izidora-terra-banhada-com.html>>. Acesso em: 26 set. 2016.

MOREIRA, G. L. PM de MG reprime de forma cruel manifestação pacífica contra o aumento injusto e abusivo das passagens de ônibus em Belo Horizonte. 14 ago. 2015. [2015a]. Disponível em: <<http://ocupacaoesperanca.blogspot.com.br/2015/08/pm-de-mg-reprime-de-forma-cruel.html>>. Acesso em: 24 set. 2016.

MOREIRA, G. L. Tribunal de (In)justiça permite despejo sem negociação e sem alternativa nas ocupações da Izidora. Nota Pública. 29 set. 2016. [2016b]. Disponível em:

<<http://freigilvander.blogspot.com.br/2016/09/tribunal-de-injustica-permite-despejo.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MORIN, E. (1982). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. MPF Publica portaria de reconhecimento das terras do Quilombo de Mangueiras em Belo Horizonte. 4 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/publicada-portaria-de-reconhecimento-das-terras-do-quilombo-de-mangueiras>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS. *Estudo de Impacto Ambiental Granja Werneck*. Belo Horizonte: MYR Projetos Sustentáveis, 2011.

NASCIMENTO, J. de C. Empreendedorismo individual: um nova face do capitalismo contemporâneo? In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. de M.; MONTE-MÓR, R. L. de M. (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 465-481.

OCUPAÇÃO ROSA LEÃO. [Perfil em rede social]. *Facebook*. 17 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ROSALEAODELUTA/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

OCUPAÇÃO VITÓRIA. Na Izidora, cenas que clamam por direitos. *Facebook*. 1º nov. 2016. [2016b]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaovitoria/?fref=ts>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

OCUPAÇÃO VITÓRIA. Ocupação-comunidade Vitória, na Izidora, em processo de consolidação já com cerca de 2.500 casas de alvenaria. *Facebook*. 25 set. 2016. [2016a]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaoovitoria/?fref=ts>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

OCUPAÇÕES do izidora – episódio 1 (parte 1/2). Produção de Rede Minas. Belo Horizonte: 9 jul. 2015. 9 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f-yq7j2LHxw>>. Acesso em: 26 set. 2016.

OLIVEIRA JR., H. R. de; FREITAS, D. M. de; TONUCCI FILHO, J. B. M. *Belo Horizonte: os impactos da Copa do Mundo 2014*. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

O’ROURKE, P. J. (2007). *A riqueza das nações de Adam Smith: uma biografia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

PÁDUA, L. C. T. *A geografia de Yi-Fu Tuan: Essências e Persistências*. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PALAVRA Ética na TVC/BH: O povo fala sobre Manoel Bahia, mártir da Ocupação Vitória. 15/04/15. Produção de Gilvander Luís Moreira. Belo Horizonte: 19 abr. 2015. 29 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FWCE0OHnN9M>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PEET, R.; WATTS, M. Liberation ecology: development, sustainability, and environment in an age of market triumphalism. In: PEET, R. *et al.* (Eds.). *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. London; New York: Routledge, 1996. p. 46-68.

PM de MG causou pânico em crianças das Ocupações da Izidora, em BH, dia 19/07/15. Produção de Gilvander Luís Moreira. Belo Horizonte: 9 jul. 2015. 6 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=90ILR2iDum0>>. Acesso em: 17 out. 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. [Orelha de livro]. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

PROUDHON, P. (1840). *O que é a propriedade?* 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.

REQUIEM for the American dream. Produção de Peter D. Hutchison, Kelly Nyks e Jared P. Scott. Estados Unidos da América: 2015. 73 min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pzKBUmjgbq4>>. Acesso em: 24 set. 2016.

RESISTE IZIDORA. Por que não é justa a proposta da Construtora Direcional para as famílias da Izidora? *Facebook*. 19 maio 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/688158141330166/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

RIBEIRO, F. V. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *A Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 171-187.

RIO, J. do. (1910). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, A. M. Ciência e ação política: uma abordagem crítica. In: OLIVEIRA, J. G. *et al.* (Orgs.). *Geografia urbana: ciência e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 21-45.

ROSA, J. G. (1956). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SACKS, O. (1995). *Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *A Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 55-85.

SANTOS JR., O. A. dos; SANTOS, M. R. M. dos. Megaeventos e o direito à moradia: questões e reflexões a partir do contexto do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, F. L. de *et al.* (Orgs.). *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 287-313.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XIX: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011b.

SANTOS, B. de S. Boaventura: “Somos todos anticapitalistas”. *Revista Forum*, 26 out. 2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/10/26/boaventura-somos-todos-anticapitalistas/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SANTOS, B. de S. Da ciência moderna ao novo senso comum. In: SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 55-74.

SANTOS, B. de S. Da colonialidade à descolonialidade. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-72.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 1-55, nov. 2007.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, B. de S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.

SANTOS, B. de S. Um Ocidente Não-Ocidentalista?: a filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 445-487.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Introdução. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-21.

SANTOS, C. S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A *et al.* (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-43.

SANTOS, M. E. P. dos *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia – a experiência dos Sem Teto em Salvador. *Organizações e sociedade*, Salvador, v. 21, n. 71, p. 713-734, out./dez. 2014.

SANTOS, M. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, T. A. dos. A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. de M.; MONTE-MÓR, R. L. de M. (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015b. p. 169-215.

SCHUMPETER, J. (1942). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SMITH, A. (1776). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOJA, E. (1989). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TEIXEIRA, R. C. L & R. Belo Horizonte: manuscrito em arquivo pessoal, 2016. n.p.

TONUCCI FILHO, J. B. M. Belo Horizonte: da cidade planejada à metrópole segregada. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR. 13., maio 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUR, 2009. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3022/2957>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

TONUCCI FILHO, J. B. M. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. de M.; MONTE-MÓR, R. L. de M. (Orgs.) *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 215-231.

TUAN, Yi-Fu. (1977). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (Eds.). *Philosophy in Geography*. Holland (Dordrecht): D. Reidel Publishing Company, 1979. p. 387-427.

TUAN, Yi-Fu. (1972). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURINO, C. Prefácio. In: ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária; Elefante Editora, 2016. p. 13-16.

TURRA NETO, N. *Enterrado Vivo: identidade punk em Londrina*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012)>. Acesso em: 2 out. 2016.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A. F. A *et al.* (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 97-121.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 16-27.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WEBER, M. A ciência como vocação: In: WEBER, M. (1919). *Ciência e política: duas vocações*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 15-55.

WELZER, H. *Infraestruturas mentais: como o crescimento se instalou no mundo e nas nossas almas*. Berlim: Heinrich Boll Stiftung, 2012. [Série Ecologia, Vol. 14].

WERLANG, R. *Pra que mexer nisso: suicídio e sofrimento social no meio rural*. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional), Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Social suffering. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2003.

ZAPPA, R.; SOTO, E. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ZHOURI, A. Introdução. In: ZHOURI, A. (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 11-21.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-33.

ZIZEK, S. (2002). *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

ZIZEK, S. (2009). *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011b.